

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AUTORA: MÁRCIA MARIA DE SÁ ROCHA**

**SÃO PAULO DO POTENGI: UMA CIDADE, SEU PÁROCO E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS (1950 – 1980).**



**Natal – RN
2006**

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte / Biblioteca Central Zila Mamede

Rocha, Márcia Maria de Sá.

São Paulo do Potengi: uma cidade, seu pároco e suas práticas educativas /
Márcia Maria de Sá Rocha . – Natal, RN, 2006.
154 f.

Orientadora Marlúcia Menezes de Paiva

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Educação.

1. Educação – Práticas educativo-religiosa - Tese 2. São Paulo do Potengi –
Tese. 3. Movimento de Natal. - Tese I. Paiva, Marlúcia. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 37:248.12

MÁRCIA MARIA DE SÁ ROCHA

**SÃO PAULO DO POTENGI: UMA CIDADE, SEU PÁROCO, E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS (1950 – 1980).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Professora Dra. Marlúcia Menezes de Paiva.

NATAL
2006

MÁRCIA MARIA DE SÁ ROCHA

SÃO PAULO DO POTENGI: UMA CIDADE, SEU PÁROCO, E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS (1950 – 1980).

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Educação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marlúcia Menezes de Paiva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Orientadora

Professora Dra. Maria Natália P. Ramos
Universidade Aberta de Lisboa-Portugal – Examinadora Externa

Professora Dra. Safira Bezerra Ammann
Universidade de Brasília – UNB – Examinadora Externa

Professora Dra. Maria Inês Sucupira Stamatto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Examinadora Interna

Professora Dra. Maria da Conceição Fraga
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Examinadora Interna

Professora Dra. Odília Sousa de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Examinadora Suplente

Professora Dra. Maria Lindaci Gomes de Sousa
Universidade Federal da Paraíba – Examinadora Suplente

Dedico aos meus pais: Genival e Eunice, por terem me oportunizado a vida, e me acompanhado até hoje, nos meus momentos de alegrias e tristezas.

Aos meus irmãos: Marcos Aurélio, Derneval, Vanda e Carlos Frederico, a minha gratidão pelo convívio, solidariedade e compreensão.

A Paulino, meu esposo e aos nossos filhos: Márcia Andréa, Adriana e André, pelo respeito, carinho, colaboração, amizade e paciência durante esta jornada.

A Luara, maior presente de Deus em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me ter permitido viver até o presente momento, e me oportunizado a realização deste estudo nesta trajetória de tantas idas e vindas. Considero este momento, marcado pela fé e esperança de tempos melhores.

Muitas pessoas estiveram presentes durante a realização deste trabalho e prestaram valiosas contribuições durante a sua construção. A todos apresento os meus agradecimentos.

Aos Professores que aceitaram o convite para comporem a Banca Examinadora, pela oportunidade de enriquecimento do momento acadêmico que me permitiu compartilhar as valiosas contribuições e sugestões apresentadas.

Apresento meu agradecimento particular à Professora Dra. Marlúcia Menezes de Paiva pela integridade, competência e apoio docente, cuja trajetória na academia vem se consolidando permanentemente no meio científico, onde tive oportunidade de compartilhar das suas contribuições e solidariedade, tanto na qualidade de sua orientanda, durante o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, como também durante a realização do meu Estágio Sanduíche realizado no período de janeiro a junho de 2004 na Universidade Aberta de Lisboa sob sua orientação no Brasil.

À Professora Dra. Natália P. Ramos, da Universidade Aberta de Lisboa - Portugal, pelo seu desempenho, competência na qualidade de orientadora do meu Estágio Sanduíche, em Portugal, bem como, pelas valiosas contribuições prestadas no decorrer da elaboração deste trabalho particularmente na sua participação no Exame Doutoral II.

À Professora Dra. Safira Bezerra Ammann, cujos estudos e pesquisas acumulados na área da Educação Popular mais precisamente junto a Igreja Católica do Rio Grande do Norte através do Serviço de Assistência Rural (SAR) e da Escola de Serviço Social de Natal, meu agradecimento pelas valiosas contribuições a este estudo nos momentos mais difíceis. Pela sua conduta ética, profissional e humanizadora.

Aos professores Dr. José Matias e Maria Tabita, o meu agradecimento especial, por terem me recebido tão gentilmente em sua morada a partir da minha chegada em Lisboa. Foram momentos de apoio e convívio familiar que marcaram significativamente as impressões da perplexidade do desconhecido. A professora Tabita, pela sua importante colaboração na realização dos estudos realizados, a partir dos contatos com professores da PUC - Lisboa, cujas contribuições foram significativas para condução da pesquisa proposta sobre as práticas educativas da Igreja Católica em comunidades de Lisboa. Além disso, na qualidade de diretora da Escola Generala Humberto Delgado, situada em Santo Antonio dos Cavaleiros-Cidade Nova – Lisboa, ela disponibilizou a referida Instituição para aplicação de questionários da pesquisa entre os alunos e a realização de algumas entrevistas com os professores.

À professora Dra.Miriam Paiva, do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Salvador-Bahia, pela oportunidade de conhecê-la em Lisboa realizando Pós – doutorado e ter compartilhado da sua companhia e recebido valiosas contribuições durante a realização do meu estágio sanduíche. Meu agradecimento pela solidariedade e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos colegas companheiros de trabalho do Departamento de Serviço Social pelo apoio demonstrado no decorrer desta caminhada. Às Professoras: Dra. Odília de Araújo, Ms. Dalva Horácio e Dra. Íris de Oliveira, meu reconhecimento pela compreensão nos momentos de conclusão deste trabalho.

Aos alunos do Curso de Serviço Social, que compartilharam das pesquisas desenvolvidas a partir de 1996, junto à Base de Pesquisa do Departamento de Educação — Educação, História, e Práticas Culturais. Os meus agradecimentos aos meus orientandos, bolsistas do CNPq / PIBIC E PPPG, a saber: Silvia Patrícia Modesta da Silva; Cléa Nadja Rosendo de Castro; Karina Bezerra da Fonseca e Silva; Rosineide Maria do Nascimento; Luana Maximiano Navarro; e, Ana Oliveira de Araújo, pelas contribuições relevantes. Contei, ainda, com as alunas colaboradoras que atuaram no projeto de Extensão Universitária em São Paulo do Potengi, junto ao Memorial Monsenhor Exedito, como: Adriana de Sá Rocha; Denise Maria Melo da Silva; Hirdan Katarina de Medeiros Costa. Cabe ainda, destacar o apoio técnico de Márcia Andréa de Sá Rocha da área de informática, na fase de levantamento de dados no município de São Paulo do Potengi – RN e elaboração deste trabalho.

Às instituições que serviram de campo de pesquisa para realização deste estudo, pelas valiosas contribuições, em especial à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação pelo incentivo à capacitação docente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - meus agradecimentos pelo apoio técnico e financeiro recebido para realização do estágio sanduíche na Universidade Aberta de Lisboa-Portugal, possibilitando-me a oportunidade de iniciar estudos comparativos nos contextos Brasil-Portugal.

À direção do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, pelo apoio, compreensão e incentivos recebidos durante a realização dos nossos estudos.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, aos docentes que nos acompanharam nesta construção acadêmica meus agradecimentos pela riqueza dos momentos de convivência e aprendizado acadêmico. Aos funcionários, meus agradecimentos pela presteza das informações, atendimentos, e pelo zelo institucional.

Aos colegas de turma, Andréa, Mateus, Lusival, Lindaci, Otemia, Salete, Nivaldete, Keila, Nina, Neide e demais companheiros dessa jornada, meus agradecimentos pelo aprendizado coletivo, pela oportunidade de crescimento solidiedade, compreensão e apoio. Por ter conhecido vocês e pela certeza de uma grande amizade edificada em nossos corações.

Aos nossos entrevistados durante a pesquisa realizada em São Paulo do Potengi: Monsenhor Expedito de Medeiros Sobral, pároco do município durante 56 anos, articulador do Movimento de Natal, considerado uma personagem importante neste estudo pelas contribuições e posturas assumidas junto aos trabalhadores do campo nas lutas pelo acesso à educação e organização sindicalista rural; Alba Belchior da Silva exerceu a função de secretária da Casa Paroquial do município de São Paulo do Potengi a partir dos anos 70, acompanhando e sendo responsável pela preservação de todo o acervo cultural do trabalho educativo da paróquia. Após o falecimento de Monsenhor Expedito, a casa paroquial transformou-se no Memorial Monsenhor Expedito, que Alba passou a coordenar até o momento atual; Sra. Maria Nini de Araújo Souto, ex-prefeita do município, exercendo no período da nossa entrevista (2003) a presidência da Câmara dos Vereadores, como liderança local, participou de forma efetiva no grupo da Juventude Agrária Católica (JAC), no

trabalho de Educação de Adultos e posteriormente no Movimento de Educação de Base (MEB). Teve ainda um papel importante no processo de organização do sistema cooperativista dos idosos; Sebastião Ferreira Rocha, com participação destacada nas práticas educativas da Igreja junto aos jovens, sendo responsável pela fundação das primeiras bandas de música no município; José Miguel Nascimento, atual diretor da Sociedade Educadora São Francisco e membro atuante da Pastoral Social, com participação efetiva nas práticas educativas da Igreja Católica; Irmã Maria Elza Marques de Araújo, que participou da fundação do Centro Social de São Paulo do Potengi, e da criação da JAC no início dos anos 50.

As valiosas contribuições prestadas a este estudo, pelas lideranças comunitárias, Prefeitura Municipal, ao Memorial Monsenhor Expedito, os nossos agradecimentos pelo apoio recebido.

“Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive”.

(Fernando Pessoa)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 - Fundação do Centro Social de São Paulo do Potengi: participação de Dom Eugênio de Araújo Sales e autoridades do Estado – 10/02/1952.....	19
FOTO 2 - Cadeira onde Monsenhor Expedito realizava suas orações.....	33
FOTO 3 - Sala de trabalho de Monsenhor Expedito.....	34
FOTO 4 - Sala de Refeições onde Monsenhor Expedito costumava receber seus paroquianos	35
FOTO 5 - Objetos de uso pessoal de Monsenhor Expedito	35
FOTO 6 - Monsenhor Expedito recebendo visitas religiosas e de políticos da região.....	36
FOTO 7 - A Voz da Concórdia – Criada em 1952	36
FOTO 8 - Participação da igreja Católica nas discussões da implantação da ANCAR em São Paulo do Potengi – RN – 1995	50
FOTO 9 - Primeira diretoria do Centro Social de São Paulo do Potengi - 10/02/1952.....	55
FOTO 10 - Centro Social São Paulo do Potengi. Apresentação Cultural – 1951	72
FOTO 11 - Encontro do grupo da JAC - Centro Social de São Paulo do Potengi – 1953	73
FOTO 12 - VII Semana Rural realizada em São Paulo do Potengi- 1956	74
FOTO 13 - Trabalhadores Rurais desfilando na VII Semana Rural.....	75
FOTO 14 - Escolas Radiofônicas Rurais no Centro Social de São Paulo do Potengi – 1958... ..	82
FOTO 15 - A situação de moradia das famílias dos trabalhadores rurais	97
FOTO 16 - Homens, mulheres e crianças se caminham em busca de trabalho.....	97
FOTO 17 - Os trabalhadores e familiares enfrentando as dificuldades de acesso à água	100
FOTO 18 - Apresentação da Banda de Música de São Paulo do Potengi, por ocasião do desfile do dia 07 de setembro de 1976	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produção Agrícola do Município de São Paulo do Potengi - Censo de 1975.....	45
TABELA 2 - Área Colhida e Quantidade Produzida dos Principais Produtos Agrícolas - 2002.....	45
TABELA 3 - Utilização das Terras do Município	46
TABELA 4 - Estrutura Fundiária do Município de São Paulo do Potengi – Rio Grande do Norte	47
TABELA 5 - Crescimento Percentual e Populacional da Cidade de Natal-RN	61
TABELA 6 - Distribuição da população conforme o uso dos meios de comunicação em massa	79
TABELA 7 - Dimensões e Objetivos- Movimento de Educação de Base	84
TABELA 8 - Índice de Analfabetismo em São Paulo do Potengi – Ano 1960.....	86
TABELA 9 - Registro de Associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo do Potengi	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 MOTIVAÇÕES INSTIGADORAS DA INVESTIGAÇÃO.....	15
1.2 RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA DE ESTUDO.....	17
1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	20
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
1.5 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	37
2 SÃO PAULO DO POTENGI: UMA CIDADE COMUM, UM MOVIMENTO INCOMUM	39
2.1 “UM VIGÁRIO RURAL”: MONSENHOR EXPEDITO, UMA TRAJETÓRIA INOVADORA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SÃO PAULO DO POTENGI.....	50
2.2 SÃO PAULO DO POTENGI NAS TRILHAS DO MOVIMENTO DE NATAL.....	60
2.3 O CENTRO SOCIAL	67
2.4 AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS RURAIS.....	76
2.5 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)	82
2.6 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.....	88
2.7 O ENFRENTAMENTO DAS SECAS.....	95
3 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E SÓCIO-CULTURAIS DA IGREJA CATÓLICA EM SÃO PAULO DO POTENGI	104
3.1 UMA CIDADE COM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DESDE 1920	104
3.2 ESPAÇO RELIGIOSO: TRADIÇÕES CULTURAIS E PROFANAS.....	108
3.2.1 Cultura Musical.....	109
4 A RADIOFONIA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL E INTERCULTURALIDADE	114
4.1 A EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE NORTE NA REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA	116

4.2 A RÁDIO RENASCENÇA EM PORTUGAL: UMA EMISSORA DE CARÁ TER RELIGIOSO SÓCIO-EDUCATIVO	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128
ANEXO I	134
ANEXO II	147

RESUMO

O presente trabalho de investigação, intitulado São Paulo do Potengi-RN: Uma cidade, seu pároco e suas práticas educativas (1950-1980), tem a finalidade de reconstituir num determinado momento histórico, as práticas educativas da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, no município de São Paulo do Potengi, tendo como eixo a experiência do Movimento de Natal, desenvolvida naquela cidade. A preocupação central voltou-se para o estudo da trajetória das práticas educativas desenvolvidas por aquela instituição católica, através das atividades usuais das escolas radiofônicas, da educação sindicalista, de treinamento de lideranças que convergiram para edificação de um poder popular, de democracia de base, da incorporação de um projeto político de transformação da realidade social. A figura de Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros é destacada através da pastoral social daquele município, onde dedicou 56 anos de sua vida religiosa tendo sido liderança maior na condução das práticas sócio-educativas ali desenvolvidas.

Palavras-chave: educação - práticas sócio-educativas - São Paulo do Potengi - Movimento de Natal.

ABSTRACT

This research work named São Paulo do Potengi – RN: a common town to a uncommon movement in the trails of movement of Natal (1950 – 1980), has the finality to reconstitute an educational defined moment at São Paulo do Potengi, Rio Grande do Norte county by the movement of Natal experience through archdiocese of this town. The central worry came to the learning of educational practicing by usual activities of radiophonic schools, syndicalism education and leadership training which converged to a public power construction of base democracy in order to incorporate a political project of social transformation of reality. We detach the figure of Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros who shared his fifty-six strict life and was the majority leadership on the educational and religious practisimes developed there.

Key-words: education - educational practisimes, São Paulo do Potengi, movement of Natal

INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÕES INSTIGADORAS DA INVESTIGAÇÃO

Ao nos determos no estudo das práticas sócio-educativas desenvolvidas no município de São Paulo do Potengi, no período entre 1950 e 1980, buscamos reconstituir um determinado momento histórico, a partir de um procedimento investigativo. A preocupação central volta-se para a compreensão e interpretação das lembranças guardadas pelos profissionais, educadores e lideranças comunitárias, em suas trajetórias vinculadas às práticas sócio-educativas da Igreja Católica, naquela cidade, destacando nesse contexto histórico, o surgimento da Escola de Serviço Social em 1945, e a criação do Serviço de Assistência Rural – (SAR) em 1949. Ambos, foram criados como entidades jurídicas, com existência oficial. Atualmente o SAR ainda permanece com esta legitimidade. Enquanto isso o Movimento de Natal, foi uma denominação (não um órgão) do trabalho da Igreja que englobava a zona urbana e a rural. Essa denominação foi criada por Pe. Tiago G. Cloin, e empregada pela primeira vez em um artigo que escreveu na revista da Conferência dos Religiosos do Brasil, em julho de 1962 (FERRARI, 1968, p.44).

Nossa opção por esta pesquisa, no município de São Paulo do Potengi, deve-se ao fato deste ter merecido destaque nas práticas educativas do Movimento de Natal, cujas experiências vivenciadas naquele período apresentam relevância tanto em nível nacional como fora do país.

Cabe ressaltar, nesta localidade, o trabalho sócio-educativo da organização sindical dos trabalhadores rurais, a alfabetização através do rádio (as escolas radiofônicas) movimentos pioneiros no Brasil e que tiveram como grande articulador, o Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros que durante 56 anos atuou como pároco daquele município.

Também influenciaram na nossa opção, nossas experiências com a docência, na qualidade de professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mas precisamente na disciplina Desenvolvimento de Comunidade, na medida em que as práticas de educação

popular sempre se constituíram nosso interesse investigativo. A partir de 1995 vinculamo-nos à base de pesquisa, em Educação História e Práticas Culturais, na qual estavam em curso pesquisas voltadas para a igreja católica, coordenadas pela professora Dra. Marlúcia Menezes de Paiva, onde iniciamos uma pesquisa sobre os Programas de Desenvolvimento de Comunidade no município de São Paulo do Potengi a partir dos anos 50. Em 1999, realizamos outra pesquisa sobre “A inserção do assistente social nos processos de educação e organização popular no município de São Paulo do Potengi”, quando retomamos nossas investigações sobre as ações da Igreja Católica, onde esses profissionais estavam vinculados aos programas da Arquidiocese de Natal, com atuação no meio rural. No desenvolvimento destes projetos, contamos com o apoio de alunos do curso de graduação de Serviço Social, do CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPPG - UFRN, através do financiamento de bolsas aos estudantes universitários.

Ainda em 2001, desenvolvemos um projeto de extensão universitária – “Memorial Monsenhor Expedito: um suporte de apoio ao Trabalho Sócio-Educativo junto às crianças em situação de riscos”. Este projeto foi executado a partir de um trabalho iniciado no município com o apoio das Trilhas Potiguares, através da Pró-Reitoria de Extensão Universitária; estudantes dos vários cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e, de outras universidades do país que atuaram durante um mês, no município de São Paulo do Potengi, desenvolvendo atividades sócio-educativas na comunidade.

Considerando o desenvolvimento dos nossos estudos na localidade acatamos apoiar as ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco, tendo em vista o grave problema que se espalhava no município. Foi um período em que buscamos atuar junto às famílias e às escolas, numa perspectiva de desenvolver um trabalho sócio-educativo, identificando e encaminhando os casos que requeriam uma intervenção mais direta das Instituições públicas de apoio às famílias para reabilitação dessas crianças e adolescentes. Nesse sentido, foram desenvolvidas campanhas nas escolas voltadas para a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis, além de atividades ocupacionais e de lazer. Com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde através da liberação do material didático-pedagógico, foram treinados grupos de estudantes que passaram a atuar junto

às demais escolas como agentes multiplicadores desse processo educativo.

Nesse projeto contamos com o apoio de estudantes voluntários da UFRN dos cursos de Serviço Social, Direito e Farmácia.

É importante observar que em todos esses projetos desenvolvidos, os resultados foram amplamente divulgados através de eventos realizados em nível nacional, estadual, municipal e até fora do país, com a participação de docentes e de discente, instigando-nos cada vez mais, ao enfrentamento dos desafios surgidos nesta trajetória.

1.2 RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA DE ESTUDO

Motivados pelo desejo de dar continuidade aos nossos estudos, levando em conta o objetivo de reconstituir e interpretar as práticas educativas desenvolvidas pela Igreja Católica no Rio Grande do Norte, tendo como foco as experiências inovadoras realizadas no município de São Paulo do Potengi, buscamos enfrentar o desafio maior nesta caminhada, considerando a relevante contribuição desse movimento sócio-educacional que foi iniciado no período 1950-1980. Com esse propósito ingressamos no Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, na perspectiva de reconstituir a importância sócio-histórica desse movimento, articulando-o ao contexto econômico, político e cultural daquela realidade social.

Ao elegermos também Monsenhor Exedito como nosso personagem de estudo, estávamos convencidos da importância desta opção pelo fato deste ter sido o primeiro pároco do município e que durante 56 anos dedicou-se à Pastoral Social da Igreja, particularmente pela sua participação efetiva no Movimento de Natal, surgido sob os auspícios da Ação Católica, na Arquidiocese de Natal no final dos anos de 1940. Cabe também destacar a participação de Monsenhor Exedito na qualidade de Secretário Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, no Nordeste, encarregando-se da divulgação e concretização do Plano de Emergência, primeiro plano de trabalho elaborado pelo Episcopado brasileiro.

Entretanto, o diferencial no caso de São Paulo do Potengi é precisamente o

que representou esse momento histórico, a partir da vivência dessas práticas, as relações estabelecidas entre as pessoas, o movimento que passava a existir na cidade, como, por exemplo, a formação de 60 grupos de homens, senhoras e moças, alcançando um total de 705 inscritos, numa época em que a cidade de São Paulo do Potengi, de acordo com o censo de 1970, não contava mais do que 3.598 habitantes. Isso tudo configurava um avanço sócio-cultural sem fronteiras face à dimensão que esse trabalho expressava na região, no país e no estrangeiro.

O estudo das práticas educativas da Igreja Católica no município de São Paulo do Potengi, além de se constituir uma temática de relevância sócio-histórica no contexto da realidade brasileira, se reveste de um significado especial, por ocorrer na Região Nordeste, onde essas práticas assumem particularidades no enfrentamento da exclusão social e da pobreza. Exclusão social, inerente ao processo de acumulação capitalista que é estruturalmente excludente, embora não se trate de um fenômeno novo, é importante a compreensão que Sposati (1980) aponta “da sua forte presença no final do século XX, cujo conceito é reforçado no primeiro mundo por captar duas grandes marcas: a da perda de um patamar alcançado e do não respeito à aquisição do novo direito à diferença”.

Na verdade, a exclusão social se expressa nesse contexto, assumindo o caráter de um conceito/denúncia da ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra, como também da negação da universalidade da cidadania conquistada no Primeiro Mundo. Nesse sentido, muitas são as abordagens e autores que destacam a importância da compreensão da pobreza enquanto um fenômeno multidimensional, apontando para além da questão da precarização dos recursos materiais como maior argumentação para análise da pobreza. Na realidade, uma concepção mais ampliada de pobreza realça situações múltiplas que se sobrepõem na produção, gerando situações de difícil solução, dada à natureza complexa e multidimensional da exclusão, conforme destaca Ramos (2003).

No século XX, muito embora se tivesse verificado um grande crescimento econômico e uma melhoria das condições de vida em geral, as desigualdades, a exclusão e a pobreza também se intensificou sendo estas vizinhas da abundância, sobretudo nos países em desenvolvimento. Com efeito, a pobreza, nas suas diferentes formas, tem vindo a aumentar em

todo o mundo, tanto nos países em desenvolvimento, como nos países desenvolvidos, reunindo um conjunto de déficit econômico, culturais e sociais exigindo uma abordagem multidimensional e interdisciplinar. (RAMOS, 2003, p. 43).

O estudo realizado em São Paulo do Potengi evidencia uma situação de pobreza e exclusão social, dos trabalhadores que se expressam através da fome, do analfabetismo, da falta de moradia e das precárias condições de trabalho. Através dos programas da Pastoral Social parcela da Igreja voltou-se para a questão das desigualdades sociais, adotando posturas de vanguarda, particularmente em face da conjuntura política do país.

A capacidade de mobilização e participação dos grupos nos programas de Educação e Organização Comunitária que se iniciava no município com a criação do Centro Social de São Paulo do Potengi na antiga igreja a partir de 10 de fevereiro de 1952 expressava um momento de inovação nas ações da paróquia.



Foto 1 – Fundação do Centro Social de São Paulo do Potengi: participação de Dom Eugênio de Araújo Sales e autoridades do Estado – 10/02/1952
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi RN

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos definidos para realização deste estudo, foram construídos visando mais precisamente:

- Desenvolver estudos sobre as práticas educativas da Igreja Católica no município de São Paulo do Potengi - RN, no sentido de reconstituir a sua missão educadora e inovadora, no contexto estudado;
- Perceber a partir do aprofundamento e reflexões interpretativas, as experiências de Monsenhor Expedito, desvendando sua trajetória de lutas aliadas aos trabalhadores rurais;
- Contribuir não somente para a produção de conhecimentos, no âmbito da academia, mas também, para reflexões e debates dos profissionais e lideranças comunitárias, engajadas em práticas educativas;
- Reconhecer a universalidade e interculturalidade da missão educadora da Igreja Católica.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com os objetivos propostos neste estudo, trabalhamos mais precisamente a partir da interpretação das memórias dessas práticas culturais desenvolvidas pelos protagonistas entrevistados, visando perceber, no tempo e no espaço, as suas lembranças do passado. Tomar como referência, as suas falas além de documentos e artigos publicados, permitiu-nos contextualizar as experiências vivenciadas, no município de São Paulo do Potengi. O reconhecimento da missão educadora e inovadora da Igreja Católica constituiu-se maior incentivo à realização deste estudo.

Nesse sentido, o centro das nossas preocupações voltou-se para o conhecimento e para a interpretação das práticas culturais cotidianas, desenvolvidas pela paróquia de São Paulo do Potengi, através de: escolas radiofônicas, educação sindicalista, treinamento, mobilização e organização de lideranças comunitárias.

Essas práticas educativas que convergiam para a sedimentação de um poder local popular, pela formação de uma democracia de base, com possibilidade de incorporação de um projeto político de transformação da realidade social.

Para efeito dessa pesquisa, tomamos de Gramsci (1981), a conceituação de práticas educativas da Igreja Católica, na perspectiva de que estas se constituem um fator fundamental no sentido de melhor delimitar essa missão institucional eclesial, no Rio Grande do Norte, no período entre o final dos anos 40 e início dos anos 60, portanto, século passado, inicia um processo de ruptura com a ação clericalizada, adotando uma postura de atuação aliada às suas bases sociais, através da ação integrada dos leigos da Ação Católica Brasileira (ACB).

Nesse sentido, no âmbito deste nosso estudo, o entendimento sobre práticas educativas não será como uma prática pedagógica, meramente escolar, envolvendo uma geração de adultos, que através dos tempos, acumulou experiências, valores e uma geração de jovens que devem assimilar esses conteúdos para poder integrarem-se ao meio social, mas na concepção gramsciana de que...

A relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolásticas, [pois] esta relação existe em toda sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados. [Em síntese, para ele], toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica. (GRAMSCI, 1981, p.37).

A partir desta perspectiva teórica, esta pesquisa se insere no estudo da hegemonia que contempla uma dupla perspectiva: dominação e direção, força e consenso compreendidos como elementos que não se excluem, mas formam uma unidade dialética, originando um novo sentido para hegemonia. Em igual relevância, o presente estudo se volta para compreensão do aspecto cultural, uma vez que as práticas culturais da Igreja Católica de acordo com Oliveira (1992, p.14) agem “na sociedade civil, esfera de atuação dos organismos, ditos privados, e locais de realização da hegemonia”.

É importante observar que a CNBB se constituiu um veículo dessa estratégia, adotando diretrizes de trabalho, a partir de uma atuação motivadora junto a Ação

Católica voltada para o social. Com referência a atuação da Diocese de Natal, cabe destacar a sua ação inovadora através da execução de uma política voltada para o social, que antecedeu a prática da CNBB.

De acordo com a proposta de conhecimento e interpretação dessas práticas, num determinado espaço definido, nossa investigação sócio-histórica começava a se concretizar na medida em que os acontecimentos e lembranças vividas no passado começavam a ser observados e explicados. Na realidade, essa construção é efetivada em parte pelos sujeitos, implicando, portanto, em uma compreensão individualizada, ou seja, de si próprio e dos outros, a partir das suas práticas expressivas, bem como da forma como são interpretadas as ações e expressões significativas produzidas pelos outros. O que significa de acordo com o pensamento de Halbwachs (1990).

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção: é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p.143).

Trata-se, portanto, de um procedimento interpretativo que, embora reconhecendo como ilusória a busca por certezas, enquadra-se com possibilidade de perceber e ao mesmo tempo permitir a re-interpretação das práticas educativas da Igreja Católica, vislumbrando novos horizontes para uma compreensão já existente, revelando-se uma trajetória significativamente valiosa.

Consideramos importante expressar o nosso entendimento neste estudo sobre as práticas sócio-educativas aqui estudadas, enquanto procedimento fundamental relacionando-as com a metodologia de Desenvolvimento de Comunidade¹, cuja metodologia norteou a Igreja Católica do Rio Grande do Norte, pioneira das Escolas Radiofônicas que inspiraram à criação do Movimento de

¹Definida pela ONU nos anos 50, do século passado, “como um processo através do qual os esforços do povo se unem aos das comunidades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” (In: AMMANN, 1991, p. 32).

Educação de Base² (MEB), em nível nacional. Para o MEB, seu processo educativo o desenvolvimento de comunidades rurais, conforme afirma Wanderley (1984), girava em torno de noções fundamentais, tais como: pessoa, ação humana, homem como agente de criação de cultura, comunicação entre os homens, trabalho revelador do sentido do homem e sua transcendência sobre o mundo, criatura humana feita à imagem e semelhança de Deus, conhecimentos mínimos, mudança de atitude instrumentação das comunidades, conscientização e animação popular.³

Na relação com o Desenvolvimento de Comunidade essa perspectiva de realização de estudos, cabe o reconhecimento das práticas sócio-educativas levadas a cabo na experiência na cidade de Itaperuna,⁴ Estado do Rio de Janeiro fundamentada na referida metodologia, que antecedeu a experiência de São Paulo do Potengi. Empreendemos assim, a análise da influência das práticas sócio-educativas articuladas por Monsenhor Expedito no município de São Paulo do Potengi, dentre as quais destacamos também o movimento de sindicalismo rural, tentando perceber como as mesmas práticas se reproduziam no cotidiano dos setores populares, e como contribuíam para a reconstrução de um saber popular capaz de se constituir numa forma de resistência ao processo hegemônico das classes dominantes brasileiras de então.

Na realidade, o que buscamos apreender neste estudo, surgiu mais precisamente dos nossos questionamentos sobre as formas de “operação”, em relação a essas práticas educativas, o que nos vem permitindo caminhar numa perspectiva de análise, que inscreve seus passos no período delimitado para este estudo: 1950 a 1970. Na medida em que rastreamos as práticas mais comuns, buscando introduzi-las nas experiências particulares, como as formas de participação popular, as diversas formas de solidariedade e as lutas que organizam

² Esse Movimento, levando em consideração as dimensões totais do homem, entendia como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deveria partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em autêntica cultura popular, que levasse a uma ação transformadora. Concomitantemente, deveria propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (WANDERLEY, 1984, p.109).

³ (WANDERLEY, 1984, p. 106-107).

⁴ A experiência de Itaperuna, iniciada em 1950, tinha como objetivo principal obter o maior número possível de elementos que permitissem indicar, no plano nacional, diretrizes técnicas de processos educacionais e assistenciais visando a melhoria das condições de vida econômica e social do meio rural. O método de trabalho seria de início, o de organização de comunidade; o instrumento de execução seria uma Missão Rural de Educação de Adultos. (PAIVA, 1972, p. 226, 227).

os espaços, começávamos a perceber a abertura de um caminho que gradativamente delimitava um campo e, sobretudo, nos mostrava “as maneiras de fazer que se constituam as mil práticas pelas quais o homem comum, o homem ordinário se apropria do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural”. Certeau (1994).⁵

De acordo com os procedimentos teórico-metodológicos propostos nesta pesquisa, optamos por trabalhar com os sujeitos vinculados à Igreja Católica que estiveram presentes nessas práticas, bem como, os representantes da comunidade que participaram do processo. Selecionamos, também, três documentos que estudam o município, por serem muito significativos para a nossa pesquisa: O primeiro, **Pelos Caminhos do Potengi**, de Medeiros⁶ (1990), sobre o qual apresentamos em anexo algumas referências; O segundo Azevedo (2000),⁷ **Monsenhor Expedito o Profeta das Águas**; O terceiro, Martins (1965) **Renovação Paroquial**.⁸ Trabalhamos, também, com produções voltadas para a Educação Popular no Brasil, como Oliveira (1992)⁹, Freire (2001)¹⁰, além de intelectuais clássicos da História Contemporânea, como Chartier (1990)¹¹, Le Goff,¹² Paiva,¹³ Ammann,¹⁴ dentre outros. Ao nos apropriarmos dessas fontes, estamos retomando a história escrita: os textos produzidos, as entrevistas já realizadas, enquanto suporte para interpretação e análise dos dados que estamos coletando. É, portanto, a partir da construção desse conteúdo de análise que buscamos a sistematização da nossa pesquisa, cujos resultados apontam avanços significativos com relação à luta dos

⁵ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1 Artes do Fazer**, tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Nova Edição, estabelecida e apresentada por Luce Girard, 7ª ed., Vozes, 2002. p. 40.

⁶ MEDEIROS, Mons. Expedito Sobral. **Pelos Caminhos do Potengi**. São Paulo do Potengi- RN, 1990.

⁷ AZEVEDO, Aluísio. **Monsenhor Expedito: O profeta das Águas**. Natal: Ed. CERN. 2000. p. 151

⁸ MARTINS, Padre José. **Renovação Paroquial**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1965. p. 104.

⁹ OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e Renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. São Paulo, 1992.

¹⁰ FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). **A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

¹¹ CHARTIER, Roger. **Práticas e Representações: A História da Cultura. Entre Práticas e Representações**. DIFEL. Lisboa. 1990

¹² LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Ed.Record. Rio de Janeiro, 2001.

¹³ PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1973.

¹⁴ AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez: 1991.

trabalhadores rurais por conquista de direitos sociais e participação coletiva, particularmente através do movimento sindicalista, que teve em Monsenhor Expedito um de seus pioneiros no país.

É precisamente nos anos 50 e 60, no século passado, quando podemos perceber manifestações de organização das camadas populares capazes de provocar algumas mudanças na sociedade e exercer forte influências significativas nas práticas da atuação da Pastoral Social da Igreja Católica. Nesse período ocorreram, modificações na atuação de parcelas dessa instituição, que se voltou para as lutas populares, priorizando a questão da terra, conforme revela a carta de D. Inocêncio Engelke (1976), de 1950, que representa um marco nessa ação, que diz:

A Ação Católica Brasileira (...) timbra em esperar que aqui se inicie um grande e fecundo movimento de Ação Católica Rural a estender-se a todo país, tomando por base, as Missões Rurais (...), exemplo de colaboração possível e desejável entre os particulares e o poder público, pois uma vez que perdemos os trabalhadores da cidade, não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural. Alguma coisa precisa ser feita. Dentro do espírito harmônico entre patrões e empregados estaremos caminhando com segurança para a reforma social agrária que, ou se fará nos termos da mensagem social da Igreja, ou será fatal para a nossa terra e o nosso povo cristão (ENGELKE, 1976. p. 43 - 44 - 49).

Nesse período, a Arquidiocese de Natal (RN), no Nordeste brasileiro, inicia uma luta em prol dos menos favorecidos, denunciando as injustiças sociais, as desigualdades, a fome e a miséria. É neste contexto, que, em São Paulo do Potengi, vamos encontrar Monsenhor Expedito, “aquele padrezinho, muito magro”, sacerdote comum que criou um tipo de paróquia comum, mas que raramente se encontram iguais!¹⁵ Muitos foram os problemas enfrentados, nessa luta. Podemos observá-los através dos dados coletados, bem como, dos depoimentos das pessoas entrevistadas, tais como: concentração da propriedade rural; ausência de crédito e de assistência técnica para a agricultura; insuficiência de braços para a lavoura e de mecanização das técnicas agrícolas; falta de serviços na área da saúde; baixos

¹⁵ MARINS, Pe. José. São Paulo do Potengi. Petrópolis: Vozes, 1985, 104 p. (Coleção: Renovação Pastoral 1).

níveis de instrução; longos e graves problemas de estiagem, entre outros.

Na realidade, este contexto estampa um quadro de pobreza do município de São Paulo do Potengi, que era familiar à região Nordeste, onde se encontravam os famintos, os sem casa, sem agasalho, sem assistência à saúde, desprovidos, portanto, de uma condição digna de vida, de direitos a liberdade e à cidadania.

Na sua luta, Monsenhor Expedito percebeu que para desenvolver seus trabalhos necessitava do apoio não só da Igreja, mas também do poder público, do qual buscava recursos financeiros. Com a assessoria técnica do Serviço de Assistência Rural (SAR), braço do Movimento de Natal no campo, o trabalho baseava-se no método da Organização Social de comunidade e suas fases de estudo do meio, planejamento e execução.¹⁶ Tomando como base os problemas, necessidades e aspirações da população, grupos iam sendo organizados e muitos programas foram desenvolvidos, tais como: alfabetização de adultos, através das Escolas Radiofônicas e do MEB; junto aos trabalhadores do campo cursos e dias de estudos temáticos (saúde, educação familiar, economia doméstica etc.); artesanato; práticas agrícolas; cooperativismo; atividades de lazer e cultura; politização; sindicalização.

Retomando nosso entendimento sobre as práticas educativas é importante pensar, num primeiro momento, que as nossas reflexões estão voltadas mais precisamente para o desenvolvimento dessas práticas através da atuação dos sujeitos vinculados ao município de São Paulo do Potengi – RN, dentre os quais se destacavam: o pároco local, os profissionais das diversas áreas (assistentes sociais, educadores, médicos, dentistas, sanitaristas, entre outros) e as lideranças comunitárias junto ao programa de Educação Popular.

Nesse sentido, percebemos o ato de desenvolver práticas a partir de saberes cotidianos como, por exemplo, o ato de cozinhar, que significa uma apropriação de conhecimentos referentes aos alimentos, sua higienização, o uso do fogão, como mecanismos que levam à execução de funções e habilidades no trato dos alimentos, a forma de manipulação dos temperos, entre outras. Situações semelhantes podem ser encontradas nos mais diferentes tipos de práticas.

¹⁶ GOUVEIA, Eliezer Camilo... (it al.), **Memória da Escola de Serviço Social de Natal – 1945/1955**. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1993. 172 p.

Como estamos tratando neste estudo de práticas sócio-educativas, nosso entendimento sobre o significado social das práticas educativas desenvolvidas junto às populações da cidade e do campo, não se revela de forma imediata na ação profissional dos agentes educadores. A prática educativa não tem um poder miraculoso de revelar-se a si próprio. Ela vai adquirindo seu sentido, descobrindo suas alternativas através da história da sociedade da qual faz parte, apreendendo os fios que a articulam às estratégias políticas das classes, desvendando as suas necessidades, os seus efeitos na vida social, ou seja, os seus limites e possibilidades. Significa, sobretudo, um olhar mais distante, além da máscara social através da qual a prática se apresenta na superfície da vida social a partir de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico.

O cenário desta pesquisa nos permitiu a indicação de pontos de referência, enquanto procedimentos metodológicos de uma ação, que se constituíram muito mais na busca de um caminho voltado para a reconstituição e interpretação dessas práticas, numa dimensão, que buscamos compreender num determinado tempo e espaço, a partir da arte de fazer do cotidiano.

O procedimento realizado para a construção da tese, partiu inicialmente de uma postura que priorizou: a) o estudo documental através de consultas realizadas ao arquivo de dados existente na Arquidiocese de Natal, no Serviço de Assistência Rural (SAR), que nos permitiu explorar um volume expressivo de informações fundamentais para potencializar o direcionamento das nossas entrevistas. Consideramos a importância deste momento, em face das leituras que tivemos oportunidade de realizar, relacionada com os rumos do Movimento de Natal.

Também nos deslocamos ao município de São Paulo do Potengi com este mesmo propósito, de descobrir nos arquivos adormecidos, os dados que permanecem mudos nas escritas desgastadas pelo tempo e muitas vezes pelo desprezo. Foi a partir daí que começamos a mergulhar na fonte das lembranças dos nossos protagonistas, buscando no jogo manso das ondas mais brandas enfrentar os desafios de cada instante. b) Mergulhamos, então, no universo das entrevistas.

Na realidade, foi um momento que se constituiu de grande fonte de riqueza desse estudo, na medida em que, em cada entrevista realizada, os dados revelados nos animavam a continuar nessa busca muitas vezes carregada de dificuldades.

Foram momentos de muitas descobertas, que começavam a desvendar uma trajetória, onde o pesquisador em determinados momentos se sentia diante de um mundo de informações e depoimentos que exigia um cuidado especial para não perder aqueles dados tão reveladores.

Depoimentos muitas vezes, expressados nas formas mais simples de perceber o cotidiano, as maneiras como se realizavam as reuniões nos fundos de quintais das casas, nos sítios com os grupos de educadores e de adultos que participavam dos programas de educação da Igreja Católica. Nas falas, as lembranças eram postas com se estivessem acontecendo naquele momento.

O material estudado nos permitiu perceber, muitas vezes, os limites que enfrentamos, considerando em alguns momentos as dificuldades de maior articulação entre o texto escrito e o que estava sendo verbalmente expresso; o que nos levou as muitas idas e vindas para compreensão dessas duas formas de leitura das práticas educativas da Igreja Católica.

Nesta perspectiva, conforme Fraga (2001) os nossos protagonistas são...

O exemplo emblemático das articulações entre a memória individual e coletiva. São expressões de que a memória individual se confunde com a memória coletiva, isto é, ao mesmo tempo em que eles confirmam suas experiências individuais, revelam experiências coletivas à época; ao mesmo tempo em que analisam a participação dos grupos nos acontecimentos, procuram identificar sua singularidade na ação (FRAGA, 2001, p. 40).

Com referência às produções consultadas trabalhamos, ainda, com produções voltadas para educação popular, desenvolvimento de comunidade, além de obras da História Sócio-Cultural, dentre as quais apontamos: Tese de Doutorado Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964) onde a autora, Marlúcia Paiva (1992) destaca a Igreja Católica na sua trajetória de ação conhecida como Movimento de Natal, enfocando no primeiro momento a Organização e o Desenvolvimento de Comunidade – 1950, as Missões Rurais e as Semanas Ruralistas. No segundo, final dos anos 50 e início de 1960, voltou-se para a educação (Escolas Radiofônicas e MEB) para o sindicalismo rural. A relevância dessa pesquisa para o nosso estudo se aponta mais precisamente para

o fato da autora ter objetivado estudar a ação educativa da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Norte, notadamente na área rural.

Outra obra, fundamental para nosso estudo, do título, Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, da autora Safira Bezerra Ammann (1991), que focaliza as diversas fases do Desenvolvimento de Comunidade e seus desdobramentos no Brasil.

Essa disciplina tem-se revelado uma ideologia muito mais do que uma técnica neutra - enquanto se vai historicamente conformando aos interesses dos centros hegemônicos internacionais, bem como nacionais, revelando flutuações temáticas e metodológicas consentâneas às preocupações do Estado, segundo as condições conjunturais e a configuração sócio-política da vida nacional. (AMMANN. 1991, p. 191).

A importância desta abordagem para realização do nosso estudo decorre mais precisamente das contribuições que a autora oferece para aprofundamento e resgate do Desenvolvimento de Comunidade, numa tentativa de transformá-lo em instrumento crítico, classista e político.

Também o livro, Educar Para Transformar - Educação Popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base da autoria de Luiz E. Wanderley (1984), foi importante para nossa pesquisa. Apresenta uma expressiva contribuição que vem contemplar os movimentos católicos, focalizando o MEB. Reconhece a força desses movimentos da Igreja como significativo na redefinição da atuação dos cristãos na sociedade brasileira.

Por último, o livro Igreja e Desenvolvimento - O Movimento de Natal, de Alceu Ferrari (1968), o qual analisa a complexidade das práticas educativas da Igreja Católica no Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo minucioso das suas particularidades, daí a relevância desse trabalho para o nosso estudo.

No plano histórico – conceitual, destacamos o livro: A Invenção do Cotidiano de autoria de Michel de Certeau (1994) como importante contribuição ao nosso estudo. Em seu vasto leque de interesses de investigação, onde se acha esboçada a pretensão teórica do historiador, conforme podemos perceber sobre as operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina. Na realidade, suas originais tomadas de posição surgem através de estudos realizados a partir de

1968 quando é convidado a ser relator do Colóquio Internacional de Arc-et-Senans (abril de 1972) que antecede o encontro de Helsinque entre ministro da Comunidade (setembro do mesmo ano), para definir uma política europeia da cultura significando uma etapa decisiva na cristalização de sua reflexão sobre as práticas culturais, sistematizada em 1974 sob o título, A cultura no plural, que vai ter o seu desdobramento em Invenção do Cotidiano. Trata, portanto, de reflexões que nos permitem desvendar os caminhos complexos que se percebem nas astúcias táticas das práticas ordinárias.

Destacamos dentre as produções dos clássicos estudados, Chartier (1990), que oferece uma valiosa contribuição, principalmente através da noção de representação, construída a partir das acepções antigas. Trata-se, então, de um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendiam compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir operações intelectuais que lhes permitissem apreender o mundo.

Com o intuito de compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, a partir da sua construção no mundo, buscando através da percepção de representação que considera que esta noção permite articular três modalidades de relação com o mundo social, de acordo com (CHARTIER, 1980).

- a) O trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através da qual a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos;
- b) As práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição;
- c) Por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais alguns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1980, p. 18).

Destacamos, também, Halbwachs (1968), cuja produção nos permite compreender as relações da memória e da sociedade, consideradas como preocupações centrais do autor, que nos deu suporte à realização das entrevistas. Em nosso estudo, buscamos neste autor um referencial para aprofundar as experiências vivenciadas em São Paulo do Potengi a partir dos seus criadores e

denominadores da memória coletiva, ou seja: os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências históricas ou de gerações.

A partir dessas fontes, estávamos nas trilhas de uma abordagem histórico-social sem fronteiras, adotando como objeto a identificação das particularidades das práticas educativas da Igreja Católica no RN, mais particularmente, em São Paulo do Potengi, buscando identificar o modo como se processaram as mudanças ocorridas em função dessas práticas, num determinado período, em determinada realidade social.

Dessa forma, fomos construindo o nosso referencial teórico nesse estudo, retomando as entrevistas realizadas enquanto suporte para interpretação dos dados coletados.

No decorrer da pesquisa buscamos situar essas práticas, a partir de um contexto histórico concreto, ou seja, a sociedade brasileira enfocando o município de São Paulo do Potengi, no Rio Grande do Norte, na Região Nordeste percorrendo o período de 1950 a 1980.

Na sistematização deste estudo procuramos estabelecer uma abordagem teórico-metodológica, articulada no contexto estudado, buscando perceber e demonstrar as particularidades que perpassam o desenvolvimento dessas práticas educativas.

Como instrumentais técnicos nos apoiamos na utilização de roteiros de entrevistas, na realização de reuniões coletivas na comunidade e atividades de pesquisa e extensão universitária, oportunizando a participação de alunos, da graduação dos cursos de Serviço Social, Direito, Informática e Farmácia.

No processo de análise dos dados utilizamos as fontes que serviram de importante suporte à nossa pesquisa, como: documentos, fotografias, filmagens e slides, encontrados na Casa Paroquial onde residia Monsenhor Expedito, atualmente transformado no Memorial Monsenhor Expedito, inaugurado em 16 de janeiro de 2001 no município de São Paulo do Potengi. Tal acervo refere-se à sua trajetória iniciada a partir de 1943 até o seu falecimento em 16 de janeiro de 2000. Apropriamos-nos ainda, deste cenário onde são preservados objetos pertencentes à ao vigário, e produzimos algumas fotografias expostas neste estudo a seguir. Nesse sentido, passamos a trabalhar numa abordagem qualitativa, ilustrando com material iconográfico e fotográfico (fotografias, apresentação de filmes de curta duração e

utilização das transcrições das entrevistas gravadas).

Ao optarmos pela exposição de algumas fotos neste estudo, nossa intenção voltou-se mais precisamente para interpretação dos significados que estas expressam. Na realidade, enquanto imagens visualizadas elas representam objetos ornamentais.

O destaque à cadeira de balanço (foto, 2), tem um significado relevante, na interpretação dos sujeitos entrevistados, pelo fato de ter se constituído um objeto de referência, situado na sala de entrada da sua casa, onde Monsenhor Expedito recebia as pessoas da comunidade, discutia questões, desde as situações individuais, até os problemas coletivos dos trabalhadores rurais. Nesta sala, muitas autoridades da Igreja, políticos, educadores, estiveram presentes nos debates sobre o sindicalismo rural, Programas de Educação, Escolas Radiofônicas Rurais. Nas últimas décadas, muitas lideranças políticas foram ouvir Monsenhor Expedito sobre a sua grande luta em favor das águas para aquela região. O Programa Estadual de Aduoras inaugurado em 14 de maio de 1999 em São Paulo Potengi recebeu o nome de “Aduora Monsenhor Expedito”. Foi um reconhecimento do seu compromisso na defesa das águas chegando a ser conhecido também como “O Profeta das Águas”. Apresentamos em anexo II, uma cópia do discurso de Monsenhor Expedito, proferido no dia da inauguração da Aduora em São Paulo do Potengi.



Foto 2 – Cadeira onde Monsenhor Expedito realizava suas orações.
Fonte: Reproduzida pela autora - Memorial Monsenhor Expedito – 2005.

As demais fotos, na sua forma ilustrativa, expressam a simplicidade dos compartimentos da moradia de Monsenhor Expedito. No entanto, nas lembranças dos sujeitos que freqüentavam aquela casa transformada na Casa Paroquial, revelam em cada espaço, significados que vai além de uma pequena sala de trabalho, um bureau, uma cadeira, máquina de datilografia. Uma sala de jantar, onde além da alimentação, também, era o lugar das recepções para reuniões e visitas que sempre ocorriam. Muitas vezes sem ter nem água a oferecer as pessoas. E todos sabiam que era assim.

Também podemos encontrar ainda, uma imagem fotográfica (foto 7) que se refere aos equipamentos de comunicação existentes na Paróquia: A amplificadora, o microfone, o rádio, além de equipamentos de reprodução fotográfica e filmagens doados pela arquidiocese ainda nos anos 50, quando Monsenhor Expedito começou a se preocupar em documentar as práticas educativas da Igreja e aprendeu a revelar fotografias, preparar e montar filmes de pequena duração.

Monsenhor Expedito sempre teve problemas de saúde, chegou um tempo em precisava de mais pessoas para fazer-lhe companhia. Foi quando a professora Alba

Belchior, membro da pastoral social da Igreja passou a residir nas proximidades da casa paroquial a partir de 1960, apoiando as atividades da paróquia, onde prestou relevantes contribuições na organização do acervo documental da paróquia.



Foto 3 - Sala de trabalho de Monsenhor Expedito
Fonte: Produzida pela autora – Memorial Monsenhor Expedito - 2005



Foto 4 – Sala de Refeições onde Monsenhor Expedito costumava receber seus paroquianos.
Fonte: Produzida pela autora – Memorial Monsenhor Expedito – 2005.



Foto 5 – Objetos de uso pessoal de Monsenhor Expedito.
Fonte: Produção da autora – Memorial Monsenhor Expedito – 2005.



Foto 6 – Monsenhor Expedito recebendo visitas religiosas e de sindicalistas da região.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – RN. 2005.



Foto 7 – A Voz da Concórdia – Criada em 1952.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito - São Paulo do Potengi-RN.

1.5 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado à Introdução, que aponta para as motivações e a relevância da temática escolhida; os objetivos; os procedimentos metodológicos; a organização deste estudo.

No capítulo 2, São Paulo do Potengi uma cidade comum, um movimento incomum, focaliza um vigário rural: Monsenhor Expedito, uma trajetória inovadora e as práticas educativas que desenvolveu em São Paulo do Potengi, 1950 a 1980. Vislumbra um patamar de vivências sócio-educativas e culturais, promovidas pela Igreja Católica, sob a liderança de Mons. Expedito, produtoras de um novo cenário de lutas populares por justiça social e condições dignas de trabalho no campo.

Nesse capítulo focalizamos as experiências de Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, que dedicou 56 anos da sua vida sacerdotal ao referido município, e onde viveu até o último de seus dias. Destacamos a Escola de Serviço Social, a partir da sua contribuição no que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos aplicados às práticas de Desenvolvimento de Comunidade através dos Assistentes Sociais; a importância dos Centros Sociais nos programas de Educação; as Escolas Radiofônicas Rurais e a sua ação voltada para os programas de alfabetização da comunidade; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Movimento de Educação de Base (MEB) que se destacaram como apoio no enfrentamento dos problemas que mais afetavam a vida dos trabalhadores rurais, caracterizando esse contingente de famintos, desassistidos, privados de respeito, liberdade e dignidade.

No capítulo 3 destacamos as práticas educativas e sócio-culturais da Igreja Católica em São Paulo do Potengi. Trata, sobre o surgimento das primeiras escolas no município, entre elas a Escola Comunitária e as da Rede Pública, bem como, o desenvolvimento da cultura local através da criação da Banda de Música e das festas religiosas e profanas da Igreja Católica.

O capítulo 4, *A radiofonia na Igreja Católica como um instrumento de Comunicação Cultural e Interculturalidade*, contempla a fundação da rádio brasileira, em particular a Emissora de Educação Rural, criada em 1958, no Rio Grande do Norte, destacando a sua contribuição pioneira para a criação do Movimento de

Educação de Base (MEB). Com características predominantemente rurais, esta emissora situada em Natal, capital do Estado, onde ocorria de forma desordenada um intenso processo migratório. Ainda nesse capítulo, enfocamos algumas particularidades da Rádio Renascença em Portugal, também vinculada à Igreja Católica e reconhecida como um instrumento de comunicação de alcance universal.

2 SÃO PAULO DO POTENGI: UMA CIDADE COMUM, UM MOVIMENTO INCOMUM

Neste capítulo estamos focalizando o município de São Paulo do Potengi, situado no Estado do Rio Grande do Norte, enquanto área de realização de nossos estudos. Nosso destaque deveu-se, sobretudo, pela relevância de uma cidade comum que se expressava através das suas práticas sócio-educativas desenvolvidas pela Igreja Católica, tendo como articulador maior Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, pároco do município, com o apoio da Arquidiocese de Natal. Reconhecida, portanto, por desenvolver um movimento incomum no contexto da região Nordeste brasileira, no período delimitado para este estudo entre 1950 e 1980, do século XXIX.

Foi precisamente a partir de 1877, final do século XIX, que ocorreu o início da chegada das primeiras famílias à região do Vale do Potengi em conseqüência de uma das maiores secas do Nordeste. Na realidade essas famílias constituíram as primeiras povoações do Juremal, comunidade situada na margem esquerda do rio Potengi, pertencente ao município de São Gonçalo. De acordo com os nossos entrevistados e os registros nos documentos consultados, “a família Urbana de Araújo foi uma das primeiras a se deslocar dos sertões do Rio Grande do Norte, precisamente do município de Acari” (AZEVEDO, 1983, p.13) para se instalar nessa região. Bento Urbano de Araújo, membro desta família, foi o fundador de São Paulo do Potengi.

Todavia, é mais precisamente, a partir de 1902, com a chegada de novos sertanejos vindos do lugarejo chamado Espora, pertencente ao município de Currais–Novos, no Rio Grande Norte, que o povoado começa a crescer economicamente através dos estabelecimentos comerciais que vão se expandindo gradativamente. Juremal, com características de um arruado, onde a missa era celebrada uma vez por mês, pelo pároco do município de São Gonçalo, naquela época, se constituía de uma produção de destaque na região. A pequena localidade contava com uma bolandeira, utilizada nas antigas fazendas acionadas inicialmente por um pequeno número de escravos e posteriormente por bois e outros animais, para descarregar algodão. Esse processo consistia em separar a semente (caroço)

do algodão da pluma que se efetivava da forma mais rudimentar possível, mas era o produto mais importante da localidade, quiçá da região.

Entretanto, no ano de 1909, por ironia do destino, Juremal foi atingido por uma das maiores cheias do rio Potengi, onde as casas e os estabelecimentos comerciais sofreram forte ameaça de serem invadidos pelas águas, provocando receios de maiores perigos, forçando as pessoas a buscarem alternativas de sobrevivências nas localidades mais distantes do rio. Essa reação provocou alguns desacordos que culminaram com a decisão de Bento Urbano de Araújo, em procurar ajuda no município de Macaíba, através do Intendente local, o Cel. Manoel Maurício Freire, que de imediato decidiu pela fundação de uma nova povoação ao lado de Macaíba, nas proximidades do Juremal, num terreno de sua propriedade.

A decisão de se fundar um novo povoado surgiu a partir das orientações do Padre Cícero do Juazeiro, que considerava uma proposta viável e nas suas sugestões apontava a idéia da edificação de uma capela, durante o período da construção das primeiras casas, e que o padroeiro devia ser São Paulo, considerando a sua bravura e virtudes. Também coube ao Padre Cícero a escolha do nome da cidade, que sugeriu São Paulo acrescido do Potengi, nome do lendário rio (AZEVEDO, 1983).

Com o Decreto-Lei nº. 268, de 30 de dezembro de 1943, o povoado alcança a sua independência política, com a criação do município tendo se instalado oficialmente no dia 1º de janeiro de 1944, com a posse do primeiro Prefeito Municipal, o Capitão Severino Raul Gadelha.

Nesse sentido, o novo município se constituiu de terras do município de Macaíba e grande parte do extinto (pelo mesmo decreto) município de São Gonçalo. Contava de acordo com Azevedo (1983, p.27) “com uma área de 1.277 Km², cuja população estimada em 31 de dezembro de 1945, era de 22.656 habitantes”.

Ao apresentarmos este breve panorama do surgimento da cidade de São Paulo do Potengi, nosso objetivo foi reconstituir, através das lembranças, espaço e um cenário histórico, hoje distante, embora contido em cada olhar que se volta além dos ombros para a compreensão dos seus significados e representações num determinado período.

Nesta perspectiva, antes de apresentarmos a conformação econômica, e sócio-histórica do município, passaremos a situar a sua posição geográfica mais

especificamente no Rio Grande do Norte, na Região do Nordeste brasileiro.

De acordo com o mapa de São Paulo do Potengi, apresentado a seguir, é na zona Agreste do Rio Grande do Norte, que se localiza o município de São Paulo do Potengi que ocupa hoje de acordo com a Lei número 268-30/12/1943, quando passa a ser desmembrado de Macaíba. Com uma área total de 220,7km, com 15.133 habitantes¹⁷ sendo 28% da zona rural e 72% da urbana. Conta com 23 comunidades rurais: Várzea Fria, Jurema, São Francisco, Curicaca, Arisco de Condessa, Lagoa Comprida, Mocó, Cachoeira, Riacho Salgado, Santo Estevão, Lagoa Quixabá, Oiteiros, Pitombeiras, Cabaço, Lagoa do Canto, Manjerição, Boa Vista, Pedra Branca, Cachoeirinha, Santa Rita, Meia Légua e Jandaíra. Situado a 78 km da capital Natal, pertence à micro região Agreste Potiguar, com uma área territorial de 240 km. Faz limites¹⁸: Ao Norte com o município Santa Maria e Riachuelo; ao Sul, com o município Senador Eloy de Souza e Lagoa de Velhos; Ao Leste com o município de São Pedro. E, ao Oeste com Riachuelo, Barcelona e Lagoa de Velhos e Riachuelo. Compreendendo uma zona de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido, apresenta características heterogêneas quanto à vegetação, na qual predomina a vegetação da caatinga com espécies da Jurema, do Mororó, da Catingueira, da Aroeira e do Angico. A base fundamental da sua economia encontra-se no setor primário, sendo a agricultura a atividade de maior destaque.

¹⁷ Fonte: IBGE – Censo 2000.

¹⁸ Fonte: IBGE – Censo 2000.



Mapa 1 São Paulo do Potengi - RN

Em se tratando de um estudo construído através da história enquanto quadro de acontecimentos e das memórias coletivas, compreendidas como centro de tradições, de acordo com as afirmações de Halbwach (1990).

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produza... A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é freqüentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram às relações ou contatos de grupos com outros... (HALBWACHS, 1990, p. 88).

Na realidade, essas mudanças e acontecimentos que são produzidos no próprio grupo têm um papel fundamental no que se refere ao desenvolvimento de um conteúdo que revele os traços pertinentes a identidade do grupo num determinado espaço. São, portanto essas imagens do meio exterior que

desempenham um papel na memória coletiva.

Com o propósito de perceber as pedras da cidade, nas suas diversas formas estruturais, vamos encontrar São Paulo do Potengi, uma pequena cidade, cuja conformação lhe empresta uma identidade que se expressa num cenário familiar, e as mudanças do mundo moderno parecem que não conseguiram abalar.

Buscamos, a partir do entendimento de que memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar e de seu povo. Invadimos o Potengi, buscando na escassez das suas águas o encontro de um sonho poético que vislumbra também nos sonhos de milhares de homens e mulheres que semearam coletivamente uma economia de subsistência fundamentalmente marcada pela agricultura familiar, sustentada no setor primário.

Embora banhado pelo Rio Potengi e contar com uma barragem construída para armazenamento de água, controle das enchentes e perenização, o município apresenta um problema maior que é “a má qualidade da água de consumo humano. Recentemente esse problema foi amenizado na sede do município e em algumas localidades com a passagem da adutora Mons. Expedito”. (SILVA, 2001, p. 13).

O fato de a agricultura familiar ser considerada uma representação de destaque, ainda não atingiu um nível técnico desejável pelas próprias condições de difícil acesso aos sistemas de financiamentos bancários, bem como a disponibilidade de políticas agrárias de maior suporte aos pequenos produtores rurais da região, particularmente a não realização de uma reforma agrária que pudesse amenizar a concentração de terras nas mãos de uns poucos proprietários.

Ao longo de sua história, muitos são os fatores que se constituem dificuldades que acompanham o cotidiano da vida dos trabalhadores do campo, penalizados pela dificuldade de acesso a terra, de condições econômicas para desenvolver um eficiente combate às pragas das pequenas lavouras, precária utilização do processo de adubação e irrigação, além dos baixos índices pluviométricos, trazidos pela irregularidade das chuvas.

De acordo com os nossos estudos a partir dos documentos e textos publicados sobre a economia do município durante o período de 1950 / 1980 identificamos a cultura agrícola do algodão, como a mais importante, em grande parte feita juntamente com o feijão, milho e a fava. Encontramos ainda, a batata doce e a mandioca dentre as opções mais importante dos agricultores no cultivo do

solo.

Por muito tempo o sistema de meação foi predominantemente utilizado no plantio do algodão. Entretanto, o meeiro não tinha liberdade de vender a sua parte, considerando o “endividamento contraído junto ao seu patrão, que em alguns casos não tendo acesso a bancos financiadores, teria que vender o seu produto “na folha” aos grandes compradores” (AZEVEDO, 1983, p.93). A compra “na folha” significa uma das formas de dominação dos proprietários vivenciadas pelos trabalhadores rurais.

Este é um dos motivos apontados pelos nossos entrevistados, que mais contribuiu para o empobrecimento dos trabalhadores, levando-os a buscarem outras oportunidades mais lucrativas. Entretanto, a presença da antiga Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), hoje, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), integrada ao trabalho do Centro Social de São Paulo do Potengi teve um relevante destaque no processo de fortalecimento às lutas sindicalistas iniciadas pela paróquia local, através do Monsenhor Expedito, abrindo espaços para debates sobre problemas na agricultura, favorecendo a organização e adoção de decisões inovadoras e coletivas para enfrentamento dos desafios do trabalho no campo.

Para compreensão dos estabelecimentos rurais do município nos deparamos com dados estatísticos que nos surpreenderam, considerando que 83,17% destes estão classificados como minifúndio, levando-se em conta as propriedades com até 20 hectares, cujas áreas ocupam apenas 15,09% do município conforme os dados do IBGE de 1975. Na realidade, fica evidenciada a grande concentração de terras improdutivas nas mãos dos latifundiários, muitas vezes improdutivos, que representam uma poderosa oligarquia na defesa dos seus interesses, comprometendo conseqüentemente a luta dos pequenos trabalhadores do campo pelo direito a terra e as condições dignas de trabalho e desenvolvimento da agricultura de subsistência em maiores proporções.

De acordo com as tabelas seguir apresentaremos alguns dados sobre a produção agrícola, formas de utilização das terras e a estrutura fundiária do município de São Paulo do Potengi, de acordo com o Censo de 1975:

Produto/Área colhida/há	Quantidade Produzida Toneladas	Rendimento kg / ha	Valor (Mil Cruzeiros)
Algodão herbáceo - 3.684	995	270	6.795
Algodão arbóreo - 100	26	260	208
Batata doce 220	100	5.000	1760
Fava -330	99	300	390
Feijão (em grãos) - 2.161	882	408	3.616
Mandioca - 486	2.916	6.000	1.545
Milho -1. 208	580	480	904
Bananas (conchos) - 5	6.000	1.200	78
Coco da baía (frutos) – 23	69.000 (frutos)	3.000 (frutos/há)	103

Tabela 1 - Produção Agrícola do Município de São Paulo do Potengi
Fonte: Censo de 1975

A tabela 1 apresenta o tipo de produção existente no município, onde podemos observar o destaque na produção do algodão herbáceo que chegou a alcançar uma área colhida de 3.684 hectares e uma produção de 995 toneladas; do feijão atingiu uma área colhida de 2.161 hectares produzindo 882 toneladas: e do milho que ocupou uma área colhida de 1.208 hectares, com uma produção de 480 toneladas. É importante observar durante o período do nosso estudo, que apesar das dificuldades enfrentadas no campo, o índice de produção do algodão era bem mais expressivo do que atualmente, mesmo levando-se em conta as demais que constam no quadro apresentado, que embora de alcance em menor proporção de áreas colhidas por hectares, destacou-se na quantidade produzida por tonelada, bem como pelo rendimento em quilos por hectares.

Produto	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)
Banana	4	45
Castanha de caju	320	91
Coco da Baía - 1	26	60
feijão	600	270
fava	10	3
Mandioca	120	1200
Manga	5	35
Milho	500	140
Batata doce	5	40
Maracujá	3	15
Algodão herbáceo	1	1

Tabela 2 - Área Colhida e Quantidade Produzida dos Principais Produtos Agrícolas - 2002.
Fonte: IBGE - 2002.

Com referência a tabela 2, fica demonstrada a redução da produção agrícola no município, principalmente com relação aos produtos que obtiveram maior destaque até 1975, como é o caso do algodão herbáceo que sofre uma queda considerável, tanto em área colhida (ha) de 3.684 para 01, como de quantidade produzida (t) de 995 para 01. Apesar dos estudos realizados comprovarem a qualidade da terra e das condições climáticas como um dos fatores positivos para o plantio do algodão, o surgimento do bicudo (tipo de praga que ataca a plantação de algodão) foi uma das causas que mais afetou a esta produção, conforme os depoimentos dos nossos entrevistados. Como se pode perceber a agricultura vem sofrendo um forte abalo no município desde as últimas décadas do século passado, em decorrência principal da ausência de uma política agrária voltada para as questões do campo. Essa questão fica evidenciada nos demais produtos que aparecem nas tabelas 1 e 2, mesmo levando-se em conta os novos tipos de produção frutífera, que vão surgindo no município, como castanha de caju, manga e maracujá.

A tabela 3 refere-se ao processo de utilização das terras, de acordo com o Censo de 1975, demonstrando os tipos de culturas, o número de informantes por área e ha. Nesta tabela destacam-se: as lavouras temporárias, considerando o número de informantes (1,033) e a área de produção por hectare (7.877); as terras de descanso e não produtivas, (2.475, Área - ha), confirmadas por 185 informantes.

Tipo de Culturas	Nº. de Informantes	Área-ha
Lavouras permanentes	46	169
Lavouras temporárias	1.033	7.877
Pastagens naturais	502	10.705
Pastagens plantadas	15	378
Matas e florestas naturais	193	5.162
Terras de descanso e produtivas não utilizadas	185	2.475

Tabela 3 - Utilização das Terras do Município
Fonte: Censo de 1975

Com referência a Tabela 4 a seguir, apresenta os demonstrativos do Censo de 1970 e 1975, fica evidenciado o tamanho dos estabelecimentos de produção por área / hectare, nos dois períodos. É importante observar que em 1970 não foram identificados estabelecimentos com menos de 1 ha. Já em 1975, esse dado é

apresentado apontando a existência de 100 estabelecimentos alcançando uma área de 75 ha.

Outro aspecto importante nesta tabela, refere-se a indicação dos estabelecimentos entre 20 a 50 ha que somam 125, representando uma área de 3.984 ha, conforme o censo de 1970 significando 11% do total da área 37.158 ha. O censo de 1975, seguindo a mesma indicação dos estabelecimentos, entre 20 a 50 ha, aponta a existência de 84 estabelecimentos atingindo uma área de 2.488 ha. Representando portanto, 8% do total da área de 30.113 ha, significando que no período do nosso estudo aumentou a concentração da terra em mãos de número cada vez maior de proprietários. Cabe observar que, na medida em que a proporção do tamanho dos estabelecimentos por ha, aumenta, o número de estabelecimentos vai sendo reduzido conforme se observa a partir dos estabelecimentos de 50 a 100 hectares. Os estabelecimentos com mais de 500 há, por exemplo, em 1970, eram em número de 15, representando 48% do total da área ; em 1975, esse número foi reduzido para 12 estabelecimentos, representando ainda 44% do total da área agrícola.

Tamanho dos estabelecimentos em hectares	Censo de 1970				Censo de 1975			
	Nº estabelecimentos.	-Área/Ha e %			Nº estabelecimentos.	Área/Ha		
Menos de 1 ha	-	-	-	0%	100	10%	75	0%
De 1 a 2 ha	41	5%	70	0%	164	16%	243	1%
De 2 a 5 ha	278	34%	891	2%	273	26%	899	3%
De 5a 10 ha	154	19%	1.093	3%	184	18%	1.320	4%
De 10 a 20 ha	126	15%	1.753	5%	144	14%	2.009	7%
De 20 a 50 ha	125	15%	3.984	11%	84	8%	2.488	8%
De 50 a 100 ha	43	5%	2.892	8%	46	4%	2.913	10%
De 100 a 200 ha	21	3%	2.799	8%	17	2%	2.432	8%
De 200 a 500 ha	19	2%	5.833	16%	16	2%	4.570	15%
De 500 a 1000 ha	07	1%	4.834	13%	07	1%	4.679	16%
De 1000 a 2000 ha	07	1%	9.409	25%	04	0%	5.785	19%
De 2000 a 5000 ha	01	0%	3.600	10%	01	0%	2.700	9%
Totais	822	100%	37158	100%	1.040	100%	30113	100%

Tabela 4 – Estrutura Fundiária do Município de São Paulo do Potengi – Rio Grande do Norte.
Fonte: Censo de 1975.

Ao nos determos nos depoimentos dos nossos entrevistados, que também caminharam nessa trajetória de realização e busca de democratização e direitos de cidadania, nos anos de 1950 a 1960, dentre as conquistas nos aspectos sócio-econômicos, podemos identificar a organização do Sindicato dos Trabalhadores rurais, o incentivo à agricultura familiar que é atualmente constituída pelas associações comunitárias, e também pelos assentamentos que contam com 2.900 associados.

Com referência à pecuária, o município dispõe de um rebanho de gado destacado na conjuntura do Estado, (de acordo com o censo de 1970 atingiu 8.757 bovinos, o censo de 1975 indica um aumento para 8.960 bovinos) cuja bacia leiteira atende o abastecimento da capital do Estado, graças à produção existente no município.

É importante considerar a implantação do trabalho de Extensão Rural no município, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural-ANCAR, vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado, cuja ação extensionista, desde o seu início, baseia-se no slogan: “ajudar o homem do campo a ajudar-se a si mesmo”. De acordo com os documentos pesquisados, é a partir de 1955 que começa a sua atuação no Estado, através de cinco Equipes Locais, que abrangiam os municípios de São Paulo do Potengi, São Tomé, Nova Cruz, Currais Novos e Santa Cruz que era considerada Equipe Regional. A equipe pioneira desse serviço que foi instalado em fins de 1955, na cidade de Santa Cruz, sede da 1ª Região Administrativa, era composta por um engenheiro agrônomo e uma assistente social.

Em São Paulo do Potengi, o escritório local foi implantado em 13 de dezembro de 1955, sendo sua equipe constituída pelo Engenheiro Agrônomo Lojos Ferens KoKai (Luis KoKay) e a assistente social Consuelo Batista Gurgel. Constituía um grande suporte às atividades agrícolas, sem interferências políticas nem de nenhum credo religioso, embora se observasse o elevado apoio às práticas educativas da Igreja Católica, pela dimensão exercida nas comunidades rurais. Dessa forma, de acordo com as afirmações dos nossos entrevistados, havia um trabalho bastante integrado com a paróquia até mesmo na utilização do transporte para deslocamento dos profissionais que prestavam serviços de saúde e de organização comunitária.

A ANCAR significava uma forte aliada ao trabalho educativo que já vinha

sendo desenvolvido junto aos trabalhadores rurais pela Igreja Católica, sob a liderança de Monsenhor Expedito que contava com uma equipe de assessoria do SAR, cujas preocupações voltavam-se para a realização de estudos da realidade social; o envolvimento das lideranças locais, através da realização de treinamentos de jovens sobre as questões do campo e a necessidade de organização dos trabalhadores rurais através dos sindicatos rurais; a utilização dos meios de comunicação de maior influência na época, como o rádio, o programa local “A voz da Concórdia”, as visitas domiciliares, objetivando o maior acesso da comunidade às informações sobre as questões do campo a partir da perspectiva metodológica do Desenvolvimento de Comunidade.

Todos os incentivos não surgiam por acaso; faziam parte de um programa desenvolvimentista do Governo Federal, com objetivo de atender as demandas do campo e reduzir as tensões dos trabalhadores rurais em todo país, de forma especial no Nordeste, onde viviam momentos de crise e buscavam respostas às suas reivindicações. Some-se a esta situação o receio de infiltração do comunismo que ganhava espaços de influência naquele período.

Nesse cenário, o diferencial que vamos encontrar em São Paulo do Potengi é, sobretudo, a tradição religiosa do seu povo e a liderança do pároco Monsenhor Expedito, que enfocaremos a seguir.

Na fotografia, que apresentamos abaixo, podemos perceber a participação de Monsenhor Expedito nas discussões do processo de implantação da ANCAR, no escritório do município, com os técnicos de extensão rural e algumas representações locais. Na realidade, a sua presença nessas reuniões, muitas vezes quando realizadas informalmente numa varanda do escritório, como nos mostra a fotografia, ali eram tratadas as questões da agricultura local, das reais condições de trabalho dos pequenos produtores rurais, buscando alternativas de inclusão social. De acordo com os nossos entrevistados nas suas lembranças, essas reuniões, resultavam sempre numa agenda de compromissos que o vigário fazia questão de divulgar e alertar a população sobre o que estava acontecendo nesses encontros.



Foto 8 – Participação da Igreja Católica nas discussões da implantação da ANCAR em São Paulo do Potengi – RN – 1955.

Fonte: Memorial Monsenhor Expedito. São Paulo do Potengi. 2005.

2.1 “UM VIGÁRIO RURAL”: MONSENHOR EXPEDITO, UMA TRAJETÓRIA INOVADORA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SÃO PAULO DO POTENGI

“Sou mesmo é vigário rural”. Magro, muito magro, aquele padrezinho. A batina sobra-lhe por todos os lados. Corpo franzino, levemente curvado pra frente, gingando ao esforço de um andar que começa a ser difícil. Meão de estrutura. Cabelos pretos, abundantes, aparados “à escovinha”. Óculos de aro grosso. Ossatura saliente em um rosto quadrangular. Maxilar voluntarioso. Um permanente sorriso realça a expressão de vivacidade que emana de toda a sua figura ascética. Só fala quando confia nos interlocutores. Então domina o interesse do grupo. Gesticula, movimenta-se, rir e faz rir. Quando no seu jipe, passa a dirigir com apenas a mão esquerda, para que a direita fique completamente desimpedida proporcionando gestos adequados. (MARINS, 1965, p. 9).

Considerando que o nosso objeto de investigação privilegia as práticas educativas da Igreja Católica no município de São Paulo do Potengi, não poderíamos pensar a sua realização sem nos determos à figura expressiva de Monsenhor Expedito: A sua maneira peculiar de lidar com seus interlocutores, no desenvolvimento dessas práticas, o seu carisma e sua forma espontânea, muitas

vezes, de contar histórias e dar muitas gargalhadas. Enfim, a sua participação e articulação num determinado pensamento coletivo, o fez viver um tempo real, capaz de oferecer um conteúdo de acontecimentos às consciências individuais, permitindo-lhes encontrar e dispor das suas lembranças.

Este capítulo tem um significado especial neste estudo, pelo fato de se voltar para compreensão e reconstituição histórica de uma trajetória inovadora de um vigário rural – Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, articulador maior do Movimento de Natal em São Paulo Potengi – onde dedicou grande parte da sua vida religiosa (56 anos). Ao o elegermos como personagem de destaque deste estudo, além de sua expressiva participação nas práticas educativas no referido município o nosso argumento fundamentou-se, pelo fato de Monsenhor Expedito ter feito parte do “grupo dos seis” fundadores do Movimento de Natal. (MARINS, 1968).

Quando procurei saber quais eram os outros cinco (evidentemente o primeiro dos seis é Dom Eugênio) citaram-me quatro nomes: Dom Tavares, então pároco de Angicos, onde, com a ajuda do Senhor suscitou uma boa dezena de vocações religiosas e veio a ser depois o ativo bispo de Caicó, Capital da Região do Seridó. Dom Nivaldo Monte, assistente da Ação Católica Feminina, o homem da Escola de Serviço Social e atualmente Bispo Auxiliar de Aracaju. Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, o vigário piloto da “paróquia piloto de São Paulo do Potengi”. Monsenhor Pedro Rebouças de Moura, pároco de Nova Cruz e fundador das Irmãs de Santa Gema Galgani, preciosas auxiliares paroquiais e diocesanas que se ocupam principalmente da casa de hóspedes de Ponta Negra. O sexto não houve meio de saber. Pensei primeiro se tratar de um caso de “mais ou menos” bem brasileiro. Creio que este é mais “um jeito” delicado que permite os muitos poderem ser contados entre os do princípio. (MARINS, 1968, p. 69).

Monsenhor Expedito nasceu na Fazenda Serra Branca, no município de São Rafael – RN, em 13 de dezembro de 1916. Filho de João Batista de Medeiros (Joca Medeiros) e Umbelina Sobral de Medeiros. Com referência ao parentesco de sua família com a Baronesa da Serra Branca, fica evidenciado de acordo com Azevedo (2000).¹⁹

¹⁹ Obtive do amigo Manuel Sobral de Medeiros as seguintes informações que foram secundadas pelos registros do livro, Notícias Históricas do Município de Santana do Matos, de autoria do mestre Cascudo. Felipe de Carvalho Santana, depois Barão de Serra Branca, nasceu em Santana do Matos a 02.05.1829, sendo filho do capitão Antônio da Silva de Carvalho e de Maria da Silva Veloso e morreu nos arredores de Caicó, voltando de uma viagem em visita ao Padre Cícero, a 16.07.1893.

Em janeiro de 1940 o então Padre Expedito, foi designado pelo bispo para atuar como coadjutor do Monsenhor Walfredo Gurgel, vigário em Caicó, preferindo pregar no meio rural, pois se sentia acanhado de falar para as pessoas da cidade. Permaneceu pouco tempo em Caicó, depois de alguns meses, Dom Marcolino enviou uma correspondência para Monsenhor Walfredo nestes termos: “Mande-me padre Expedito na próxima semana. Não aceito nem pedidos nem abaixo-assinados”. Nomeado vigário de Taipu e Touros onde permaneceu de fevereiro a julho de 1941, o padre Expedito começa a enfrentar momentos difíceis. Acontecia naquele período, um verdadeiro surto de doenças. Ao visitar as famílias, muitas vezes tinha que rezar ajoelhado no chão para confessar os enfermos (MARINS, 1965).

Não tinham nem latas pra gente se sentar. Os defuntos, que eram muitos [...] vinham carregados em paus envoltos em lençóis, em redes. Verifiquei então que uma das coisas que o perigo nos faz, depois de algum tempo é matar a emoção. Nenhuma coisa se sente exceto medo. (MARINS, 1965, p.18).

Antes de ser nomeado para São Paulo do Potengi, ainda foi designado para duas paróquias, Jardim do Seridó e São Rafael, onde também permaneceu pouco tempo. O próprio Monsenhor Expedito se reconhecia como um vigário rural. Na realidade, essa marca está configurada na memória de todos que conviveram e compartilharam a sua presença em tempo e espaço.

Em seu gabinete de trabalho, nos leva a perceber Monsenhor Expedito na

Além do título de Barão, ele era Tenente Coronel da Guarda Nacional e desempenhou dois mandatos de Deputado Provincial. Seu sepultamento ocorreu no cemitério de Açú. O título de Barão lhe foi concedido, por decreto de 19.08.1888, pelo qual pagou a importância de quinze mil réis, ao Tesouro Estadual... Era casado com Belisária Wanderley Carvalho e Silva, Baronesa da Serra Branca, que nasceu a 13.10.1836, e faleceu em 13.04.1933, em Natal, com 97 anos. Ela foi à última titular do Império, no Rio Grande do Norte. Desse consórcio, não houve filhos, razão pela qual o casal adotou uma criança, de nome Silvestre Néri de Carvalho e Silva, que era filho de um irmão do Barão. Ao se tornar homem adulto, Silvestre casa com Francisca das Chagas Medeiros (Dona Francisquinha), de cuja união também não houve filhos. Com a morte de Silvestre, Dona Francisquinha casa-se, em segunda núpcias, com Dr. Ernesto Emílio da Fonseca, no ano de 1916, justamente naquele em que nascera Expedito Medeiros. Deste novo casamento também não houve filhos. Com este relato, está explicada a vinculação da família Medeiros com os Barões de Serra Branca, pois Dona Francisquinha, que fora esposa do filho adotivo do citado Barão, tornou-se herdeira dos bens deixados por aquela tão nobre figura. (AZEVEDO, 2000,14-15).

envolvido com atividades administrativas da Paróquia.

Um vigário rural que conviveu durante 56 anos no município de São Paulo do Potengi, tendo iniciado sua ação com a criação da Paróquia, pelo Decreto Diocesano, de 30 de novembro de 1943, de Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, bispo de Natal, que também o nomeou vigário. Embora nos seus últimos vinte anos de vida, suas condições de saúde tenham estado debilitadas, procurou fazer das suas fragilidades uma peregrinação em favor dos pobres, homens e mulheres famintos, sem condições de moradia, sem assistência à saúde e sobreviventes das secas constantes da região nordeste brasileira.

Esse pároco exercia intensa atividade no seu cotidiano. De acordo com nossa entrevistada Irmã Elza Araújo (2003), uma das integrantes desse movimento inovador, através das suas lembranças, busca a reconstituição de sua experiência no início do desenvolvimento das práticas educativas em São Paulo do Potengi, sob a orientação do pároco Monsenhor Expedito voltada para formação de grupos de jovens para atuarem nas áreas rurais.

Em São Paulo do Potengi Monsenhor Expedito fazia parte da equipe do clero que iniciava naquele período o Movimento de Natal. Eu era estudante do 2º grau no Colégio das Neves em Natal e participava das reuniões da Arquidiocese. Durante as minhas férias, Dom Eugênio me incumbiu de começar a realizar as reuniões com os jovens e discutir sobre a formação da Juventude Agrária Católica - JAC, no município. Passei a me envolver nesse processo inicial com tarefas de mobilização comunitária e formação de grupos de jovens. No início Monsenhor Expedito ficou preocupado e receoso pelo fato do trabalho ser realizado por uma moça com pouca experiência. Eu também tinha alguns receios, mas, fui enfrentando-os. Na realidade foi um momento muito significativo para nossa cidade. Participar da criação da primeira JAC do Brasil foi um acontecimento muito importante. Foi um trabalho que teve grande repercussão no município, pois além de ser um movimento inovador, por se tratar de uma perspectiva coletiva de organização comunitária em sua fase inicial. Nossa atuação também se voltava para as atividades sócio-culturais, um exemplo foi a criação de grupos de apresentação de dramas que tinha muita aceitação pelos jovens. A partir daí, a equipe do SAR que nos dava apoio, passou a dar maior assessoria à continuidade do trabalho iniciado, conseguindo a realização de treinamentos de lideranças, nos quais ainda tive oportunidade de participar no Centro de Treinamento de Ponta Negra de Natal, além da capacitação na área do artesanato. As pessoas que muito ajudaram neste trabalho de orientação foram, Lourdes Santos e Sofia, que atuavam no SAR em Natal. (ARAÚJO, 2003).²⁰

²⁰ ARAÚJO. Maria Elza de. Entrevistador: Márcia Maria de Sá Rocha em 20/01/2003. Natal-RN. 2003.

Na realidade, para focalizarmos mais precisamente a dimensão dada por Monsenhor Expedito na sua trajetória através das práticas educativas da Igreja Católica, recorreremos às entrevistas realizadas pelo fato destas nos permitirem um olhar mais próximo desses momentos, numa perspectiva de interpretar questões que não aparecem nas falas, mas que se expressam pelo que elas representam. Como por exemplo, a questão do poder, da centralização, da discriminação muitas vezes escondida nas palavras, nos gestos, no silêncio, etc. Quando a irmã Elza nos falava sobre os receios de enfrentar um trabalho paroquial, ainda na sua fase de implantação, podemos observar a questão da discriminação, na medida em que, naquele período as mulheres não assumiam este tipo de atividade; eram educadas para o lar. Vivia-se, portanto, um momento considerado inovador no município de São Paulo do Potengi, não somente no que diz respeito ao processo de participação das mulheres nas ações da Igreja, mas, sobretudo, em relação às posições assumidas pelo pároco Monsenhor Expedito, em face das novas posturas adotadas de atuação nas práticas da sociedade, e não apenas das igrejas.

Na foto abaixo, podemos observar a primeira diretoria do Centro Social de São Paulo do Potengi, formada por mulheres que ocupavam as funções de: diretoria, tesouraria, secretaria executiva e coordenação de atividades sócio-culturais. A irmã Elza de Araújo, nossa entrevistada aparece nessa foto, pois ocupava a função de diretora do Centro Social. É a primeira da esquerda para a direita.



Foto 9 – Primeira diretoria do Centro Social de São Paulo do Potengi - 10/02/1952.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi-2005.

No que se refere às práticas de educação e a organização dos trabalhadores rurais em São Paulo do Potengi, no âmbito do Movimento de Natal, Monsenhor Expedito adotava algumas posturas particulares, como nos revela, em entrevista realizada (NASCIMENTO, 2003) ativo militante das práticas educativas desenvolvidas naquele município.

No primeiro passo, ele ficou vendo como eu já disse as necessidades, esse aí foi o primeiro passo. Depois, ele via que os agricultores tinham que ter o apoio não só da parte da igreja, como do poder público. Então, ele fazia o trabalho ligado à igreja e ao poder público, e para melhorar tudo isso ele formou grupos nas comunidades. Em cada uma das comunidades ele foi deixando um líder. Então ele chegava, ele se engraçava com você e ele dizia “você vai ser o líder daqui”. E aquele líder de lá tinha a maior confiança. Então ele ia pra outro lugar, “você vai ser líder daqui”. Você ia para outro lugar, todas as nossas paróquias; nós tínhamos 45 comunidades em nossa paróquia todinha, pois a nossa paróquia ia até perto de Ceará Mirim e se arrastava por Macaíba, Elói de Souza, São Tomé. A nossa paróquia era essa paróquia toda. Essa paróquia toda era São Paulo do Potengi (NASCIMENTO, 2003).²¹

²¹ NASCIMENTO, José Miguel. Entrevistado em 23/05/2003. São Paulo do Potengi – RN. 2003. Um cassete sonoro

A idéia de organização das comunidades rurais foi uma estratégia básica no desenvolvimento dessas práticas, que marcou os grupos nas suas ações coletivas num determinado espaço. Nessas práticas, não podemos considerar Monsenhor Expedito de forma isolada, mas a sua inserção nesses grupos e as transformações que iam se efetivando.

Nas suas relações com os grupos podemos observar, não só nos relatórios e documentos do SAR, como também através de fotografias e algumas filmagens, que o próprio Monsenhor Expedito sempre demonstrou muito gosto pela arte fotográfica. Ele sempre registrava os momentos de maior destaque das grandes reuniões, de treinamentos de líderes da Arquidiocese onde participavam os sacerdotes, religiosas e militantes cristãos em cursos de atualização retiros, planejamentos etc. Também estava presente nos acontecimentos do encontro dos responsáveis pelo secretariado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Monsenhor Expedito além de participar desses eventos, apresentando suas experiências, apontava as dificuldades em desenvolver uma prática educativa com propostas de politização e justiça social, numa região pobre. Ele próprio chegou a afirmar, que “a muito custo, aprendi a ligar a fé com a vida... Aquele trabalho com jovens me tornou mais humano, mais compreensivo, mais humilde, menos autoritário”. (MEDEIROS, 1990, p. 5).

Na realidade, desenvolver estudos sobre o Movimento de Natal, nos anos 60, implicava no conhecimento *in loco* das práticas educativas inovadoras em São Paulo do Potengi, ou seja, na importância do contato com a comunidade e, mais especificamente, observar o compromisso do vigário local. Nesse sentido, guardadas as devidas proporções, diz Marins (1965, p. 11) “ir a Natal sem conhecer Monsenhor Expedito era quase como ir a Roma e não ver o Papa”.

Todavia, é, também, a partir da memória coletiva dos nossos protagonistas entrevistados, que o nosso olhar não se prende somente às experiências do Monsenhor Expedito enquanto pároco de São Paulo do Potengi, mas, sobretudo, numa perspectiva de enxergar o seu cotidiano convivendo numa comunidade comum, adotando práticas de vida comuns, iguais a seus paroquianos, conforme ainda afirma Nascimento (2003) em entrevista.

O que ele mais amava no mundo era a música e por sinal você vê um monte de discos que ele deixou pra mim. Ele vivia dentro da casa trabalhando no gabinete, naquele gabinete simples, pobre, mal arrumado; precisava sentir o cheiro de poeira, mas, ninguém mexia. A música era no ar, naquele rádio ali ele pegava até a rádio do Vaticano. Embaixo tinha um toca disco, que está no testamento, é meu. Ele então botava aquele toca disco e o rádio era a caixa de som. E ali eu não sei como ele ligava aquilo, saía um som perfeito, você passava ali todo o disco de primeira qualidade, músicas que ele escutava o dia todo, agora ele era um homem que escrevia muito e que lia muito. Por isso é que ele foi um homem sábio. Ficou conhecido por todos o conhecemos como profeta das águas, um homem sábio que fez tudo com muita sabedoria. Por exemplo, nos meus dias eu ia lá, depois que eu casei o meu dia certo de ir lá era na segunda, fazer prestação de contas, contabilidade, no sábado, no domingo; então esses três dias eram os dias e eu ficava quase permanentemente lá. Mas se eu fosse a casa dele na terça na quarta ou em outros dias, quando eu chegava lá ele dizia: “o que é que ta acontecendo contra nós?” – nada Monsenhor – “alguma coisa está acontecendo”, ele conhecia e percebia só pelo olhar da gente. Era um homem sábio. Você nunca chegava lá para ele não estar com o livro na mão, escrevendo ou lendo. (NASCIMENTO, 2003)²².

No decorrer de sua trajetória em São Paulo do Potengi, o Monsenhor Expedito teve oportunidade de receber visitas importantes, não só do país, mas também em nível internacional, entre as quais podemos citar Padre Scheller, diretor da Escola de Serviço Social, da Universidade de St Louis, nos Estados Unidos; Delegação da UNESCO; Padre Fernand Declec, Assistente Nacional da JAC, na França; Televisão “Broadcasting System”, de Columbia nos Estados Unidos e uma Companhia de Televisão da Alemanha que filmou o trabalho comunitário de São Paulo do Potengi.

As pessoas que visitavam a paróquia ficavam interessadas em saber se havia algum tipo de convênio para financiar esse trabalho tão importante junto à comunidade. Monsenhor Expedito respondia muito serenamente que toda ajuda que recebia era da Arquidiocese de Natal, que firmava convênios em nível federal e internacional através dos Ministérios da Educação e da Agricultura para desenvolvimento do Programa de Educação Popular no meio rural. O mais era tudo realizado a partir do esforço comunitário, que se expressava pelo desejo de realização, de esperança de vencer problemas tão difíceis que se alastravam no município e na região que sofria com as secas constantes.

²² NASCIMENTO, José Miguel. Entrevistado em 23/05/2003. São Paulo do Potengi – RN. 2003. Um cassete sonoro

É importante ressaltar que a Escola de Serviço Social de Natal, pelo fato da sua vinculação ao Movimento de Natal, suas experiências através da Ação Católica, marcaram fundamentalmente as práticas educativas da Igreja no Estado. Essa escola sempre se colocou sensível aos problemas da região e aberta às mudanças, conferindo dessa forma a divulgação e a socialização dessas práticas, não só no país, mas também no exterior.

Nessa investida de luta, de busca de proposições conjuntas – Paróquia / Comunidade, é que se faz esta longa história de pouco mais de meio século (56 anos), São Paulo do Potengi, uma “comunidade comum”, se inscreve numa dimensão inovadora, a partir das suas práticas educativas pioneiras principalmente no processo de alfabetização pelo rádio e de organização sindicalista no Estado, reconhecidas até fora do país. Um exemplo dessa dimensão inovadora pode ser observado na criação de uma pedagogia de educação política sem fronteiras elaborada e ampliada pela assessoria do SAR, com a participação de Monsenhor Expedito que teve sua origem com a publicação da primeira cartilha de orientação ao eleitor²³, com a qual um trabalho de politização foi iniciado, junto à comunidade de São Paulo do Potengi, tendo em vista esclarecer os eleitores sobre os direitos de exercer a cidadania através do voto.

Este trabalho de politização iniciado no município com a utilização da cartilha de orientação ao eleitor, além de se tratar de uma proposta inovadora foi considerada de grande influência no processo eleitoral, dado ao procedimento adotado pela pastoral social nas discussões do documento durante as reuniões realizadas nas ruas, nos momentos em que as pessoas se reuniam à noite em suas calçadas. É importante observar de acordo com a nossa entrevistada Maria Nini de Araújo (2003).

Fui à primeira candidata a prefeita do município a utilizar a cartilha, na campanha de 1973. Saíamos em todas as ruas discutindo os problemas do nosso município de acordo com as orientações da cartilha que era distribuída com o povo. Tão grande foi a repercussão que fomos vitoriosos. Algumas pessoas chegaram a afirmar que nunca tinham visto se fazer campanha com cartilha.

²³ A cartilha de orientação ao eleitor, documento de grande referência no município no trabalho de política e conscientização, que contava com a participação das autoridades locais, pároco, políticos, juiz, médicos, professores, dentre outras, além dos estudantes, e lideranças comunitárias. Entretanto, não tivemos acesso ao documento no Memorial Monsenhor Expedito.

Portanto, perceber as experiências de Monsenhor Expedito, significa, sobretudo, nos voltarmos para as lembranças que as pessoas que conviveram com ele podem expressar acerca dos significados e tensões que aquele período representava. De acordo com a fala da nossa entrevistada, que desde 1960 vem acompanhando e prestando assessoria à casa paroquial de São Paulo do Potengi, onde teve a oportunidade de partilhar mais diretamente do cotidiano do Monsenhor Expedito até os últimos momentos de sua vida, o Monsenhor Expedito se envolvia no cotidiano de seus paroquianos, como podemos observar. (SILVA, 2003).

Nessa calçada, ele conversava com as pessoas que passavam. Lá vinha o homem do roçado com uma enxada. Ele perguntava como foi seu dia, como tava lá no roçado. E aquele já dava notícia de outro, da vizinhança, eu tive um pedacinho que não deu certo, mas o outro eu prometi salvar, aquele não deu, mais aqui vai dar. A vaca do vizinho veio até o roçado de compadre Severino, mas graças a Deus não chegou ao meu. Então comeu tudo. Disso aí ele preparava a sua prática para a noite ele falar na igreja. Tem um discurso dele por aí gravado, que ele dizia assim: “O que é dar testemunho da vivência de Jesus na sua vida ? Por exemplo: um amigo ele não chamava amigo, ele dizia: “uma pessoa estava aperreada, apertada” e foi ele mostrando aí o relacionamento que Jesus queria que fosse e o que o evangelho manda, vamos dizer, de um patrão e de um trabalhador. “O patrão e o empregado”. Então aquele empregado se encontrou num momento difícil e ele correu na casa do patrão que geralmente eram compadres. Aí ele disse: “minha mulher está para dar a luz, compre minha vaquinha” aí o patrão perguntou, por quanto? O empregado deu o valor. Ele então respondeu: “fique com a vaca pro menino tomar o leite”. (SILVA, 2003)²⁴

Durante sua trajetória de pároco rural, Monsenhor Expedito embora tenha se dedicado à causa da Igreja, no campo da espiritualidade, teve sua mais forte atuação no campo das causas sociais. De acordo com Azevedo, (2000, p.61) sua luta maior em favor dos pobres o “tornou o mais forte e incansável batalhador pela causa de levar água, de boa qualidade, para o semi-árido nordestino, e, de modo especial para o Rio Grande do Norte”.

O seu envolvimento maior nesta luta pelas águas ocorreu a partir dos anos 80, o qual não se situa no período do nosso estudo. No entanto, na verdade, a sua preocupação com as secas se destaca desde a seca de 1953, uma das mais

²⁴ SILVA, Belchior Alba. Entrevistada por Márcia Maria de Sá Rocha e Luana Maximiano, em 23/05/2003. São Paulo do Potengi – RN. 2003. Um cassete sonoro

sofridas pelo município.

Com referência a seca de 1958, embora semelhante a muitas outras já vivenciadas no município. Em 1953, ocorreu uma das maiores secas da região, por duas vezes a cidade foi invadida não se registrando nenhuma depredação. Entretanto, esta de 1958 teve algumas peculiaridades que ficaram marcadas nas lembranças dos nossos entrevistados e também em alguns textos publicados. Na verdade, Monsenhor Expedito muitas vezes nos lembrava que as pessoas se assustavam muito quando se fala em invasões, como se fosse algo recente, no entanto, em 1958 já ocorriam invasões às feiras, por flagelados do campo castigados pela estiagem.

2.2 SÃO PAULO DO POTENGI NAS TRILHAS DO MOVIMENTO DE NATAL

Não podemos compreender a conjuntura político-social da época sem uma leitura voltada para os problemas que afetavam mais diretamente o Estado, pela ausência de políticas agrárias, a exemplo do problema da seca, já abordada no item anterior.

A cidade do Natal, capital do Estado, sofria mais diretamente esse problema, advindo das constantes crises das secas no campo, gerando o êxodo rural. .

As constantes invasões desse contingente que passava a sofrer os desafios do enfrentamento da fome e da falta de condições de moradia afetavam, conseqüentemente, os problemas de saúde, educação e moradia. Na realidade, a falta de condições de trabalho no campo era a principal causa desses problemas.

Outro aspecto que não podemos deixar de destacar na cidade, são os efeitos da II Guerra Mundial nos primeiros anos da década de 1940, quando em 1942, foi instalado em Natal o Serviço de Defesa Anti-Aérea com a criação do Campo de Parnamirim, base norte-americana que serviu de ponte de apoio para o transporte de tropas que se deslocavam para o continente africano.

Com o final da guerra veio o grande colapso: desaparecem os americanos, o dólar, enfim, tudo que parecia chegar às mãos dos pobres de repente deixa de existir, como, por exemplo, os empregos nas Bases Aérea e Naval, a construção

civil, o comércio, os novos hotéis, bares, cinemas, oportunidades para as empregadas domésticas, dentre outras.

Cabe considerar, de acordo com a tabela 5 a seguir, o crescimento da cidade no período de 1900 a 1965.

Período	Crescimento da população	%
1900 a 1920	30.696	91,20%
1920 a 1940	54.836	78,60%
1940 a 1950	103.215	88,20%
1950 a 1960	162.537	57,50%

Tabela 5 - Crescimento Percentual e Populacional da Cidade de Natal-RN.
Fonte: Censo IBGE (1968).

Em termos percentuais o crescimento da população de Natal foi de 91,2% entre 1900 e 1920 (vinte anos): 78,6% entre 1920 e 1940 (20 anos): 88,2% entre 1940 e 1950 (10 anos); 57,5% entre 1950 e 1960 (10anos). Com referência ao crescimento da população é importante destacar que até 1900, Natal tinha 16.056 habitantes; 30.696, em 1920; 54.836, em 1940; 103.215, em 1950; 162.537, em 1960, devendo ter superado os 200.000 habitantes em 1965 (Censo, de sobrevivência IBGE, 1968), demonstrando que é precisamente nos anos de 1940 a 1950 quando ocorre o maior índice de crescimento populacional de 88,2%, em decorrência principal, dos fatores relacionados às conseqüências da II Guerra Mundial e das sucessivas crises nas áreas rurais, provocadas pela falta de chuvas.

Este é um período de grande importância para o Estado do Rio Grande do Norte em particular, por se tratar de um momento em que a Arquidiocese de Natal cria o denominado Movimento de Natal, quando a Igreja através da Diocese direciona suas práticas educativas, numa tentativa de responder às demandas da capital e do campo, envolvendo o poder público e as instituições locais. Iniciava-se assim, uma percepção inovadora impulsionada pela Igreja Católica com relação à Assistência Social Institucionalizada. A criação da LBA e da Escola de Serviço Social foi um importante avanço para o fortalecimento dessas práticas educativas desenvolvidas no meio urbano e rural.

Na verdade, como este estudo volta-se para o meio rural estamos tratando

das práticas educativas voltadas para o referido universo. O trabalho foi iniciado com a realização de Semanas Rurais, que apontaram para a necessidade de criação de Missão Rural, constituída de uma equipe multidisciplinar: agrônomo, médico, assistente social, técnico em economia doméstica e um sacerdote. Inicialmente, a equipe visitava vários municípios, mas passou posteriormente a fixar-se em regiões, delimitadas, para garantir maior profundidade ao trabalho.

Contudo, é a partir do surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 1952, que a Ação Católica recebe um apoio maior em nível nacional, considerando a abertura deste segmento às novas posições assumidas pela Igreja Católica, principalmente no Nordeste, onde essas práticas começam a contribuir significativamente para uma maior divulgação da realidade do homem do campo.

A Ação Católica, através de seus diversos segmentos, foi o pilar de sustentação maior das práticas educativas da Arquidiocese de Natal naquele momento histórico. É precisamente após a II Grande Guerra que ocorrem mudanças na sociedade brasileira que marcaram a atuação da Igreja Católica, que assume posições mais voltadas para as lutas populares. No Rio Grande do Norte, esse processo, iniciado a partir de 1950, tem como marco a carta de Dom Inocêncio Engelke, da Diocese de Campanha (MG), por ocasião da Primeira Semana Rural, a qual alertava para a questão da terra, conclamando toda a Igreja a empreender uma ação firme e eficaz no meio rural. A partir de então, se iniciou um processo mais agressivo, quando se passou a desenvolver “uma prática social fundamentada num movimento renovado, onde o Serviço Social teve um papel de relevância nesse momento histórico das práticas educativas da Igreja Católica” (PAIVA, 1992, p.43).

As experiências de extensão e missões rurais, iniciadas a partir de 1952, através da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) constituíram-se o grande eixo do desenvolvimento das práticas educativas da Igreja Católica através do Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte, objetivando a capacitação profissional e a organização das comunidades rurais. No entanto, é no governo de Kubitschek que a CNER é...

Definitivamente regulamentada (...) para definir a educação de base

no meio rural brasileiro (...) e levar aos indivíduos e às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem (AMMANN, 1991, p. 48).

Nesse sentido, o desenvolvimento dessas práticas educativas multiplicou-se e se constituíram as portas de entrada do Desenvolvimento de Comunidade - DC, no Brasil, como medida governamental para mobilizar a população para tarefas predefinidas que trataremos logo a seguir.

É no período 1945-1955, que podemos perceber - a partir das lembranças e imagens memorizadas de forma coletiva, pelos grupos que atuaram e vivenciaram essas práticas educativas - o significado da Escola de Serviço Social. Não somente pela sua função acadêmica no processo de formação de profissionais, mas também pelo seu empenho e comprometimento com problemas sociais, mesmo que ainda revestido de uma postura acrítica, aquela, Escola começava a questionar o momento crítico da realidade social. Afirma Ferrari, que “não há, praticamente uma obra ou atividade social do Movimento de Natal, em que não tenha atuado uma assistente social ou uma aluna da Escola atuando”. Ferrari (1965, p. 59).

Para maior compreensão da trajetória de Desenvolvimento de Comunidade (DC) no Estado, em particular no município de São Paulo do Potengi, no período de 1950 a 1980, é importante evidenciar que as práticas educativas da Igreja Católica apresentavam um cunho mais popular, ou seja, um maior comprometimento com as lutas populares. Nesse sentido, o DC, constituía de um procedimento teórico – metodológico utilizado pela Igreja, com o apoio técnico dos profissionais de Serviço Social a partir da implantação de práticas de educação popular, favorecendo a criação dos Centros Sociais que serviram de apoio à viabilização das Missões Rurais²⁵ que tinham como suporte logístico, recursos como: O rádio, o cinema e as

²⁵ A Missão Rural Ambulante no Estado era constituída por uma equipe de profissionais que atuavam de forma voluntária visando a promoção do bem – estar das comunidades rurais e a educação do homem do campo, através da realização de serviços de assistência médico - dentária, educacional, moral e religiosa, e de orientação agropecuária. A equipe era composta por um médico, um dentista, um agrônomo, (um ou uma) assistente social e um sacerdote que contava com um transporte e um aparelho audiodifusão cedido pelo SIA. Inicialmente a equipe passava um dia em cada comunidade prestando serviços de saúde e realizando palestras educativas, enfocando questões de saúde,

bibliotecas circulantes.

No Rio Grande do Norte, os programas de DC estiveram profundamente atrelados ao Movimento de Natal, representados por um conjunto de atividades sócio-religiosas desenvolvidas pela Arquidiocese de Natal.

A Igreja Católica passou a agir através de associações religiosas e de entidades governamentais, no sentido de atender as carências imediatas, oriundas de problemas sociais, econômicas agravados nos anos após a segunda grande guerra. A partir daí, surgiu à necessidade de formação de profissionais em Serviço Social para atuarem apoiados em fundamentos mais científicos, das Ciências, desenvolvendo os primeiros estudos sobre questões da realidade social.

Embora essa abordagem tenha se expressado de forma inovadora, dado o caráter voltado para uma perspectiva de propor mudanças estruturais, não podemos negar que apresentava soluções respaldadas em uma conjuntura política nacional conservadora e dominante. Entretanto, de acordo com Aguiar (1985, p. 104) é a partir dos anos 60 que:

Um reduzido número da categoria profissional é influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda, que colocam a conscientização e a politização em função das mudanças estruturais. Essa nova postura permite que se registre, no período de 1960-1964, uma prática desse reduzido grupo de assistentes sociais que parte de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e necessidades de mudanças radicais. (AGUIAR, 1984, p.).

Na perspectiva do Movimento de Natal, é nos anos 60 que o DC passa a assumir um caráter político, crítico e classista, inserindo-se no contexto nacional

educação e técnicas agropecuárias. De acordo com as avaliações realizadas pelo SAR, através do relatório de atividades de 1951, ficava evidenciada a necessidade de “formação de lideranças, visando a formação de elementos capazes de promover a recuperação do meio rural”. Em 1952 o SAR firmava o acordo com a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, assumindo a execução das Missões Rurais de Educação, de caráter permanente e em áreas restritas. Em decorrência de estudos realizados no Estado, foi sugerida a implantação da primeira Missão Rural permanente em Nísia Floresta e, posteriormente em São Paulo do Potengi e no sertão do Seridó a partir de 1954. Nesse sentido, em 1959 a Missão contava com 16 núcleos, nos municípios de Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês, Goianinha, e Monte Alegre, contando com 24 grupos organizados, 6 núcleos cooperativistas e uma cooperativa. Observa-se nessa época a evolução das “indústrias caseiras” com produção artesanal comercial (FERRARI, 1968 p.76,77).

numa dimensão macro-societária e em função de mudanças estruturais, “bordam as comunidades (...) como uma realidade constituída de forças antagônicas regidas por relações sociais de dominação. A participação significa a luta pela hegemonia das classes subordinadas”. (AMMANN, 1991, p. 98-99).

O Desenvolvimento de Comunidade (DC) enquanto procedimento metodológico adotado nas práticas educativas do meio rural deveria significar, sobretudo, um dispositivo alternativo que objetivasse a produção de conhecimentos, e a formação de intelectuais orgânicos comprometidos com os interesses da classe dominada.

Quando nos referimos à produção de conhecimentos, estamos entendendo, nesse estudo, que esse conhecimento deveria servir como instrumento de luta, e a socialização das pessoas (indivíduos sociais) como força na construção das pessoas (novas subjetividades) da sociedade. Ao nos referirmos à questão da ênfase à produção de conhecimento (contra ideologia) e à formação de líderes (intelectuais orgânicos) na concepção Gramsci (1968) estamos pressupondo a troca de saberes e experiências o compromisso, a ação comum e a relação dialética entre agentes externos e a população. Para maior compreensão, Gramsciana, (1968) assim se expressa:

O elemento popular sente, mas, nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual sabe, mas, nem sempre compreende muito menos sente. (...) O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado, (...) (GRAMSCI, 1968, p.138-139).

Considerando o Desenvolvimento de Comunidade como um processo pedagógico de ação junto às comunidades, podemos perceber historicamente, que na prática desse processo as comunidades são sempre identificadas como os espaços de moradia das populações pobres.

Situando o DC como um processo técnico - metodológico de ação, requisitado tanto pelos movimentos como pelas políticas sociais, podemos perceber a participação social como questão central, uma vez considerada como conteúdo básico do DC, seja na implantação dos programas da política social, ou de

processos oriundos dos movimentos sociais. Na realidade, as perspectivas colocadas são antagônicas, reforçando, portanto, perceber a participação social como uma das questões fundamentais do DC.

Compreender, então, a participação social enquanto uma prática pedagógica supõe, sobretudo, uma preocupação em situá-la a partir da ultrapassagem do cotidiano, ou seja, pensar as determinações sócio-históricas da realidade cotidiana, a partir de argumentos críticos, que possam criar condições para a resolução dos problemas surgidos. Trabalhar a ultrapassagem significa assumir uma postura voltada para o desenvolvimento de um processo educativo determinado, “objetivando interferir na dinâmica social, através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população diante da sua realidade social concreta” (SOUZA, 1996, p. 84).

Em São Paulo do Potengi, o Desenvolvimento de Comunidade se constituiu num procedimento metodológico utilizado pelos profissionais que orientavam as práticas educativas que se desenvolviam na comunidade. O trabalho iniciado em 1952, surgiu no interior de uma garagem da Rua Potengi, onde os jovens começaram a se reunir para discutir sobre a formação de grupos para discutirem os problemas do município, relacionados à educação, saúde, moradia, lazer, buscando alternativas de soluções coletivas, onde a união de todos seria o passo mais importante.

Na realidade a união de todos foi uma das maiores dificuldades encontradas no município, onde por muito tempo a questão política foi muito acirrada na luta pelo poder. Havia uma grande disputa entre os coronéis, chegando a provocar muitas mortes na região. De acordo com os nossos entrevistados, houve muitas perseguições e terror. Referenciar esse quadro foi sem dúvida um dos maiores desafios desse Movimento que se lançava numa proposta sócio-educativa libertadora. Em face da sua dimensão que daremos enfoque nesse estudo, é que esse trabalho ficou conhecido, até no exterior, como “Experiências de São Paulo do Potengi”.

2.3 O CENTRO SOCIAL

A criação do Centro Social de São Paulo do Potengi vem legitimar de forma oficial o trabalho comunitário no município, precisamente no dia 10 de fevereiro de 1952. Fundado na cidade, inicialmente sob a direção de Monsenhor Exedito e um grupo de moças da JAC, que começaram a discutir os problemas da educação, saúde e agricultura. Os documentos que encontramos no município, além das lembranças dos nossos entrevistados, nos revelam a importância que a memória coletiva desempenha enquanto reservatório da história, arquivos, e documentos / monumentos que contribuem para o domínio da história, sob a influência das novas concepções do tempo histórico onde se processa o avanço da historiografia. (HALBWASCHS, 1990).

Nesse sentido, o depoimento de Irmã Elza Araújo (2003) elucida os momentos iniciais desse movimento no município de São Paulo do Potengi:

Ao iniciarmos o trabalho de mobilização comunitária juntamente com o grupo de jovens, ainda em 1951, nosso grande desejo era conseguir um lugar para nossas reuniões. Através de contatos na comunidade, certo dia, conversando com dona Nena, que morava numa rua que ficava no caminho do rio, ela estava muito preocupada com a falta de lenha para cozinhar e eu lhe fiz uma proposta: conseguiria um caminhão de lenha se ela doasse um salão da sua casa para ser o nosso Centro Social. Ela fechou o negócio e eu saí correndo para conseguir a lenha com o meu irmão que logo providenciou. No outro dia o grupo foi todo animado para receber o salão com muita alegria. A luta maior foi para conseguir arrumar, pois não tínhamos nada. Fomos conseguindo as coisas através de doações. Conseguimos duas caixas de livros, como não tínhamos estantes, conseguimos algumas latas de querosene e uns caixões de madeira. Depois conseguimos umas mesas, pintamos tudo de verde e iniciamos nossos trabalhos com a juventude. A partir daí o local foi denominado Centro Social São Paulo do Potengi. (ARAÚJO, 2003).²⁶

Considerado um espaço relevante para o início de um processo de atendimento às maiores demandas da comunidade, como recursos humanos e estruturas de atendimento à população através de entidades assistenciais de

²⁶ARAÚJO. Maria Elza de Araújo. Entrevistador: Márcia Maria de Sá Rocha em 20/01/2003. Natal-RN. 2003.

serviços saúde destacam-se nas atividades do Movimento, a admissão de profissionais da saúde como médico, dentista, farmacêutico, parteira diplomada, também atividades assistenciais, como a unidade de saúde, a ambulância. Por outro lado, também se apontam atividades de lazer com a criação do ginásio esportivo, o campo de futebol, o cinema, o clube social e a banda de música.

Desse modo, é importante considerar que dos anos 50 até 1975, muitas foram às inovações produzidas na comunidade que demonstram a introdução de novos significados e representações, na medida em que cada uma dessas conquistas dava um novo contorno à estrutura já existente na cidade. Se por um lado esse processo inovador surpreendia a comunidade desprovida dessas condições, por outro se constituía em bens e valores espaciais que marcavam uma ruptura com o não ter, abrindo um campo coletivo de esperanças, capacidade de lutas; como se observa na organização sindical, cuja experiência se podia entender como um patrimônio da cidade. Trata-se de uma experiência sem fronteiras, conhecida em outros países, como um exemplo a ser seguido por aqueles que desejassem encontrar os caminhos para um desenvolvimento, que levasse em conta também o ser humano.

Nas lembranças da nossa entrevistada Nini Souto (2003), então presidente da Câmara de Vereadores e integrante da Pastoral Social de São Paulo do Potengi, ela afirma que.

A partir de 1950, quando o Monsenhor quis criar uma instituição que fosse suporte de tudo isso, criou o Centro Social São Paulo no dia 10 de fevereiro de 1952. A partir daí esse centro era referência, era o elo de tudo, o conagraçamento de todos os seus outros trabalhos. Quando foi criado, o centro social era tudo, todos os movimentos passavam por esta instituição e ficou funcionando o Centro Social. Aí, realmente, é que tinha a Diretoria, e essa diretoria é que tinha reuniões periódicas, nessas reuniões tinha o planejamento trimestral para quê? Para fazer o trabalho com a juventude, no caso a Ação Católica, com os sindicatos, que era chamado ruralista, com as mães que eram do clube de mães que a gente pode dar o exemplo da maternidade. A Maternidade aqui, o primeiro hospital, foi todo um trabalho aqui do centro, quando chegou o primeiro médico, o primeiro dentista foi Gileno. Depois veio Dr. Raimundo Neves, veio à primeira parteira formada e aí já entrou a parte da saúde dentro do Centro Social. Já existia o médico, a parteira, o dentista e a partir daí o Monsenhor começou a integrar esse pessoal na comunidade.²⁷

²⁷ SOUTO, Maria Nini de Araújo. Entrevistadora: Márcia Maria de Sá Rocha .São Paulo do Potengi – RN. 2003. Um cassete sonoro.

O Centro Social de São Paulo do Potengi foi inicialmente a estrutura maior de apoio ao desenvolvimento dos programas de Educação Popular. Era o local onde se realizavam as reuniões, treinamentos de monitores, chegando a se estender às demais comunidades contribuindo decisivamente para o fortalecimento do Movimento de Educação de Base – MEB, implantado no Estado a partir de 1961, como também em relação à organização sindical dos trabalhadores rurais, temáticas sobre as quais nos deteremos posteriormente. As ações que se desenvolviam transformavam a imagem espacial, as suas condições estruturais, que também correspondiam aos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade.

Em São Paulo do Potengi, mesmo enfrentando as dificuldades de transporte para deslocamento de pessoal, havia um grande interesse e cooperação, no sentido de mobilização das lideranças comunitárias para participarem da realização dos múltiplos treinamentos promovidos pela arquidiocese de Natal no Centro de Treinamento de Ponta Negra, em Natal, de 1952 a 1964. De acordo com alguns documentos consultados no SAR (relatórios de atividades) muitos foram os avanços alcançados. Durante este período, 45 pessoas de São Paulo do Potengi participaram desses treinamentos para lideranças comunitárias passando a contribuir para o fortalecimento dos grupos de jovens, clubes de mães e idosos. Houve uma maior aproximação entre as escolas e paróquias, compreendendo uma atuação junto ao “Binômio Escola-Paróquia”, surgindo assim novos Centros Sociais de Comunidade.

Muitos foram os acontecimentos que levaram aqueles grupos a tomarem consciência da necessidade de romper com as precárias condições de vida e construírem coletivamente os caminhos de suas lutas que se concretizavam a partir dos anos 50. Nesse sentido, fica evidenciado nas falas dos nossos entrevistados, bem como, nos documentos consultados no município, e na própria estrutura da cidade que ia se conformando nesse processo que se concretizava a partir das iniciativas prioritárias para a população como:

A chegada de uma parteira, de um farmacêutico, de um médico na comunidade, além da fundação de uma Maternidade; a fundação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural ANCAR; de uma Escola de Comércio; a Realização da VII Semana Rural; a fundação do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais em todo Estado; a construção

de uma Quadra Esportiva, de um Parque Infantil; a fundação do Ginásio São José com a chegada das irmãs da Divina Providência; realização da campanha para construção de uma cisterna comunitária com capacidade para 328 metros cúbicos de água, além de mais duas construídas no meio rural. (AZEVEDO, 1983, p. 50).

Esse novo patamar vislumbrava um “admirável mundo novo”, onde as pessoas, ainda tomadas pelas incertezas de tudo que acontecia, começavam a perceber que precisavam correr os riscos dessas mudanças que marcavam uma época, um espaço de lutas populares.

Nessa perspectiva, foi exatamente nas lembranças dessas práticas educativas desenvolvidas no município de São Paulo do Potengi, pela Igreja Católica sob a liderança de Monsenhor Expedito, onde buscamos encontrar os acontecimentos que ocorreram num certo espaço. A importância da demarcação do espaço geograficamente reconhecido é precisamente no sentido de nos permitir a certeza da sua existência e de pessoas que convivem nesta realidade. (HALBWACHS, 1968, p.157).

Nesse cenário, o município de São Paulo do Potengi ganhava um novo colorido, modificando o cotidiano da vida das pessoas, que passavam a adotar novos valores. De acordo com os documentos estudados mudaram radicalmente algumas práticas tradicionais, como foi o caso da construção da Maternidade Francisquinha Fonseca, inaugurada em 1959, com recursos originados dos convênios mantidos pela Arquidiocese de Natal. Cabia ao Centro Social, através do Clube de Mães, a garantia da alimentação da parturiente carente durante o período de internamento. Segundo Azevedo (2000).

A comunidade no primeiro ano de atendimento pagou 300 mil cruzeiros, sem computar o valor das alimentações fornecidas pelo Clube de Mães durante o tempo em que as mulheres permaneciam internadas. Somente no ano de 1964 é que há registro de recebimento de subvenções do Ministério da Saúde. (AZEVEDO 2000, p. 57).

Observamos nas falas dos nossos entrevistados, que o que mais surpreendeu as pessoas foi exatamente as novas formas de relações sociais. Não era comum as

peessoas saírem de suas casas para realizarem atividades beneficentes. De repente, as mulheres começaram a se reunir para planejar a distribuição das tarefas. Quem ficaria responsável em levar o almoço para a parturiente durante o período de permanência na maternidade? Quem levaria o jantar? E tudo já ficava acertado. Depois era a preocupação de cada uma na arrumação das bandejas, pois elas não eram acostumadas a esse tipo de habilidade.

Outra mudança radical nas práticas tradicionais foi o hábito da mulher dirigir-se à maternidade para o momento do parto. Antes as parturientes recebiam as parteiras em casa: as parteiras que em geral não possuíam nenhum tipo de treinamento. Agora a maternidade existia e muitas mortes, tanto das crianças como das mães, puderam ser evitadas.

É importante, ainda, destacar o Centro Social no desenvolvimento dos programas de Educação Popular, na medida em que se formava um espaço, cuja estrutura servia de apoio para a realização de reuniões, treinamentos de monitores e lideranças locais, além de dispor de equipamentos que permitiam a elaboração do material de apoio pedagógico utilizado pelos cursos de Alfabetização de Adultos das Escolas Radiofônicas da Arquidiocese de Natal, e posteriormente pelo MEB.

Apresentamos a seguir algumas fotografias de momentos importantes vivenciados pelas lideranças comunitárias e a população. De acordo com Bourdieu (1965) “é a fotografia que vem revolucionar a memória, na medida em que abre espaço para maior visibilidade, permitindo preservá-la no tempo e na evolução cronológica”.

A participação da juventude nas atividades sócio-culturais da cidade a partir de experiências sócio-culturais começou a surgir no município com o apoio do Centro Social e da paróquia como por exemplo o grupo de danças folclóricas que aparece na foto abaixo, que sempre se apresentava por ocasião das festas populares.



Foto 10 – Centro Social São Paulo do Potengi. Apresentação Cultural – 1951.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi-2005.

É importante observar o papel que o grupo da JAC assumia na comunidade, não só pela criação do Centro Social, mas, também, como responsável pela formação de lideranças comunitárias. Nesse sentido, esse grupo recebia uma atenção especial da paróquia através de Monsenhor Expedito e da Arquidiocese de Natal, no que se refere à participação em treinamentos de lideranças realizados no Centro de Treinamento em Ponta Negra, bem como, nos encontros promovidos em nível da Região Nordeste. A foto apresentada a seguir afirma essa força mobilizadora da JAC através dos encontros realizados no Centro Social de São Paulo do Potengi.

Gostaríamos de chamar a atenção para a presença maciça feminina nas atividades do Centro Social: foi assim na primeira diretoria (p.51), nos componentes do grupo folclórico acima e agora nos integrantes da JAC, na fotografia a seguir.



Foto 11 – Encontro do grupo da JAC - Centro Social de São Paulo do Potengi -1953.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – 2005.

Nas atividades do Centro Social, o trabalho de evangelização foi considerado de maior importância — tendo em vista que esse momento teve como objetivo conseguir que os fiéis realizassem o “culto comunitário”, como se referia Monsenhor Expedito, um resultado de suas vidas como militantes. Nas lembranças dos nossos entrevistados encontramos a referência aos Lucernários, ou seja, a oração da noite comunitária que inclui cânticos, salmos, trechos da Escritura, pregação, movimentos comunitários e oração comum, que constituem “os verdadeiros lugares na história, onde se deve procurar, não a sua elaboração, nem a sua produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 473).

Merece destacar outra atividade que se realizou no município de São Paulo do Potengi no período de 17 a 21 setembro de 1956, a VII Semana Rural do Rio Grande do Norte. Este evento foi realizado sob a coordenação do Serviço de Assistência Rural de Natal – SAR, através de Dom Eugênio Sales, naquela época Bispo Auxiliar de Natal, do Centro Social do município, liderado por Monsenhor Expedito contando ainda, com total apoio do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. (AZEVEDO, 1983).

Além da abertura que contou com a participação em massa da comunidade regional, representada por todos os segmentos da sociedade, além das autoridades federais, estaduais e municipais, foram realizadas, palestras para moças e para senhoras, conferências e debates sobre questões da agricultura. Houve ainda, um desfile pelas ruas da cidade, contando com a participação de vaqueiros, devidamente uniformizados, tratores e mais de duas centenas de agricultores, que conduziam suas máquinas agrícolas puxadas por bovinos, (AZEVEDO, 1983, p. 57).



Foto 12 – VII Semana Rural realizada em São Paulo do Potengi - 1956.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – 2005.

De acordo com as imagens que aparecem nesta fotografia, podemos perceber a grande mobilização deste evento, com relação à participação dos agricultores da região. Foi a primeira vez que se realizou no município uma atividade dessa natureza, o que demonstra um processo inovador para a cidade onde a paróquia da Igreja Católica, através do apoio incansável e da presença Expedito, em todos os momentos, foi inegavelmente de muita importância na construção do movimento dos trabalhadores iniciado dentro de uma perspectiva de luta por direitos e justiça social, pelo fato de envolver autoridades do poder público, bem como, os agricultores e pequenos produtores rurais.

Entretanto, de acordo com o próprio Monsenhor Expedito. (PINTO, 1989).

As Semanas Rurais reuniam proprietários e moradores, mas não acontecia nada. No final, se encerrava com concentrações de agricultores, mas, quem saía sempre enfeitado no final da festa eram proprietários montados em seus bonitos cavalos e um outro em tratores [quem tinha] e os pobres [agricultores] ficavam na rabisca da capinadeira. (PINTO, 1989, p. 97).



Foto 13 – Trabalhadores Rurais desfilando na VII Semana Rural em São Paulo do Potengi – 1956.

Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – 2005.

Nesta foto podemos observar as afirmações anteriores que Monsenhor Expedito aponta quando avalia os resultados das semanas rurais. Na realidade, havia muita limitação pela própria ausência no Estado, como ainda hoje se percebe, das condições para o desenvolvimento de uma política agrária de maior alcance e possibilidades para os trabalhadores rurais.

Entretanto, as Semanas rurais alcançaram os objetivos previstos, conforme afirma Oliveira (1992), ao considerar que:

Na verdade, as Semanas rurais alcançaram os objetivos previstos. Em primeiro lugar, foi a partir da I Semana Rural que o SAR conseguiu subvenções do Governo Federal, através de acordos e convênios existentes

voltados para zona rural. No ano seguinte à realização daquela semana, a 16 de maio de 1952, o SAR, assumiu convênio com a CNER para assistência técnica e financeira para projetos a serem empreendidos na região Rural. O projeto da região de Natal está firmado num convênio entre o Serviço de Assistência Rural e a Campanha de Nacional de Educação Rural. Compreende o funcionamento de uma Missão Rural. Compreende o funcionamento de uma Missão Rural de Educação, um Centro de Treinamento de Líderes Rurais e orientação técnica de 18 centros sociais de comunidade. (OLIVEIRA, 1992, p. 141).

Nesse sentido, é importante a compreensão de que a Igreja nesse contexto atuou como um intelectual com estratégias de interlocução entre as classes dominantes e dominadas com atuação voltada para organização das comunidades, desempenhando, portanto a missão de promotora da equalização social, fator de harmonia e colaboração entre as classes.

2.4 AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS RURAIS

A Escola Radiofônica foi um movimento educacional inovador criado pela Arquidiocese de Natal, através do Movimento de Natal, que desempenhou importante papel nas práticas educativo-religiosas da paróquia de São Paulo do Potengi. Situar essas Escolas no Estado do Rio Grande do Norte significa em princípio, reconhecer a sua dimensão enquanto proposta educativa, a partir dos trabalhos de alfabetização.

Dentre as publicações sobre as Escolas Radiofônicas no Rio Grande do Norte, recorreremos a OLIVEIRA (1992) que aponta a realização do Seminário Latino Americano de Bem-Estar Rural, ocorrido no Rio de Janeiro, oportunidade em que Monsenhor Salcedo fez uma exposição sobre o tema “O rádio como meio de comunicação nas zonas rurais”, e apresentou as experiências educacionais realizadas com os camponeses colombianos, de Sutanteza, desde 1947, através da Acción Cultural Popular (ACPO). Por volta de 1955, Frei Gil Bonfim publica um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB), onde faz uma análise sobre a viabilidade de implantação de uma rede de emissoras católicas no Brasil. Na realidade ele objetivava sensibilizar a igreja brasileira no sentido de desenvolver programas de

educação popular e de catequese baseada na experiência do Monsenhor Salcedo.

A repercussão desses trabalhos contribuiu significativamente para motivar as autoridades eclesiais e educacionais, incentivando-as a adotarem as experiências de Sutanteza na Região Nordeste, considerando-se inclusive os baixos custos desse programa.

Ribas da Costa é convidado, em 1957, a assumir e organizar o Sistema Rádio-Educativo Nacional (SIRENA), por intermédio do Ministério da Educação, com o objetivo de combater o analfabetismo através da radiodifusão educativa, instalando receptores cativos em pequenas comunidades. Cabe destacar que muitas emissoras católicas iniciaram a transmissão da programação do SIRENA, passando depois a integrar o sistema MEB.

Ainda nesse ano de 1957, do século XX, Dom Eugênio Sales, Bispo auxiliar da Arquidiocese Natal, responsável pelo Movimento de Natal, foi designado pela CNBB, em colaboração com o escritório Técnico de Agricultura (ETA), organismo do Ponto IV, para conhecer a experiência educacional desenvolvida pela Igreja colombiana, tendo participado de vários eventos importantes. Os trabalhos da Ação Cultural Popular (ACP) que, no olhar de Dom Eugênio “apresentava-se como algo monumental”, em sua opinião, com algumas modificações, teria plenas condições de ser implantado com sucesso no Brasil. Entretanto, na opinião desse sacerdote, havia certo controle das emissões que ficavam sob a responsabilidade de um sacerdote que tinha “a seu cargo a segurança ideológica de todos os programas veiculados”. (PAIVA, 1992).

Apesar de existirem algumas publicações onde pode ser encontrado, o que acabamos de relatar, resolvemos situá-lo nesse estudo muito mais no sentido de contextualizar a origem das Escolas Radiofônicas para melhor compreensão da sua implantação no Estado do Rio Grande do Norte e, particularmente, as experiências desenvolvidas no município de São Paulo do Potengi.

Cabe considerar que essas práticas educativas desenvolvidas pelo Movimento de Natal, particularmente em São Paulo do Potengi, em sua I Fase Rural, foram carregadas de dificuldades na medida em que se voltavam para a formação de grupos, líderes comunitários e organização de comunidade, pelas próprias condições de se operacionalizar os planos propostos, numa fase inicial de organização, sem uma preparação para assumir um processo participativo nas

comunidades. Esse momento passou a ser devidamente analisado pelos técnicos do SAR, cuja primeira iniciativa foi conduzir a realização do 1º treinamento de Líderes Rurais.

É precisamente este período que veio marcar a II Fase Rural do Movimento, a partir da redefinição das suas práticas, através de três objetivos: educação, desenvolvimento econômico, mudança de estruturas.

No Rio Grande do Norte, a educação pelo rádio, foi oficializada em 1958. A Arquidiocese de Natal recebeu do Governo, através do Decreto Nº. 43.728, de 21 de maio de 1958, a concessão de um canal para a instalação da Emissora Rural, que foi inaugurada no dia 10 de agosto do mesmo ano. A primeira aula radiofônica foi levada ao ar no mês seguinte - dia 20 – atingindo os municípios de São Paulo do Potengi, São José do Mipibu, São Gonçalo do Amarante, Touros, Macaíba e Ceará Mirim, todos localizados próximos à capital. (OLIVEIRA, 1992, p. 194). Surgindo conseqüentemente as primeiras Escolas Radiofônicas, portanto, a primeira experiência no Brasil de Educação de Base pelo rádio com recepção organizada. Diante dos bons resultados alcançados, a partir de 1961 foi assinado o convênio entre a Presidência da República e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, fundando o Movimento de Educação de Base – MEB, estendendo-se a experiência para outras áreas subdesenvolvidas do Brasil.

Ainda em 1958, o Movimento de Natal criou as primeiras Escolas Radiofônicas Rurais, a partir da inauguração da Emissora de Educação Rural de Natal. Tal pioneirismo acarretou na criação de Escolas Radiofônicas no município de São Paulo do Potengi, através do Centro Social que em dois anos já contava com 146 escolas pelo rádio. Para o bom funcionamento dessas, além dos professores – locutores, responsáveis pela transmissão das aulas através da Emissora de Educação Rural, em Natal, em nível local havia a relevante presença dos monitores que de acordo com o nosso entrevistado Nascimento (2003), membro da Pastoral Social de São Paulo do Potengi, eram...

Pessoas das comunidades onde se desenvolviam os trabalhos que eram na maioria das vezes indicadas pelo pároco, pelo fato de exercerem liderança comunitária, além de demonstrarem alguns conhecimentos. Cobia, portanto ao monitor além de acompanhar as aulas através do rádio junto aos alunos, discutir sobre os conteúdos expostos, orientando sobre as dúvidas e

levantamento de questões. Era, ainda, responsável pela organização da listagem dos alunos, e do envio de todo material para o SAR. Cuidava do rádio de frequência cativa, fornecido pelo SAR, entre outros materiais, como o lampião e o querosene, pois em muitas comunidades não havia energia elétrica. No ano de 1961 mais de 700 alunos tinham sido alfabetizados em São Paulo do Potengi, significando um grande esforço em face do grande número de analfabetos existente no município, cuja população estimada era 22.656 habitantes, considerando que estavam integradas ao município as povoações de São Pedro, Ielmo Marinho, e Riachuelo que foram elevados à categoria de cidade no ano de 1963, ocorrendo à redução da população para 12.827 habitantes, conforme o censo de 1970. (NASCIMENTO, 2003)²⁸

Pelos dados elencados, por Nascimento, podemos observar o significado dessas escolas na ação de combate ao analfabetismo. Em três anos de funcionamento as Escolas Radiofônicas alfabetizaram 700 pessoas, o que representa um número bastante significativo.

Nesse mesmo ano o Centro Social de São Paulo do Potengi distribuiu 62 rádios cativos em capelas e fazendas da paróquia.

No entanto, sabe-se que a criação da educação pelo rádio nas regiões rurais seguia os interesses do governo desenvolvimentista vigente, interessado em diminuir o índice de analfabetismo no campo, considerando-se um empecilho ao desenvolvimento capitalista.

A tabela 6, abaixo, identifica a importância do rádio no município de São Paulo do Potengi na década de 60, como meio de utilidade pública, observando-se que 81% dos entrevistados possuíam o aparelho em suas casas. Isto comprova o alto índice de audiência alcançado pela Escola Radiofônica e as repercussões que a programação veiculada pela Emissora Rural, da Arquidiocese de Natal, poderia alcançar.

Rádio			Jornais, Livros		
sim	não	Total	sim	não	Total
81%	19%	100%	44%	56%	100%

Tabela 6 - Distribuição da população conforme o uso dos meios de comunicação em massa**
 (***) Considerou-se o número de casas nas quais, pelo menos, uma pessoa ouvia rádio ou lia jornais, livros ou revistas.
 Fonte: Censo 1975.

²⁸ NASCIMENTO, José Miguel. Entrevistado por Luana Maximiano Navarro e Mateus em 2003.

A respeito das Escolas Radiofônicas, especificamente no município de São Paulo do Potengi, Medeiros, (1999) revelou em nossa entrevista.

As Escolas Radiofônicas eram transmitidas, e cada município recebia um rádio de pilhas que não pegava outra emissora. Elas eram importantes, porque delas saiam toda indicação para a ação concreta. Em nível nacional, as Escolas Radiofônicas transformaram-se no Movimento de Base – MEB, por iniciativa da Igreja Católica, preocupada com a Educação de Adultos no meio rural. Naquela época, a igreja católica desempenhou um papel pioneiro através do Movimento de Natal, no desenvolvimento de programas de cooperativismo, artesanato, treinamento de lideranças, sindicalização, entre outros, voltados para o desenvolvimento. (MEDEIROS, 1999).

Para o desenvolvimento da sua programação havia toda uma estrutura montada, conforme as lembranças dos nossos entrevistados; as fotografias existentes que embora sejam apenas figuras fixadas ou, muitas vezes, guardadas em gavetas, ao serem focalizadas, elas produzem lembranças de imagens que levam as pessoas a fazerem uso de memória coletiva, ou seja, focalizarem uma identidade de espaços e realizações. Nesse sentido, enquanto houver pessoas que possam lembrar e reconhecer, enquanto esses lugares conseguirem manterem vivas essas lembranças, a sua identidade permanecerá. (HALBWACHS, 1990).

Nessa expectativa, o nosso entrevistado Nascimento (2003), que acompanhou o trabalho sócio-educativo de Monsenhor Expedito a partir de 1950, sendo pelo pároco orientado para criação da primeira Escola Comunitária São Francisco com o objetivo de atender principalmente as crianças e jovens dos sítios, destaca a atuação de Monsenhor Expedito junto as Escolas Radiofônicas.

Ele, praticamente, se envolvia com aquela humildade dele, que até nos servia de monitor. Ele, por acaso, não ia só celebrar lá numa comunidade; ia ajudar naquela escola radiofônica. Como um monitor ele se expressava. Respeitava as pessoas, se elas sabiam pronunciar as palavras certas, mas, também se aquelas pessoas falassem “entonce”, “pro mode” e não sei o quê, então ele explicava, era o jeito dele. Então, com aquilo ele cativava todas as pessoas, por exemplo, ele chegava às escolas radiofônicas, todo mundo sentado no chão, pois o povo era pobre, o pessoal não tinha uma mesa, não tinha uma cadeirinha então todo mundo sentava no chão. Conseguiam, pedindo em muitas casas uma latinha de querosene, e eles botavam o rádio em cima. E aquele rádio tinha um fiozinho de terra como eles chamavam e para ajudar eles colocavam lá uma coisinha e ligava. A

gente chegava, eu com ele e outro menino mais velho de que eu; muitas vezes ele servia de monitor porque aquela monitora que estava lá, quando a gente chegava, sentia que ele era aquele homem interessado e não ficava por acaso. (NASCIMENTO, 2003).²⁹

O depoimento evidencia na sua construção, as relações que circulavam entre os grupos que participavam das escolas radiofônicas rurais, as suas precárias condições, onde tudo se improvisava, desde as "latinhas de querosene", "dos bancos compridos, um pau escanchado", o "papel do monitor" e do uso da vela. São imagens espaciais que se expressam e desempenham um papel na memória coletiva, impossível de se apagar, são "correntes do pensamento que têm sua origem e a maior parte do seu curso da memória dos diversos grupos aos quais nos ligamos". (HALBWACHS, 1990, p. 128).

A fotografia que apresentamos a seguir revela a forma como essas práticas educativas eram vivenciadas. A experiência das Escolas Radiofônicas no município de São Paulo do Potengi, que se confirma nas lembranças dos nossos entrevistados, constituíram-se em formas institucionalizadas e objetivadas que marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990).

²⁹ NASCIMENTO, José Miguel. Entrevistado por Luana Maximiano Navarro e Mateus em 2003.



Foto 14 – Escolas Radiofônicas Rurais no Centro Social de São Paulo do Potengi – 1958.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito - São Paulo do Potengi – 2005.

2.5 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

O MEB se instituiu como um movimento de educação muito significativo, para a população do campo, na medida em que contribuía para o fortalecimento do processo de conscientização/politização iniciado nos programas de Educação pelo rádio, promovidos pelo episcopado nas arquidioceses de Natal e Aracajú. Foi, portanto, fundamentada nestas experiências, que a CNBB, criou o MEB em caráter oficial pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Para o seu funcionamento, o governo Federal forneceria recursos que seriam aplicados no MEB, para a atuação em redes de emissoras católicas nas áreas do Norte, Nordeste e Centro – Oeste do país. O governo Federal comprometia-se ainda, “em conceder canais radiofônicos aos bispos para finalidades de Educação de base, além de autorizar a requisição de funcionários federais e autárquicos para prestar serviços no movimento” (WANDERLEY, 1984, p. 48).

No que diz respeito aos objetivos últimos buscados pelo governo e pela Igreja

Católica, ao optarem por tal atividade, embora não se tenha bastante clareza, nos permitem direcionar algumas considerações:

Com referência ao Governo Jânio Quadros, o próprio presidente expressava o desejo de um cuidado especial com a Educação. Essa preocupação estava presente nos entendimentos mantidos pelo novo presidente e os governantes dos Estados pelo compromisso assumido pelo Governo Central que prometia financiamentos, que abrangiam o setor da Educação. Ainda na sua campanha, ao conhecer a experiência da diocese de Aracajú, o Presidente Jânio, ficou surpreendido com o trabalho rádio-educativo da diocese. A partir do contato com Dom Távora, naquela ocasião, já pensava na possibilidade de estender esse programa às demais regiões. Na verdade, Dom Távora, antes mesmo da posse do presidente, encaminhou, em carta de 11 de novembro de 1960, uma proposta formal da idéia da CNBB em organizar e executar um trabalho desta natureza, cuja concretização se efetivou no referido decreto.

Sobre os motivos que teriam incentivado o governo a aceitar a proposta da igreja.

Podemos compreender não só o interesse da Igreja em desenvolver o programa de Alfabetização de Adultos — na realidade havia nas suas propostas uma argumentação dos problemas sociais que afetam de forma perversa as condições de vida da população do campo, desprovida de uma política agrária de suporte às suas condições de trabalho e, conseqüentemente, de uma vida com liberdade e dignidade humana. (WANDERLEY, 1984, p. 49).

Esse era um dos problemas que a Igreja já começara a se envolver a partir dos programas de Alfabetização. Na Declaração da Comissão Central da CNBB, o texto, “A Igreja e a situação no meio rural brasileiro”, de 05/10/1961, após a publicação da Mater Magistra, encíclica papal de perfil progressista, que se refere no capítulo das recomendações especiais, propõe que o Movimento de Ação Católica Rural, Sindicalização Rural, Frentes Agrárias e MEB, devem ser estimulados.

De acordo com os objetivos propostos, o MEB, se colocava numa perspectiva voltada para as dimensões sócio-cultural, política e econômica, conforme o Quadro 7 a seguir:

Realidade	Dimensões Objetivos – Movimento de Educação de Base MEB
Social	<ul style="list-style-type: none"> – Solidificar a solidariedade das comunidades; – Socializar e ressocializar os camponeses; – Integrar os trabalhadores rurais com os urbanos; – Organizar grupos e associações de trabalhadores.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> – Alfabetização de adultos; – Educação de base – conscientização; – Cultura popular; – Valorização do código oral.
Político	<ul style="list-style-type: none"> – Educação das massas com implicação políticas; – Animação popular: organização do povo e de grupos na comunidade; – Questionamento das estruturas de reprodução e necessidade de reformas; – Formar quadros de líderes.
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> – Romper o subdesenvolvimento; – Obter um desenvolvimento nacionalista que garantisse: 1) reformas estruturais; 2) ênfase no social; 3) integração (homem todo e todos os homens); e, 4) comunidades auto-sustentadas.

Tabela 7 – Dimensões Objetivos – Movimento de Educação de Base – MEB, (1961-1965).
 Fonte: Wanderley (1984, p. 39).

Dessa forma, a partir da criação do MEB, podemos perceber um novo direcionamento das Escolas Radiofônicas, uma maior ênfase na questão social. Seu surgimento lhe confere a dimensão de movimento da Igreja, ou seja, de instituição da CNBB. Por se tratar uma definição, enquanto Igreja, a própria instituição eclesial, a responsável direta por suas atividades, evidencia, portanto a sua intenção na organização dos seus quadros com a participação dos leigos (OLIVEIRA, 1992, p. 205).

Evidencia também, uma maior participação política com reivindicações que afetam diretamente as estruturas tradicionais até então vigentes. A ênfase na educação de base, centrada na conscientização representa um avanço nas práticas da Igreja antes impensável de existir.

No Rio Grande do Norte, onde as Escolas Radiofônicas funcionavam desde 1958, o surgimento do MEB ocorreu sem o envolvimento direto das professoras locutoras, que tiveram no início pouca informação sobre o movimento. Somente a partir de março de 1961 é que tomaram conhecimento pleno da sua implantação, mas também não receberam maiores informações, a não ser que a partir daquele mês receberiam o salário pelo MEB / MEC.

No segundo semestre é que realmente começou a estruturação da nova equipe, com pessoas ligadas a Juventude Universitária Católica (JUC). Entretanto,

nesse momento não foi identificada nenhuma alteração no desenvolvimento dos trabalhos. O MEB respeitou o que tinha sido realizado. Entretanto, os saberes transmitidos, a maneira de conduzir os debates foram modificados, ganhando uma conotação mais reivindicatória, mais participante, mais crítica.

Nesse contexto, o MEB junto ao Serviço de Assistência Rural voltava-se, prioritariamente, para o meio rural, buscando desenvolver a Educação de Adultos, desempenhando um papel pioneiro no Estado, conforme podemos através do mapa 2 a seguir.



Mapa 2 – Ação do MEB no Rio Grande do Norte.
Fonte: OLIVEIRA (1992, p. 302).

A sua dimensão apontava para o desenvolvimento de programas de cooperativismo, artesanato, colonização, orientação às migrações internas, treinamentos de lideranças e Educação pelo rádio conforme. Em nível nacional, as Escolas Radiofônicas transformaram-se no Movimento de Educação de Base (MEB), por iniciativa da Igreja Católica, preocupada com a Educação de Adultos no meio rural.

A paróquia de São Paulo Potengi desempenhou um papel inovador no

desenvolvimento de programas de educação de adultos, cooperativismo, artesanato, treinamento de lideranças, sindicalização, entre outros, voltados para o desenvolvimento do homem rural.

A atuação do MEB em São Paulo do Potengi foi de extrema importância, visto que na década de 60, de acordo com Camargo (1977) o índice de analfabetismo na cidade era consideravelmente alto; das 405 pessoas entrevistadas, 136 foram qualificadas como analfabetas, ou seja, 34% ; 196 não tinham concluído o primário, ou seja, o curso fundamental, representando 49% dos entrevistados. A tabela 8 demonstra essa realidade do município:

Grau de Instrução	Valor absoluto	%
Analfabeto	136	34%
Primeiro Incompleto	199	49%
Primário Completo	46	11%
1º Ciclo Incompleto	11	3%
1º Ciclo Completo	06	1%
2º Ciclo Incompleto	-	-
2º Completo	01	0%
Treinamento Técnico	02	0%
Superior	03	1%
Não declarou	01	0%
Total	405	100%

Tabela 8 – Índice de Analfabetismo em São Paulo do Potengi-RN - Ano 1960.
Fonte: pesquisa de campo CAMARGO, 1977.

De acordo com os objetivos do MEB, o município de São Paulo do Potengi se coloca numa perspectiva de desenvolver junto aos trabalhadores rurais um trabalho que resulta num processo de politização, em “ação política, ao mesmo tempo, crítica e eficaz”, resultante de uma conscientização fundada na própria cultura do povo e no conjunto de suas relações sociais. Fundamentado, portanto, nos princípios do MEB, a partir da percepção que entende a sociedade constituída por um conjunto de forças em desequilíbrio, ou seja, uma realidade dinâmica, um constante vir a ser que só permanece porque se transforma num campo de contradições e antagonismos.

Cabe ainda enfatizar, segundo Ammann (1991) que até o período de 1965, esse movimento em nível nacional,

atravessou cinco etapas: 1ª) instalação de escolas por solicitação de entidades locais; 2ª) preparação das comunidades e dos monitores para melhor funcionamento das escolas; 3ª) participação da comunidade nas escolas e organização de grupos locais (sindicatos dos trabalhadores rurais, jovens, mães, etc.); 4ª) escolas engajadas na ação política; 5ª) animação popular. As 3ª e 4ª etapas (setembro de 1962 – março/64) correspondem ao que denominamos de “segunda fase do MEB”, tomada como exemplo de intelectuais que tentam estabelecer um vínculo orgânico com as classes subalternas. Compreende a fase reivindicatória do MEB, em função das mudanças estruturais e principalmente o seu trabalho de educação política junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, mediante a animação popular. (AMMANN, 1991, p. 94).

Esse período, portanto, aponta um posicionamento dos intelectuais vinculados às classes dirigentes, alguns defendendo, outros não, as mudanças estruturais. Por outro lado, encontram-se os intelectuais que tentam incorporar-se aos interesses e lutas das classes subalternas em função das transformações culturais capazes de alterarem as relações sociais do trabalho responsáveis pela estrutura de classes vigente no país.

Mesmo diante de tais circunstâncias, podemos identificar, que algumas mudanças já começavam a ser vislumbradas a partir de 1962, nas atividades das Escolas Radiofônicas.

São Paulo do Potengi fez parte desse processo, na medida em que as Escolas passaram a ser o centro de apoio às iniciativas comunitárias tendo em vista as experiências já iniciadas pela paróquia através do Movimento de Natal, ou seja, o processo de organização e formação de lideranças locais foi de fundamental importância no direcionamento das Escolas Radiofônicas, que se ampliaram rapidamente no município, constituindo-se um suporte de relevância para o fortalecimento do movimento sindicalista pioneiro no município. Na realidade as Escolas Radiofônicas em São Paulo do Potengi contribuíram ainda, para fundação de cooperativas, formação de grupos de jovens, clube de mães. O sistema de cooperativismo teve um grande apoio financeiro através da LBA, que financiava material para confecção da produção artesanal no município, contribuindo para o fortalecimento e comercialização da produção. No movimento do cooperativismo um grupo de idosos iniciou nesse período um trabalho de confecções de redes bordadas, que é sustentado até hoje, pelos novos grupos que foram dando continuidade a essa atividade. A sua produção é comercializada pela Cooperativa

Central do Estado, com sede em Natal, que faz negociações junto ao escritório de Brasília, cuja expansão é feita até para o exterior.

2.6 SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS

Na medida em que objetivamos tratar neste estudo o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande Norte, focalizando a sua trajetória no município de São Paulo do Potengi, coube-nos perceber no contexto político nacional os atores que se destacaram na construção desse processo. O que significa situar o período pré – 1964, de acordo com Silva (2006).

Quando ocorre uma quebra das relações tradicionais entre trabalhadores rurais e proprietários, em virtude da emergência e rápido desenvolvimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, num contexto de crise da agricultura e das relações de trabalho correspondentes. (SILVA, 2006, p. 8).

Na verdade, é importante observar nos anos 50, as organizações existentes cujas representações se constituíam a partir dos vários segmentos da classe de trabalhadores rurais que se expressavam através das Ligas Camponesas, Associações de Produtores Rurais, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB)³⁰.

A reconstituição histórica desse contexto expressa uma relação de poder econômico e político que afeta fortemente o acesso a terra legitimado pela Lei de Terras de 1850, ao ser instituído a compra como única forma de aquisição, contribuindo para abertura do mercado de terras no Brasil, favorecendo conseqüentemente “ao processo de sujeição do trabalho agrícola às atividades produtivas da grande propriedade“. Silva (2006).

³⁰ Entidade criada no final dos anos 1950, que teve como objetivo assumir o papel de aglutinar as diferentes categorias de trabalhadores do campo, representando um esforço do partido comunista Brasileiro (PCB) de unificar as lutas que já germinavam no meio rural (SILVA, IN: MEDEIROS, 1989).

Nessas condições, identifica-se nesse período, uma forte tensão nas relações de trabalho, provocada pelas formas como se expressavam, ou seja, através do cultivo do produto comercial, aliado aos de gênero de subsistência pelo trabalhador rural e o fornecimento dos produtos básicos (roupas, remédios, etc) que é realizado principalmente através do Barracão³¹. Este quadro de crise vem reforçar substancialmente as lutas dos trabalhadores rurais, cujas reivindicações se voltavam contra o cambão³² e pela reforma agrária, onde as Ligas Camponesas assumem um papel importante na defesa dos camponeses, destacando-se Francisco Julião, que assume a defesa dos moradores o Engenho Galileia, em Pernambuco, quando estes são ameaçados de despejo.

Contudo, é no governo de João Goulart, que a Reforma Agrária ganha expressividade no programa de reformas, fazendo parte do cumprimento dos compromissos eleitorais e também porque nesse governo ocorre um expressivo aumento na organização da classe trabalhadora e de seus órgãos (sindicatos, associações)

Esse período que estudamos (1950-1980) significa um marco no desenvolvimento das muitas práticas educativas da Igreja Católica, entretanto, foi à sindicalização rural e as campanhas de politização do SAR que tiveram maior peso, no processo de construção das lutas dos trabalhadores rurais, dado ao caráter atribuído aos desafios que se colocavam a cada passo.

Na verdade, o direito de sindicalização rural, representa uma luta de muitos anos, pois, em 1960, após 70 anos de liberdade constitucional de associação, ou seja, 57 anos de facultações aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de se organizarem em sindicatos e de várias outras Leis e Decretos assegurando esse direito, na prática isso quase não existia.

Com relação à origem do sindicalismo rural no Rio Grande do Norte, os fundamentos podem ser encontrados no Movimento de Natal, a partir de 1948, quando já se pregava a questão da reforma agrária; outro momento importante

³¹ O Barracão pertencia ao grande proprietário, diante da necessidade de adquirir tais produtos, os trabalhadores acabavam contraindo dívidas com o proprietário, agravando sua condição de dependência. O Barracão estava ligado mais àquelas propriedades onde predominava a figura dos moradores de forma bastante expressiva (Silva, 2006, p. 9).

³² O Cambão consistia em um dia de trabalho por semana que deveria ser pago pelo trabalhador rural, além disso, passa a representar a luta de um conjunto de trabalhadores contra o latifúndio, contemplando diversas formas de exploração da força de trabalho, que se davam na região canavieira (Novaes, 1997).

ocorreu em 1951, quando o SAR, na tentativa de aplicar a legislação trabalhista no meio rural, desenvolveu um programa de promoção e organização do trabalhador rural.

Os grupos cristãos da Região Nordeste que organizaram sindicatos rurais, desenvolvendo uma atuação mais organizada e sistemática, com resultados efetivos, foram os do Rio Grande do Norte e Pernambuco. No Rio Grande do Norte, São Paulo do Potengi teve um maior destaque por ter sido um dos primeiros municípios a implantar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Estado, bem como, pelo nível de organização popular e consciência política que foi considerado referencial para os demais criados no Estado e no Nordeste. Esse destaque se deu principalmente em face dessas práticas educativas da Igreja Católica terem iniciado a partir do Movimento de Natal, nos anos 50, conforme afirma Medeiros (1990) quando iniciava essa trajetória.

Aqui na paróquia, havia uma antiga questão de posseiros, para qual eu não dava atenção, pois pensava como todos os outros padres e bispos, que a Igreja não tinha nada a dizer nesses casos, da alçada da justiça... Um dia resolvi ir até aquele lugar: Uma comunidade, sem nada! Dizia-se que só tinha por eles um advogado, Geraldo Pereira que era de esquerda. Quem liderava a comunidade na defesa da posse, de 60 anos era uma mulher corajosa, Maria Correia, que me contou a longa história de sofrimento e maus tratos. Prometi ajudá-los no que pudesse. Aí ela se empertigou e me disse pausadamente: "Não precisamos do Senhor, já temos nossos defensores. Os padres estão do lado dos ricos! Sou católica e associada do Coração de Jesus, mas, me desculpe, não precisamos não." Voltei triste e fiquei remoendo aquelas palavras. Parece que era verdade... Certo dia aquela líder me disse: "Só não acredito na sua sinceridade porque o senhor quando vem pra cá para primeiro na casa do homem". Respondi que não era verdade, pois só conhecia aquele caminho para chegar ali. Ela me ensinou outro péssimo. Precisava abrir 21 porteiças. Mesmo assim, aceitei a proposta: levava comigo no jipe um rapaz só para abri-las. (MEDEIROS, 1990, p. 31).

Em todo Nordeste, iniciava-se um acirrado movimento no meio rural. As "Ligas Camponesas", lideradas por Chico Julião, deputado de Pernambuco, se constituiu inegavelmente um forte indicador para que a Igreja Católica no Rio Grande do Norte, pela própria estrutura desencadeada no meio rural a partir de 1950, pudesse abraçar a luta sindicalista dos trabalhadores rurais objetivando a o início de um trabalho de mobilização e organização desse segmento numa perspectiva de

lutas por direitos e justiça social. Nesse sentido de acordo com Monsenhor Expedito Medeiros (1990, p.32), “eu e padre Vilela Dantas, de Serra Caiada, não esperamos por ninguém, e começamos os sindicatos, daqui e de lá em novembro de 60”. Contudo, a criação desses sindicatos de acordo com Dutra (2003)³³ ocorreu em novembro de 1960.

Na verdade, muitas foram às dificuldades enfrentadas no processo de criação desses sindicatos que representavam um desafio aos grandes proprietários e ao poder público na medida em que destacava nas suas lutas dentre outras reivindicações, a defesa do direito a terra, e a libertação das condições de exploração do trabalho no campo.

É importante observar que esses grupos cristãos lutavam pela divulgação da importância e a necessidade do sindicato de se integrar aos programas radiofônicos e a formação de lideranças através de cursos e treinamentos, bem como a preocupação com todo o processo de acompanhamento em suas fases posteriores.

De acordo com os arquivos consultados em São Paulo do Potengi e as nossas entrevistas aplicadas aos grupos de lideranças locais e profissionais, identificamos que havia uma preocupação desses grupos no sentido de que os assessores impusessem um controle das práticas educativas. Outro aspecto que observamos recai sobre a adoção de princípios ideológicos e doutrinários diferenciados dos interesses das populações locais que eram vinculados à doutrina Social da Igreja Católica, mas que estavam distantes dos interesses cotidianos dessas populações.

A percepção do Sindicato revela também o início de questionamentos sobre

³³O primeiro sindicato de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio Grande do Norte foi criado no município de Serra Caiada/RN pelo padre Antonio Vilela Dantas no dia 18 de novembro de 1960, sendo a sua área de abrangência de representação compreendida pelos municípios de Boa Saúde, Tangará, Lages Pintadas, Coronel Ezequiel, São Bento do Trairí, Santa Cruz e Caiada de Baixo (Senador Elói de Souza). A sua 1ª Diretoria era assim constituída: Presidente: Geraldo Ferreira de Freitas, Secretário: José Ribeiro Sobrinho e o tesoureiro: João dos Santos. Segundo consta no Livro de Tombo nº. 1, na página nº. 28 da biblioteca da casa paroquial de Nossa Senhora da Conceição, no município de Serra Caiada / RN. O 2º. Sindicato de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio Grande do Norte foi criado em São Paulo do Potengi/RN pelo padre Expedito Sobral de Medeiros no dia 20 de novembro de 1960, dois dias após a criação do Sindicato Rural do Município de Serra Caiada/RN... Teve por base de representação os municípios de São Tomé, Lagoa de Velhos, Barcelona, Rui Barbosa, Riachuelo, São PEDRO, Bom Jesus e Ilmo Marinho. (DUTRA, 2003, p. 48,49).

as demandas do campo, que embora marcado por uma conjuntura conservadora, expressava um momento de tomada de decisões coletivas para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, revelando, também, a questão da identidade com relação ao pároco da cidade, Monsenhor Expedito, como forte aliado nas suas lutas.

Nesse sentido, para uma maior compreensão do significado e representação do Sindicato no que se refere à construção de uma nova sociabilidade na vida dos trabalhadores rurais enfocaremos alguns aspectos dessas práticas educativas realizadas a partir do processo de organização sindical e politização dos meios disponíveis aos sindicatos e às instituições que os engendraram naquele momento. Trata-se de uma interpretação a partir dos documentos consultados e dos contatos informais com lideranças sindicalistas.

Fica muito visível nesse processo de implantação dos sindicatos dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte, que o encaminhamento dos procedimentos adotados, embora privilegiasse o reconhecimento da negação dos direitos trabalhistas e previdenciários não seguia uma estrutura padronizada, pois o seu emprego assumia diferentes formas de viabilidade, de acordo com as condições para serem efetivadas. No caso de São Paulo do Potengi havia uma ação direta já desencadeada, através de reuniões nas comunidades rurais, de encontros de estudantes, operários e camponeses; de mesas redondas com a participação dos trabalhadores; formação, através de cursos de curta duração nas áreas de produção agrícola; programas radiofônicos; divulgação de publicações especializada (boletins, jornais, etc.); semanas de estudos, utilização de cantadores de viola nos mercados e feiras populares; Realização de Semanas Rurais; Assistência jurídica, médica, dentária, considerando que o município já vinha se estruturando com relação à prestação de serviços de saúde com o apoio do Centro Social de São Paulo do Potengi e da Maternidade. A sindicalização emerge nos anos 60, portanto, num contexto de lutas que marca a inserção dos trabalhadores rurais no enfrentamento dos seus direitos trabalhistas. Na década de 70, através do FUNRURAL essa luta vem reforçar uma demanda já incorporada ao movimento pelos serviços assistenciais e previdenciários.

Com relação à participação dos sacerdotes no movimento sindicalista, na realidade havia muito controle naquela conjuntura dos anos 60. Em São Paulo do

Potengi não foi diferente, houve muitas perseguições aos trabalhadores e pessoas envolvidas, conforme Monsenhor Expedito (1990).

Um dia, o prefeito me procurou e disse que tinha recebido um pedido um pedido de informação sigiloso sobre o vigário e ele não sabia fazer. Eu disse: “me dê, que eu respondo”. Onde perguntava se era tradicionalista, pastoralista, ou renovador, eu marquei tradicionalista; tendência política: se conservador, avançado ou esquerdista, eu marquei conservador; que tipo de reuniões faz e com quem? Eu respondi: na igreja com as beata...Tudo deu certo, graças a Deus. Eu não tenho vocação para ser mártir e sei desde menino que “não se dá murro em ponta de faca”, “nem se bota a mão na boca da onça. (MEDEIROS, 1999, p. 40).

Com referência ao pedido de informação sigiloso sobre o vigário pela prefeitura, não chegamos a obter informações sobre a origem do documento, uma vez que o próprio Monsenhor Expedito, embora tenha feito referência ao mesmo em outras circunstâncias, também não revelou a fonte. O que nos leva a admitir, de acordo com o contexto, dos anos 60 se tratar do sistema de controle vivido no regime militar.

A preocupação com a situação do sindicalismo rural começava a se tornar mais acirrada em face da sua acelerada dinâmica que também envolvia todos os participantes do MEB. Antes de 1964, essas tensões provocaram a realização de duas reuniões no Rio de Janeiro, de coordenadores estaduais com membros da equipe nacional (agosto de 1963 e janeiro de 1964), onde se deliberou pela atuação do MEB, junto aos sindicatos, reforçando o caráter educativo do Movimento, dando continuidade através da ajuda supletiva, até que o processo de sindicalização fosse assumido por outras organizações.

É exatamente após abril de 1964 que os sindicatos mais combativos são violentamente atingidos. Essa situação abre um período de perseguições, prisões e expulsão dos trabalhadores em massa, onde os mais afetados foram os líderes sindicalistas.

Com o golpe militar e os seus desdobramentos que culminam com a instalação no país do regime ditatorial, registra-se um cenário nacional marcado pela violação desmedida de direitos e justiça social. Trata-se de uma conjuntura onde a organização sindical é violentamente atingida. Seus dirigentes e lideranças

representativas foram substituídos por interventores do governo.

Entretanto, embora diante de um contexto bastante complexo, numa conjuntura repressiva, o sindicato dos trabalhadores rurais não desiste das suas lutas, se insere aos demais sindicatos do Brasil reforçando as discussões sobre a Reforma Agrária de forma articulada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Nessas circunstâncias, ocorre ainda, a aprovação do Estatuto da Terra em 1964 que vem favorecer os latifundiários, isentando-os do processo de desapropriação, provocando conseqüentemente a “expulsão de milhões de camponeses das suas localidades de origem”, conforme afirma Silva (2006, p.24).

O que podemos perceber neste cenário, a partir dos rumos delineados pelos objetivos do governo ditatorial, que não escondia seu interesse de reprimir as lutas iniciadas pela Igreja Católica com o apoio dos partidos de esquerda, passa a exercer um forte controle a partir da implantação do Programa FUNRURAL, voltado para assistência ao trabalhador rural através dos benefícios da Previdência Social. Na verdade a questão da Previdência Social já vinha sendo uma reivindicação dos trabalhadores rurais, que o governo se apropria estrategicamente para garantir alguns benefícios, conforme Silva (2006) tais como: aposentadoria, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde e serviço social.

A compreensão desse contexto nos permitiu um olhar voltado para as particularidades do sindicato de São Paulo do Potengi no enfrentamento dos desafios às demandas dos trabalhadores rurais, tendo como articuladora a Igreja Católica através do SAR e o apoio de Monsenhor Exedito em nível local. Perceber, portanto, as relações que se estabeleciam quando a Igreja entra no cenário da luta dos trabalhadores rurais, significa, sobretudo situar essa aliança comprometida com o processo de organização do movimento sindicalista numa perspectiva de defesa de direitos e justiça social. Trata-se de uma prática inovadora, que surgia criando espaços de discussões sobre os direitos dos trabalhadores e a necessidade de uma organização da categoria. O que implica numa trajetória de enfrentamentos e desafios que tem marcado a sua postura em defesa dos trabalhadores rurais.

Nesse sentido, as práticas educativas iniciadas na década de 1950, em especial os Programas de Educação Popular, no Município de São Paulo do Potengi contribuíram de forma efetiva para o processo de organização dos trabalhadores

rurais, acumulando experiências de grande relevância para as posições assumidas a partir de 1980, num contexto de novas exigências para suas reivindicações quando a sociedade civil investe fortemente na luta pela democratização.

A tabela a seguir demonstra o registro do número de associados do Sindicato de São Paulo do Potengi, considerando desde o ano do seu surgimento (1960) até setembro de 1982, (Azevedo, 1983, p.108). Podemos observar o crescente aumento do número de associados, apesar da ditadura. A que se pode atribuir tal desempenho, quando os governos ditatoriais reprimiam fortemente os sindicatos rurais? Será que a presença do Monsenhor Expedito à frente das atividades do sindicato tenha inibido uma postura mais agressiva dos órgãos repressores?

Ano	Nº de Associados
1960	02
1965	262
1970	459
1975	1432
1980	1571

Tabela 9 – Registro de Associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo do Potengi.

2.7 O ENFRENTAMENTO DAS SECAS

O problema das secas na Região Nordeste é um fenômeno cíclico. Teve uma de suas grandes crises, entre os anos de 1946, 1947 e 1948 com os escassos invernos, agravando cada vez mais as condições de vida das populações do campo. Foram épocas de um acelerado aumento da miséria.

É precisamente no Rio Grande do Norte, a partir da década de 50, do século passado, através do Movimento de Natal, que a Igreja Católica, percebendo o agravamento dessa situação começou a se voltar para os apelos da população sofrida e buscar, a partir das iniciativas locais, formas de atendimento à população pobre e marginal da cidade. No início, as atividades eram desenvolvidas somente na

cidade de Natal, vindo posteriormente a se estenderem no meio rural, considerando-se que as causas maiores dos problemas encontravam-se no campo, tendo em vista as precárias condições de trabalho na agricultura, em consequência das freqüentes estiagens e a entrada do capitalismo no campo.

Em 1953, ocorre uma das maiores secas da região, afetando assustadoramente a vida do campo e provocando o maior índice de flagelados. Por duas vezes a cidade de São Paulo do Potengi foi invadida por essa população desprovida de tudo, a que chamavam de flagelados. Nesse momento crítico, o poder público inicia um trabalho de atendimento as necessidades mais urgentes, criando as conhecidas “frentes de serviços” sem, no entanto, buscar alternativas para as causas maiores dessas questões. As fotos apresentadas a seguir revelam o sofrimento de homens, mulheres e crianças marcados pelas próprias condições em que viviam: barracos sem qualquer condição digna de moradia, uma rede armada num local sem a menor proteção, uma estrada sem um destino certo, e a certeza de que para vencer a fome, causa maior da revolta dos trabalhadores só a esperança não basta.

A foto 15 apresentada a seguir, expressa as precárias condições sócio-econômicas da população do campo no período de seca: A foto 16, produzida em 1953, revela a expressão de sofrimento das mulheres e jovens que viviam uma realidade assustadora, sem a certeza de como seria o amanhã, caminham pelas estradas com seus instrumentos de produção em busca de trabalho. Na verdade, comparando ao contexto atual, muitas incertezas ainda persistem reveladas nos semblantes de homens, mulheres, crianças, pessoas idosas, que caminham pelas estradas em busca de trabalho.

Certeza mesmo, só dos muitos que não chegaram a suportar e foram privados do direito de viver e de milhões que se desesperam em gritos de esperanças.



Foto 15 – A situação de moradia das famílias dos trabalhadores rurais.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – 2003.



Foto 16 – Homens, mulheres e crianças se caminham em busca de trabalho.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – 2003.

Outro momento muito difícil foi à seca de 1958. O povo já vinha sendo muito massacrado, conforme comentava Monsenhor Expedito “e buscava na Igreja um

olhar de mãe que não abandona os filhos”. A equipe de sacerdotes, formada por Dom Eugênio (naquele tempo Padre Eugênio) era composta por: Monsenhor Expedito, Monsenhor Alair, Padre Nivaldo (hoje Dom Nivaldo), Célia Vale, Padre Tavares (hoje Dom Tavares), Padre Antas e outros. Foram todos ver de perto um açude que se construía no município de Lajes. A situação dos homens que ali trabalhavam era vergonhosa. “Em Angicos fomos ver o açude de Pataxó. O sol era tão quente que criava a ilusão de que tudo fervia. Assim que o povo nos viu, correu para nós”: “Seu vigário, salve a gente desta miséria... Isto é uma matança dos pobres” (MARINS, 1965, p. 44).

A Igreja não sabia como desenvolver um trabalho dessa natureza, pois não tinha recursos nem estrutura para iniciar uma atividade emergencial. Entretanto, o grupo tratou de organizar uma campanha de auxílios. Houve muita divulgação tanto na imprensa falada quanto na escrita. Foi realizado todo um processo de mobilização junto ao poder público através de telegramas, tanto em nível Estadual, como Federal. Havia um controle muito grande dos grupos políticos. Toda ajuda que chegava passava primeiro pelas mãos dos políticos. Monsenhor Expedito chegou a nos revelar em entrevista realizada em São Paulo do Potengi (1999) sobre a distribuição dos alimentos pelos políticos que de acordo com os trabalhadores, se realizava como se fosse dividir uma cesta de frutas entre dois e o que fizesse a divisão distribuía em partes iguais – “um para mim, outro para pra você, e outro pra eu”.

Os resultados desse trabalho foram escassos, pois, na verdade as condições eram bastante precárias. E como as secas estavam sempre ocorrendo, ficava mais difícil ainda. A partir de 1957 até 1958, esperou-se o dia de São José, dia tradicional na cultura local, onde os trabalhadores rurais esperam proteção na plantação, através da chuva para reduzir essa situação de desespero.

Com a falta de condições de trabalho e sem receberem dinheiro dos patrões, os trabalhadores entraram em pânico. A revelação do medo, do risco de perder tudo que tinham, ficava transparente em cada semblante, cujas marcas o tempo não consegue destruir da nossa memória. Foram esses transtornos que provocaram esses trabalhadores a se unirem e formaram um grupo, de acordo com Marins (1965) 800 homens que resolveram não mais esperar e com muita amargura invadiram as feiras da cidade para não morrerem de fome com as suas famílias.

Essa atitude criou sérios receios para o município e para a Arquidiocese, conforme Azevedo (2000) nos revela.

Foi um período muito difícil em nosso município, Monsenhor Expedito começou a participar das reuniões da Diocese, que buscava encontrar um caminho para diminuir as tensões do campo. Dom Eugênio já estava propondo que as paróquias ficassem atentas aliadas aos trabalhadores, pois a Igreja se constituía a grande força ao lado do povo sofrido. A idéia inicial era que cada paróquia fosse criando suas comissões de ajuda aos flagelados. Em São Paulo do Potengi, todos concordaram com o plano. Na realidade os paroquianos pediram o apoio do bispo solicitando a cada paróquia o seu envolvimento de forma organizada. Mas também teve o apoio de Dom Helder Câmara que junto com Dom Eugênio se articularam com os poderes federais para conseguir auxílio (AZEVEDO, 2000, p. 47).

Em face da grande mobilização realizada aqui no Rio Grande do Norte, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) abriu frentes de trabalho dando continuidade às obras já iniciadas, permitindo o acesso de trabalho imediato aos flagelados. Na realidade, não é fácil perceber essa crise na forma como ocorreu no cotidiano dos trabalhadores.

As frentes de trabalho em geral ficavam distantes dos municípios. No caso de São Paulo do Potengi, a primeira proposta era que os trabalhadores se deslocassem para o município de Cerro Cora, a vários quilômetros da cidade. Eles seriam transportados e durante toda a semana ficariam longe da família. No retorno, para descontar os vales que recebiam, teriam que percorrer a pé uma longa distância. A comissão começou a discutir e fez uma exposição de motivos sugerindo que os trabalhos fossem realizados no próprio município, aproveitando as obras iniciadas e não concluídas em períodos anteriores. Como a autorização demorou a chegar, a situação dos trabalhadores ficou insuportável e a paróquia teve que assumir com eles a frente de serviços. Houve mais de 2.000 inscrições e a licença não chegava de Natal. O fato é que esta licença veio chegar, depois do trabalho já ter sido iniciado.

Na verdade, não é intenção desse estudo analisar as relações de trabalho no campo, mas esta é uma realidade que nos leva a refletir exatamente sobre a questão das desigualdades sociais, tão presentes na realidade brasileira, principalmente na Região Nordeste do país, onde os quadros de pobreza são mais

gritantes; onde também as oligarquias políticas são mais acirradas na defesa dos interesses próprios.



Foto 17 – Os trabalhadores e familiares enfrentando as dificuldades de acesso a água.
Fonte: Memorial Monsenhor Expedito - São Paulo do Potengi – 2006.

É preciso ir mais além, ou seja, nas lembranças das pessoas que viveram estes problemas ou puderam atuar nas práticas educativas da Igreja Católica, acompanhando e buscando coletivamente alternativas de solução para suas causas maiores. Uma construção que não pertence a um só indivíduo, porque se processa e se transforma em memória coletiva.

Em São Paulo do Potengi a situação dos trabalhadores era muito difícil, pois além de terem que trabalhar em localidades mais distantes das famílias, estas por sua vez permanecia em precárias condições. Ao retornarem no sábado, os trabalhadores não recebiam dinheiro, a remuneração era feita através da distribuição de um vale para trocar por alimentos num barracão do fornecedor que ficava na cidade.

As condições dos trabalhadores do campo traduzem a estrutura agrária

marcada pela face trágica da moeda que só revela uma imagem de sofrimento, fome, miséria, escondendo outro lado, que de forma perversa, obscurece a razão primeira das causas que as determinam. Contudo, esse caldeirão de fogo que representa a seca para os trabalhadores do Nordeste, mesmo que escaldando os cérebros, torrando os solados dos pés não impede a existência de vínculos de dependências, onde cada ação individual se constitui uma decisão relativamente independente.

A realidade do campo é, historicamente, uma questão onde predomina uma das situações bastante complexas. É importante, nesse estudo, destacar as marcas estruturais geradoras dos problemas do mundo rural: a propriedade da terra sob a forma de latifúndios, e a dominação oligárquica - patrimonialista, no passado, mas que persiste de modo tradicional e/ou integrada com a modernização conservadora no presente (CASTEL, 2000).

A situação dos flagelados, camponeses de São Paulo do Potengi não fugia a esta regra. A questão das frentes de trabalho como alternativas para os desafios das estiagens constantes expressam uma das alternativas que não se constitui respostas consistentes para o enfrentamento da seca na Região Nordeste brasileira.

Na medida em que realizamos as nossas entrevistas, os nossos contatos com as comunidades foram nos apoiando cada vez mais através dos depoimentos prestados pelos nossos informantes qualificados, ou seja, os profissionais e lideranças comunitárias que atuaram ou participaram das práticas educativas da Igreja Católica. Nessas revelações iniciávamos também o confronto com os textos escritos utilizados na pesquisa.

Mas é, ainda, sobre a seca de 1958 em São Paulo do Potengi que nos deteremos. Na realidade a questão das secas constantes no município de São Paulo do Potengi, não se trata de caso isolado. Em se tratando de um problema regional, cria uma série de interdependências geradoras das mais diferentes formas de lutas que iam se processando. Na medida em que as suas condições de trabalho não lhes permitiam “ver a cor do dinheiro”, uma vez que recebiam como pagamento um vale para ser descontado no barracão, eram enganados na forma de pagamento, no peso, na qualidade dos alimentos e no preço.

Nesse propósito, é importante destacar a secção de abertura da CPI da Seca, em 1987, quando o senador Teotônio Vilela Filho, presidente dessa CPI, afirmou,

com dados baseados em levantamentos da Igreja Católica, que, “somente nesta última década, cinco milhões de nordestinos morreram de fome e subnutrição [...] Um verdadeiro genocídio, comparando-o ao holocausto judeu da Segunda Guerra Mundial, efetuado pelos nazistas” (apud Grossmann, p. 5).

De acordo com Grossmann, pesquisadora do Programa de Estudo A Problemática da Seca no RN...

Foi Monsenhor Expedito Medeiros, de São Paulo do Potengi, quem, comentando comigo os movimentos dos saques – quando as populações nordestinas vítimas da seca, famintas, invadem e saqueiam feiras, armazéns comerciais para amenizar sua fome -, me falou sobre o “cheiro” da fome. Segundo monsenhor, o homem com fome exala um cheiro que lhe é peculiar. (GROSSMANN, 1991, p. 51).

É nas afirmações de Mons. Expedito (1990) que podemos perceber a complexidade desse momento.

Na seca de 1958, a coisa foi diferente. O “Centro Social São Paulo” decidiu competir com o barracão tradicional. Foi criado um posto de abastecimento e lhe demos o nome de Posto do DNOCS, sem a autorização de ninguém. Conseguimos no escritório local daquele departamento a metade das folhas semanais de pagamento, em gêneros. Em Natal, Dom Eugênio dava aval ao comércio grossista. A mercadoria era trazida de graça pelos caminhões da Base Naval e aqui era fornecida a preço de custo. Dentro de um mês o outro barracão fechou! Foi uma vitória! Quem não se lembra do entusiasmo da comunidade, da juventude, todos os sábados, distribuindo os gêneros pelas janelas do Centro, conforme as listas recebidas do DNOCS? Com 4.000 trabalhadores sob a sua responsabilidade, nossa comissão viu a coisa preta! Não tínhamos certeza se o governo pagaria a conta dos fornecedores. E se a seca se prolongasse?... (MEDEIROS, 1990, p. 27, 28).

Na verdade, o barracão tradicional, concentrava-se nas mãos dos grandes proprietários, exercendo um forte controle sobre os trabalhadores que ficavam submetidos a todo um processo de exploração na compra dos gêneros alimentícios para suas famílias. Ao intervir nessa situação, apoiado pelo Centro Social no município, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e pela Arquidiocese de Natal, Monsenhor Expedito lançava-se junto à comunidade num

verdadeiro desafio aos grupos dominantes.

Emprestamos um colorido à compreensão dos significados das falas dos nossos protagonistas entrevistados, objetivando desmistificar o não dito, revelado em metáforas para nossas reflexões, como pudemos observar quando questionávamos em nossas entrevistas com Monsenhor Expedito sobre as dificuldades enfrentadas nessas práticas educativas inovadoras assumidas pela Igreja Católica e ele afirmava: “As dificuldades eram muitas,... mas depois, chovia e tudo ficava verde”.

3 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E SÓCIO-CULTURAIS DA IGREJA CATÓLICA EM SÃO PAULO DO POTENGI

3.1 UMA CIDADE COM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DESDE 1920

Compreendemos a memória como um elemento essencial do que costumamos chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca se revela como extremamente necessária tanto no que se refere às práticas desenvolvidas pelos indivíduos, como também das sociedades atuais nos seus momentos de tensões e de angústias.

Na medida em que nossa pesquisa se voltou para visitar o homem comum, o homem ordinário, buscando compreender, a partir das suas memórias das histórias locais, das experiências vivenciadas no cotidiano, das suas práticas educativas, um complexo de conhecimentos formais e informais, alguns institucionalizados outros não - estávamos ousando o enfrentamento de um espaço menos autoritário, buscando dessa forma “a democratização da memória social, como um dos imperativos da sua objetividade científica”, como nos alerta Le Goff (1996, p. 477).

Na história do município registram-se surgimento das escolas a partir de 1920. Portanto, no século passado. A Escola mais antiga da povoação foi criada em 1920 pelo senhor João Júlio Nogueira e sua esposa Luiza Teixeira de Moura, ano em que se instalavam no município.

A escola do Senhor Júlio, constava apenas até a 4ª série do curso primário e se constituiu, posteriormente, uma grande contribuição para que muitos dos seus alunos pudessem continuar seus estudos fora do município, alguns chegando a ser graduados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Encontramos, ainda, a Escola Maurício de Freire que teve como embrião a Escola Rudimentar Mista, criada pela Intendência de Macaíba em 17/01/1922. Sua primeira professora foi Paulina Nunes de Queiroz – Dona Yayá, educadora que se dedicou ao ensino da juventude da povoação. Havia, ainda, uma Escola Pública no Juremal que funcionou durante vários anos, chegando a ser desativada a partir da decadência desse povoado.

Somente a partir de 1930 é que essa antiga escola é transformada em Grupo Escolar recebendo o nome do Cel. Manuel Maurício Freire, conforme o Decreto nº. 464, do Governo Estadual, de 25 de janeiro de 1930. Na verdade podemos identificar que o prédio do antigo Grupo Escolar ainda continua preservando a sua construção inicial. Essa escola considerada pela comunidade como um dos mais belos patrimônios históricos da cidade, comprovando que o tempo não apaga as marcas de um espaço construído pelos “habitantes do lugar, a partir daqueles tempos em que já eram possuídos do mesmo espírito de participação comunitária, sua característica da época contemporânea” (AZEVEDO, 1983, p. 67).

Apenas a partir de 1966 é que a referida Escola é transferida para um novo prédio com cinco salas de aula. O antigo estabelecimento foi cedido pelo Estado para Instalação da sede do Centro Lútero Recreativo criado pela Pastoral da Igreja Católica, que se constituiu um espaço para realização de eventos culturais e atividades de lazer.

É importante evidenciar o surgimento da Escola de Comércio a partir de 1956, fruto de uma luta dos jovens apoiados pela paróquia da cidade iniciada anteriormente com o apoio do Senhor Manoel de Souza Revoredo Filho, agente municipal de Estatística. Criado, então, o primeiro estabelecimento de ensino médio na cidade que passou a funcionar no Centro Comunitário sob a coordenação de um grupo formado por profissionais liberais da cidade, dentre esses: o juiz de Direito, o Promotor Público, o Vigário Monsenhor Expedito, o Agrônomo da ANCAR, o Dentista, o Farmacêutico, o Contador, e o Assistente Social, parte desses, colaboradores das atividades pastorais desenvolvidas pela paróquia.

Essa comissão teve como primeira tarefa a elaboração de um projeto de lei, a ser enviado à Câmara Municipal pelo Chefe do Executivo, através do qual era solicitada a autorização para a criação da Escola de Comércio. O poder municipal concederia uma subvenção anual não inferior a Cr\$ 20.000,00 para sua manutenção. O Cargo de diretor seria ocupado pelo vigário da paróquia, com poderes especiais para admitir e dispensar professores. Na realidade, os professores ensinavam gratuitamente e o ensino também era gratuito. Tratava-se de uma Escola Pública, não estatal, pois funcionava sem que o município tivesse a menor interferência na sua administração.

Estas foram escolas criadas pelo poder público até então, aliás, em número

pouco significativo, evidenciando o tradicional descaso com a educação. Com o início das atividades desenvolvidas pelo Movimento de Natal, podemos observar o surgimento de novas escolas, inclusive do nível médio de ensino. A seguir relataremos algumas dessas iniciativas:

A fundação do Colégio São José, da congregação da Divina Providência foi sugerida pelo Padre Tiago Cloin, Secretário Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB, que conhecia o Movimento de Natal e o trabalho desenvolvido por Monsenhor Exedito. Resolveu fundar uma Casa de Ensino em São Paulo do Potengi, a primeira a ser instalada por essa congregação no Nordeste do Brasil. Entretanto é a partir de 1964 que ocorre o ato de lançamento da pedra fundamental do referido Colégio, em terreno doado pela Prefeitura Municipal, conforme Lei nº. 1/63, de 30 de abril, de 1963, do então Prefeito João Marques de Araújo.

Na realidade, as Irmãs, além de atuarem efetivamente nas atividades de ensino desse Colégio, embora não sendo uma instituição de natureza pública, também desenvolveram importantes trabalhos junto à comunidade através da paróquia, principalmente no enfrentamento das secas, quando chegaram, por exemplo, a conseguir doações para construção de cisternas comunitárias.

Considerando as dificuldades que o município enfrentava nos períodos difíceis provocadas pelas secas e pelo descaso do poder público no que se refere à adoção de políticas voltadas para as áreas rurais, não podemos negar a preocupação da paróquia com a educação, na medida em que o desenvolvimento das suas práticas comunitárias se voltava para o incentivo ao acesso dos jovens à Escola.

Outra instituição educacional, criada em 1967, a fundação da Sociedade Educadora São Francisco, se constituiu para a juventude um grande espaço de formação educacional, objetivando o acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental e a realização de eventos sócio-culturais. Sobre a sua fundação há um fato importante a considerar, de acordo com Azevedo (1983).

No ano de 1967, a Senhora Luzia Alexandrina da Silva, devota de São Francisco, conseguiu reunir certa importância em dinheiro, com a realização de quermesses e festinhas, com a finalidade de construir uma capela, num dos bairros periféricos da cidade, para o seu santo padroeiro. Aconselhada por Monsenhor Exedito, mudou de idéia, resolvendo promover a criação de

uma escolinha, usando para tal fim o dinheiro disponível... Em 1967, no dia 04 de outubro, o seu filho José Miguel do Nascimento, por ser o mais letrado da família, fundou a Sociedade Educadora São Francisco, entidade que vem prestando relevantes serviços à educação da juventude pobre da cidade e para a qual o seu fundador vem dando o melhor do seu esforço e dedicação (AZEVEDO, 1983, p. 71).

Essa Sociedade Educadora, sem fins lucrativos, começou a funcionar em 1968, com uma turma de 25 alunos. É importante ressaltar que grande parte desses jovens vinha dos sítios, percorrendo uma longa caminhada para chegarem ao Educandário. Em nossos contatos com os estudantes, realizado por ocasião da nossa pesquisa no município em 2002, ficou evidenciado nas suas falas, o entendimento que os alunos têm em face de posturas metodológicas da escola e dos professores, por terem que ajudar aos pais no período do plantio e de colheita.

De acordo com os depoimentos informais da direção da Escola e dos professores, a festa de São Francisco, patrono da escola, é sempre um acontecimento que mobiliza muito a comunidade. Na realidade esta festa é realizada todos os anos não somente como uma atividade já tradicional da escola, trata-se de um evento de grande mobilização da comunidade que sempre se fez presente inclusive com doações para serem leiloadas em função da manutenção da escola.

É ainda Azevedo (1983) quem afirma,

A partir de 1979, a Escola passou a funcionar em um prédio, doado pela Prefeitura Municipal, construído com recursos da ordem de Cr\$ 90.000,00, obtidos da Alemanha, por intermédio das irmãs da Divina Providência, além de outros recursos provenientes de doações e festividades populares. Também da Alemanha foram conseguidos recursos no valor de Cr\$ 128.000,00, para construção de uma cisterna e obras de ligações hidráulicas. Cabe ressaltar que no ano de 1982 o Educandário já contava com uma matrícula geral de 515 alunos, considerado, portanto, o segundo estabelecimento de ensino da cidade, sendo o primeiro a Escola São José. (AZEVEDO, 1983, p. 73).

De acordo com os documentos consultados, identificamos a primeira Escola Municipal, construída e mantida pela Prefeitura, o Grupo Municipal Paulina Nunes de Queiroz, localizado no bairro de Aparecida, cujo prédio foi edificado no segundo período administrativo do Senhor Francisco Cabral da Silva no ano de 1958.

Em 1963 foi construído o Grupo Municipal Deputado Djalma Marinho, além das Escolas Municipais em Campos Novos, Manjeriçã, Jurema e a Escola Maria Liça Lopes.

Em 1973, foi eleita prefeita do município a senhora Maria Nini de Souto, membro atuante da Pastoral Social da Igreja. A sua administração deu uma dinâmica diferente às atividades educacionais do município, talvez até mesmo ressonância de suas práticas junto a paróquia. Azevedo (1983), falando sobre sua administração à frente da prefeitura, diz:

A partir da criação da Secretaria de Educação / Municipal no ano de 1973 é importante ressaltar que a senhora Maria Nini, membro atuante da Pastoral Social da Igreja, é destacada no município pela liderança política que ainda hoje exerce na localidade. Até o ano de 1978 foram registradas 26 Escolas, sendo uma na zona urbana e vinte e cinco na zona rural, isso num município que atualmente conta com uma população de 13.822 habitantes. (AZEVEDO, 1983, p. 79).

Nesse sentido, fica evidenciado que a História da Educação no município de São Paulo do Potengi a partir dos anos 50 se traduziu em uma luta constante, cuja grande aliada foi a Igreja Católica, a qual marcou presença e atuação numa conquista de acesso da população ao processo educacional. Tinha também um objetivo que se voltava para uma pedagogia libertadora das precárias condições de exploração dos trabalhadores rurais.

3.2 ESPAÇO RELIGIOSO: TRADIÇÕES CULTURAIS E PROFANAS

Ao nos voltarmos para a compreensão do espaço cultural de São Paulo do Potengi, precisamente a partir das práticas educativas da Igreja Católica, nossa perspectiva buscava, sobretudo, perceber as ações e expressões significativas produzidas pelas pessoas no seu cotidiano. Nesse processo passávamos a assimilar e interpretar o seu conteúdo, a luz daquele contexto social profundamente marcado pela perplexidade das transformações tecnológicas introduzidas no país.

Na realidade foi um percurso por caminhos muitas vezes carregados de dificuldades, considerando a distância entre alguns acontecimentos e outros.

3.2.1 Cultura Musical

Como se observa, ao tratarmos sobre o surgimento da cultura musical, que se expressa tanto nos discursos dos nossos entrevistados, quanto nos documentos consultados, como uma marca que contribuiu para identificar o município tal qual uma comunidade despertada para o aprimoramento cultural da sua gente.

O fato de se constatar a existência de três Bandas de Música, uma Banda Marcial e três Conjuntos Musicais significa, portanto, um movimento concreto de atividades que aconteciam em épocas diferentes numa comunidade de pouca expressividade populacional. Por outro lado, se caracteriza um renascer revestido de lembranças que foram se reproduzindo e construindo um espaço de preservação de memórias coletivas.

Cada vez que os grupos musicais ressurgiam inovados pelos avanços de cada contexto, eles não conseguiam se desvincular de traços culturais que se constituíam das suas próprias raízes. E nada mais singular do que a música para revelar essa forma de apropriação e transmissão dos valores culturais.

Ao retomarmos o significado sócio-cultural dessas Bandas Musicais no município, percorremos um longo período, não só através dos textos produzidos, mas principalmente buscando adentrar nas lembranças dos nossos entrevistados, verdadeiros protagonistas de um determinado espaço de memórias coletivas. É importante destacar dentre esses, o músico Sebastião Ferreira da Rocha, que atuou de forma efetiva nas práticas educativas da Igreja Católica, contribuindo para a formação dos jovens através da sua dedicação à Banda de Música do Centro Social de São Paulo do Potengi, a partir de 1955, revelando-se regente da Terceira Banda. O seu objetivo maior era contribuir para a formação religiosa dos jovens, na medida em que integrava o grupo da Pastoral dos Jovens, contribuindo também para a formação de futuros músicos da cidade.

A primeira participação da 2ª Banda de Música no município foi no 4º

aniversário da fundação do Centro Social, em 1956, quando a Banda desfilou pela primeira vez nas ruas da cidade executando, de maneira muito desafinada, o Dobrado nº 1. Aquela tocata está gravada em fita cassete e faz parte dos documentos históricos da cidade. Outro momento em que a Banda teve uma apresentação destacada foi por ocasião da Semana Rural realizada no município com a participação de um grande número de trabalhadores rurais, além da população, formando um grande contingente desfilando por toda cidade.

Entretanto, muitas foram às dificuldades financeiras que se constituíram em verdadeiros entraves à continuidade da Banda, que sobreviveu durante 10 anos no município.

Apenas em 1973 foi criada pela Prefeitura Municipal a 3ª Banda Música – Escola Rodolfo Rocha, já referida anteriormente. Apesar do empenho da organização em manter a Banda, muitos foram os problemas surgidos, principalmente no que se refere aos problemas materiais e humanos. De acordo com Rocha (2003),

Esta Banda de Música teve uma importância significativa no município, prestando um grande impulso a cultura local. Havia um grande empenho dos músicos, cada apresentação mobilizava muito a comunidade e despertava entusiasmo pelos jovens a se filiarem à organização. Entretanto, apesar do grande apoio da Igreja Católica, considerando que desde a formação da 2ª Banda no município foi o Centro Social São Paulo que ofereceu grande estrutura de apoio para formação dos primeiros músicos da cidade. É esse grupo que vem batalhando para dar continuidade ao trabalho de formação de músicos com os jovens da cidade. (ROCHA, 2003).³⁴

Cabe, ainda, destacar a Banda Marcial, criada em 1976, pela Prefeitura Municipal, com o apoio da paróquia através do Centro Social que vem se mantendo até os dias atuais. Trata-se de um grupo constituído por um grande número de moças, regido pelo maestro Tiãosinho, que empresta um colorido especial aos acontecimentos festivos da cidade, principalmente aos desfiles do dia 7 de setembro, da independência do Brasil.

³⁴ ROCHA, Sebastião Ferreira. Entrevista realizada por Márcia Maria de Sá Rocha e Luana Maximiano em 23/05/2003.



Foto 18 – Apresentação da Banda de Música de São Paulo do Potengi, por ocasião do desfile do dia 07 de setembro de 1976.

Fonte: Memorial Monsenhor Expedito – São Paulo do Potengi – 2005.

É importante observar, no percurso da criação dessa Banda, o fato novo que surgia na cidade, marcado pela movimentação popular que ocorria em cada contexto, cujas particularidades se expressam nas lembranças dos nossos entrevistados. No período de opção do nosso estudo (1950-1980), evidencia-se um novo direcionamento que surgia no processo de organização dessas Bandas, que eram fortalecidas pelas práticas educativas da Igreja Católica, com o apoio do Centro Social de São Paulo do Potengi, que mobilizava a formação musical do grupo de jovens.

Nesse contexto, as Bandas Musicais têm contribuído significativamente para a formação de vários grupos culturais no município, uns vinculados à Igreja Católica e outros que surgiram a partir da própria organização da sociedade local. Este foi sempre o objetivo de Monsenhor Expedito, fomentar a organização de grupos que no futuro pudessem assumir a direção junto à comunidade e hoje podemos encontrar esses grupos atuando não só na igreja, mas, também nas escolas, grupos de amigos, clube de mães e grupos de idosos, configurando uma representação cultural reconhecida no município e no Estado.

Como podemos perceber, as lembranças de um grupo religioso são reafirmadas a partir da visão de determinados lugares; por uma localização e a própria disposição dos objetos. Na realidade o que vai provocar separação

fundamental, para estas sociedades, entre o mundo sagrado e o mundo profano, realiza-se materialmente no espaço, ou seja:

Quando entra numa igreja, num cemitério, num lugar sagrado, o cristão sabe que vai encontrar lá um estado de espírito do qual já teve experiência, e com outros fiéis, vai reconstruir, ao mesmo tempo, além de uma comunidade visível, um pensamento de lembranças comuns, aquelas mesmas que foram formadas e mantidas em épocas anteriores, nesse mesmo lugar. (HALBWACHS, 1990, p.155).

Na realidade não podemos negar que toda prática religiosa tem a sua história, ou precede de uma memória religiosa edificada de tradições e acontecimentos distantes que ocorreram no passado em diferentes lugares. As peregrinações que buscaram nos lugares santos das primeiras cruzadas passaram a formar novas tradições diferenciadas que atraem os cristãos por acreditarem que aquele lugar santo conserva alguma relíquia, uma fonte de cura, e as capelas consagradas à algum santo (a) onde aconteceram milagres.

É nesta perspectiva de compreensão que passamos a focalizar a importância das festas religiosas e profanas que ocorreram no município de São Paulo do Potengi no período do nosso estudo.

Conforme podemos perceber, a partir das entrevistas realizadas e da participação em alguns eventos no município, a importância das festas religiosas e profanas, tanto no que se refere às lembranças passadas, que permanecem guardadas na memória coletiva, como na atualidade, expressas através da participação popular. Neste sentido, apontamos as festas profanas como o carnaval cujos primeiros blocos foram iniciados pelos jovens da Pastoral Social de São Paulo do Potengi e ainda, continua através dos novos grupos. O apoio da igreja à organização do primeiro bloco, foi muito difícil, pois Monsenhor Expedito nos revelou numa das suas entrevistas, que ficava muito receoso com a idéia de se formar um bloco carnavalesco pela pastoral da Igreja para uma festa no Centro Social. O temor era em virtude das conseqüências, que poderia chamar atenção da comunidade e o Centro Social perder a credibilidade da população. Depois de todas as argumentações dos jovens, Monsenhor Expedito pediu para que eles fizessem um

ensaio antes do carnaval. O pároco ficou numa grande expectativa. No dia da festa, foi o primeiro a chegar ao Centro Social. A preocupação maior era com relação às roupas que o pessoal estaria usando. Para sua surpresa todas as moças estavam usando túnicas longas coloridas. Depois da festa, Monsenhor Expedito e Dom Eugênio Sales foram observar as fotografias dando muitas gargalhadas, comentou “que as meninas estavam vestidas até os pés”! O que nos revela a questão da religiosidade mesmo em lugares sem relação direta com a religião, muitos fiéis se comportam como devotos que não esquecem de se dirigir a Deus em pensamentos e atos.

Outro evento que se tornou um acontecimento cultural no município é a Vaquejada, que se tornou tradicional. Geralmente se realiza no mês de agosto. Como se trata de um acontecimento que conta com a participação maior dos criadores de gado e pequenos produtores, também é nesse momento que a Igreja Católica se faz presente junto ao movimento sindical e aproveita para divulgar e socializar as lutas enfrentadas.

É importante ainda, considerar o surgimento no município sob a orientação da Igreja Católica do grupo teatral, ainda nos anos 70, que deu origem ao grupo teatral Raízes nos anos 80, voltando-se para o teatro de rua, focalizando temas e problemas vivenciados pela população, demonstrando uma visão crítica capaz de contribuir para o despertar da comunidade face aos problemas do cotidiano.

Com relação às festas religiosas, identificamos as comemorações do mês de Maria, durante o mês de maio, através da novena na igreja, bem como, da realização do terço comunitário, organizado nas residências, onde se observa uma grande mobilização comunitária. Após a realização do terço o povo caminha em procissão para deixar Nossa Senhora com a próxima família que irá recebê-la.

Durante esse período também foram realizadas viagens de peregrinação a Canindé, no Ceará, onde existe a Igreja do padre Cícero, reconhecido como santo milagroso da região. Estas viagens chegaram a mobilizar um grande contingente de fiéis que iam pagar suas promessas. Monsenhor Expedito foi um dos incentivadores dessas peregrinações. Como se percebe o culto e a devoção sempre marcou presença no espaço religioso da cidade.

4 A RADIOFONIA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL E INTERCULTURALIDADE

Este capítulo contempla, numa perspectiva intercultural, aspectos da radiofonia relacionados aos contextos – Brasil / Portugal, mais precisamente aqueles que marcaram o período do nosso estudo (1950-1980), por considerar que entre os anos, 20 e 60, do século XX, o rádio foi considerado o principal veículo de comunicação de massa, sendo apresentado como um setor de interesse nacional com finalidade educacional, contribuindo para ajudar na inserção de novas práticas culturais, conforme podemos perceber em Calabre (2002).

No apagar das luzes do século XX, podemos dizer que este foi o tempo da revolução das formas de comunicação à distância. Muitos dirão que é o tempo de aceleração das descobertas tecnológicas em todos os setores do conhecimento humano. Sem dúvida, eles têm razão. Entretanto, sem os rápidos meios de comunicação estas descobertas ficariam restritas a pequenos grupos. A “imediatez” dos acontecimentos é diretamente proporcional a da sua divulgação para o mundo (CALABRE, 2002, p. 1).

Podemos usar essa aparente digressão para evidenciar o papel que a rádio desempenhou nos anos 60 do século XX, pois, como vimos antes (p.74), 81% dos entrevistados sintonizavam a Emissora de Educação Rural, estação de rádio pertencente à Arquidiocese de Natal, responsável pela transmissão das aulas. Por outro lado, ao realizarmos nosso doutorado sanduíche, em Lisboa (Portugal), em 2004, nos deparamos com a Rádio Renascença, pertencente à Igreja Católica, que também desenvolve práticas sócio-educativas e evangelização. Daí surgiu a idéia de numa perspectiva intercultural, traçar um paralelo sobre a atuação das duas rádios, atribuindo-lhes significações semelhantes e ao mesmo tempo diferentes na transmissão do ideário católico.

No Brasil, a primeira irradiação ocorreu em 1922, por ocasião das comemorações da Independência, realizada no alto do corcovado, no Rio de Janeiro, através da transmissão do discurso do presidente Epitácio Pessoa, significando o primeiro passo para os planos da primeira emissora no país.

Entretanto, de acordo com a cronologia de comunicação eletrônica de massa o surgimento do rádio no Brasil é marcado com a fundação da Rádio Clube de Pernambuco por Oscar Moréia Pinto, no Recife, em 06 de abril de 1919. Em 1923, vários aparelhos instalados no Rio de Janeiro receberam os primeiros sons e vozes dos discursos de inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tendo como criador Roquete Pinto, que deu o primeiro grande passo para efetivação de um projeto cultural.

É precisamente nos anos de 1940 a 1950, que o rádio e o cinema contribuíram, na primeira metade deste século com a organização dos relatos da identidade e do sentido de cidadania nas sociedades nacionais. Em um país de dimensões continentais como o Brasil a função de integração social do rádio era ainda maior. As transmissões em ondas curtas aliadas à retransmissão de programas dos grandes centros para as cidades do interior criavam referências culturais comuns a todo o país.

É importante observar que dos anos 1940 e 1950, o rádio ocupava um papel social destacado. Esta "caixa maravilhosa" levava lazer e notícias a uma população que possuía altos índices de analfabetismo em 1960. O Brasil possuía um índice de 46,84% de analfabetos, sendo que nas zonas rurais este índice subia para 61,98% da população, integrando localidades isoladas, criava uma sensação de proximidade, de identidade entre as pessoas das diversas regiões do país. Calabre (2002).

A perspectiva de compreender o período em que estamos realizando este estudo considera a abordagem do rádio (1950/1980), enquanto instrumento de comunicação vinculada a Igreja Católica, a radiofonia a partir de sua influência não só para se fazer ouvir a voz do evangelho, mas também com capacidade de transmissão das práticas educativas demonstrando eficácia capaz de provocar a difusão em uma larga escala.

O rádio espalhava-se no meio das massas por excelência como um instrumento de comunicação que ganhava os espaços mais distantes, abrindo uma nova era na história da transmissão cultural. Com o desenvolvimento da tecnologia sem fio durante a Primeira Guerra Mundial é que ele foi utilizado enquanto instrumento de comunicação com fins militares.

É com o surgimento da televisão que o sistema de difusão se difundiu de

forma revolucionária. Na realidade no universo dos meios de comunicação social, o rádio desempenha um papel destacado nas suas particularidades e características, tais como: rapidez na informação de fácil penetração em todas as camadas sociais, principalmente com a resolução do transistor; potencialidades permanentes de lazer e, sobretudo, a sua força como fornecedor de opinião pública.

4.1 A EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE NORTE NA REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA

O enfoque sobre a radiofonia desenvolvida no Rio Grande do Norte através da primeira Emissora de Educação Rural do Brasil, criada em 1958 pela Arquidiocese de Natal, se enquadra nas práticas educativas do Movimento de Natal. Constituindo-se, portanto, num dos principais instrumentos de divulgação do ideário católico. As pessoas que passaram a integrar os grupos de audiência formados pelo Movimento de Natal, através das Escolas Radiofônicas alfabetizando-se por seu intermédio, descobrindo dessa forma novos valores humanos e cristãos.

A Emissora de Educação Rural representa, então, um instrumento radiofônico para atender configurações de um contexto cujas práticas educativas representam a construção dos saberes, que passam a influenciar o fazer das pessoas.

O programa de educação político - social desenvolvido por esse movimento e adotado no Estado motivou uma participação livre, consciente e responsável das pessoas integrantes desse movimento, se constituía numa prática de questionamento às relações de poder vigentes á época, que se articulou em redes e configurações sociais. Precisamente num período em que João XXIII anunciava como um dos sinais dos tempos à tomada de consciência das massas trabalhadoras, a Emissora de Educação Rural de Natal respondia a essa realidade, estimulando e assegurando a viabilização das escolas radiofônicas rurais, do Movimento de Educação de Base, entre outros.

Nesse contexto, registrava-se na cidade de Natal a existência de aproximadamente 40 mil favelados, o que representava 10% da população do município, sofrendo o dilema das precárias condições de sobrevivência humana.

Na realidade a Emissora de Educação Rural de Natal, historicamente, representou a partir da sua fundação (1958), um instrumento de apoio às práticas educativas e inovadoras da Igreja Católica, conforme podemos observar, na medida em que a radiofonia fazia chegar a todo o Estado uma nova pedagogia de Educação Popular, através do Movimento de Educação de Base – MEB.

O ensino pelo rádio se constituía uma verdadeira revolução nos procedimentos utilizados até então pelos professores que só conheciam o método tradicional de ministrar aulas num determinado local, enfrentando os alunos face a face. O grande desafio para o professor era transmitir as aulas pelo rádio, a um público desconhecido, sem idéia do retorno, que só começava a ter, depois de algum tempo, através das cartas recebidas dos monitores que acompanhavam os alunos distribuídos nas escolas, e até mesmo nas casas dos monitores, onde não havia escolas.

Entretanto, a Emissora de Educação Rural começa a enfrentar os desafios sócio-econômicos que indicam a necessidade de redimensionar a emissora levando-a a desempenhar seu papel como um veículo vinculado à pastoral da Igreja Católica, pioneiro no Estado.

4.2 A RÁDIO RENASCENÇA EM PORTUGAL: UMA EMISSORA DE CARÁTER RELIGIOSO SÓCIO-EDUCATIVO

Retomando os estudos realizados em Lisboa, observamos que a Igreja Católica utilizou o rádio como instrumento de divulgação do seu ideário em diversos espaços e momentos históricos. É importante destacar a seguir Rádio Renascença de Portugal.

Uma emissora da Igreja Católica, vinculada a Ação Católica, com particularidades que nos motivou a realização de um estudo mais alargado, sobre a influência da Rádio Renascença partir da década de 1930 do século IXX, quando o rádio passa a ser considerado o instrumento mais poderoso e até perigoso dado a sua universalidade. Capaz, portanto, de fazer chegar as suas mensagens a todas as classes sociais, incluindo a população analfabeta.

De acordo com esta percepção, que nos convida a pensar a comunicação intercultural na sua complexidade, considerando as dificuldades e processos de interação verbais e não verbais dos indivíduos inseridos em contextos sócio-culturais diferenciados.

Nesse sentido, iniciamos nossas entrevistas realizadas com a direção da Rádio Renascença e professores da Universidade Católica de Lisboa, além de contatos informais com professores e alunos de Escola General Humberto Delgado, situada em Santo Antonio dos Cavaleiros, Cidade Nova, distrito de Loures, em Lisboa, com nível de ensino da primeira a nona série do primeiro grau. Além de profissionais e pessoas vinculadas às Instituições e pastorais dos jovens e dos idosos, precisamente pertencentes às paróquias de Cristo Rei – Miraflores e Paróquia do Senhor Jesus dos Aflitos, situada em Cruz Quebrada – Dafundo, distrito de Oeiras. Ambas situadas no distrito de Oeiras, nas proximidades de Lisboa. No total foram aplicados 86 questionários, buscando investigar os níveis de participação dessas categorias (profissionais, estudantes e professores) nas práticas educativas da Igreja Católica, e a influência da Rádio Renascença enquanto emissora vinculada a Igreja.

Nesse sentido, o nosso destaque sobre influência da Rádio Renascença enquanto emissora portuguesa, que confere a radiofonia um caráter religioso e sócio-educativo conforme podemos perceber, por se tratar de uma emissora historicamente voltada para a evangelização e educação sócio-cultural, tendo iniciado suas atividades a partir de 1937, antes mesmo da sua integração na estrutura eclesial como organismo da Ação Católica que se efetivou a 10 de abril de 1938, conforme Ribeiro (2002).

A ligação da Rádio Renascença à Ação Católica era visível a inúmeros níveis. Em primeiro lugar, foram vários os grupos deste organismo que tomaram a dianteira na angariação de fundos para estação, com destaque para o importante papel exercido neste domínio pela Ação Católica Feminina (JCF), Juventude Operária Católica (JOC), E Juventude Escolar Católica (JEC). (RIBEIRO, 2002, p. 22).

Entretanto, é importante destacar que desde 1937, a emissora católica já

apresentava cursos de línguas que obtiveram grande sucesso à época. A iniciativa teve início em agosto de 1937 e abrangeu a língua inglesa, francesa, alemã e italiana. O que significa perceber uma preocupação da radiofonia em desenvolver programas sócio-culturais, voltados para um grande número de pessoas, distribuídas em lugares distantes e culturas diferenciadas. Na realidade a língua assume um papel de fundamental importância no processo de comunicação constituindo o primeiro meio de transmissão de suas crenças, seus valores e suas normas.

Embora na sua fase inicial a Rádio Renascença tenha conquistado um espaço na radiofonia capaz de produzir programas culturais inovadores, como Tradição e Artes Populares, Crônica de Livros Estrangeiros, Crônica de Teatro e Cinema Estrangeiro. De acordo com os nossos informantes e os documentos consultados, esta preocupação da rádio tinha por objetivo, oferecer aos ouvintes o que havia de melhor em termos culturais.

Entretanto, é exatamente a partir de 1960 que o Concílio Vaticano II, atribuiu maior importância aos meios de comunicação social fundamentado na ótica de Pio XI, o decreto Inter Marifica voltou a chamar atenção de toda a Igreja para a necessidade de utilizar os meios de comunicação ao seu dispor de forma a poder cumprir a sua função apostólica: Procurem “de comum acordo todos os filhos da igreja que os meios de comunicação social se utilizem, sem demora e com o máximo empenho nas mais variadas formas de apostolado”. Nesse sentido, a Rádio Renascença, a partir dos seus princípios filosóficos, passava a ser contemplada e apoiada pela Igreja que vivia um momento de renovação.

Em 1964, em plena ditadura salazarista, a emissora recebeu autorização para dar cobertura geral do país em modulação por frequência (FM). De acordo com Ribeiro (2002, p.29) “A montagem dos emissores teve início em outubro desse mesmo ano, tendo, a 07 de fevereiro de 1965, entrado em funcionamento o primeiro emissor de Monsanto, em Lisboa”.

No entanto, é a partir de 1969, que a rádio passa a deter apenas dois acionistas: o Patriarcado de Lisboa, e a Conferência Episcopal Portuguesa. É também neste mesmo ano que ocorre o desaparecimento de Monsenhor Lopes Cruz, fundador e dirigente da emissora, que exercia forte liderança nos meios de comunicação, e conseguira evitar uma interferência da censura no interior da estação. Com a sua morte, os serviços de censura começaram a penetrar na

emissora, chegando a suspender um dos programas de grande audiência – “Verdade e Vida” - que se voltava para os problemas sociais, com enfoque especial à Educação. Na realidade, a sua visão crítica, afetava os interesses do poder público, na medida em que, no próprio meio de comunicação, a Rádio Renascença era reconhecida, como a estação de radiodifusão menos submissa ao governo de Lisboa.

Neste contexto, que se situa numa década posterior ao período da nossa pesquisa sobre as Práticas Educativas da Igreja Católica, é importante observar as formas de configurações que se expressam, embora com suas particularidades. No caso brasileiro, mais especificamente no Rio Grande do Norte (1950 – 1970), grande contingente da sociedade civil brasileira enfrentava problemas de perseguições, torturas e cassação de direitos, em decorrência do Golpe de Estado, de 1964, com o início do regime militar.

Foi um período de muita repressão em que os profissionais, estudantes, professores e líderes sindicalistas foram atingidos já que estavam aliadas ao programa de Educação Popular dirigido pela Igreja Católica. A Emissora de Educação Rural, vinculada a Arquidiocese de Natal, que transmitia os programas das Escolas Radiofônicas, transformados a partir de 1961 no Movimento de Educação de Base - MEB, que se difundiu posteriormente em todo país, também teve seus programas submetidos à censura do Governo militar.

O enfoque dado a Rádio Renascença em nosso estudo, objetiva, sobretudo, demonstrar a função inovadora da Igreja Católica a partir das suas práticas sócio-educativas numa dimensão intercultural, buscando situar os significados das suas representações sociais.

Na realidade, compreender a história da Rádio Renascença significa, sobretudo, situá-la a partir da sua ligação entre os católicos portugueses e a emissora da Igreja. A colaboração do clero e de leigos evidencia-se desde o seu projeto inicial, conferindo a estes um papel de fundamental importância nos diversos períodos de dificuldades enfrentadas pela emissora, constituindo-se um suporte de apoio e sustentação.

Entretanto, foi precisamente após o 25 de abril de 1974 que a emissora viveu uma dos momentos mais turbulentos da sua história, atuando como um verdadeiro espelho do que se passava na sociedade portuguesa.

De acordo com Ribeiro (2002), o deflagrar do movimento de 25 de Abril de 1974, ocorreu da seguinte forma:

O código para o golpe foi dado através da rádio católica, Rádio Renascença, durante uma emissão, à meia noite, de um programa chamado Limite apresentado por José (Leite de) Vasconcelos. A indicação de que o seu programa iria transmitir o código tinha sido impressa no jornal vespertino lisboeta República, dirigido pelo socialista Raul Rego. Uma nota anónima fora colocada na secção crítica: Limite. O programa Limite que se transmite em Rádio Renascença diariamente entre a meia noite e às duas horas melhorou notoriamente nas últimas semanas. A qualidade dos apontamentos transmitidos e o rigor da seleção musical fazem do Limite um tempo de audição obrigatório. Vinte e cinco minutos depois da meia noite de 25 de Abril, José (Leite de) Vasconcelos leu em voz alta a letra da música que tinha no gira-discos. A canção era Grândola, Vila Morena, uma canção popular de José (Zeca) Afonso [...]. (RIBEIRO, 2002, p. 7).

Na verdade, apesar do desencadeamento da revolução de 25 de abril de 1974, o funcionamento da rádio foi mantido com certa normalidade, embora, a partir do dia 30 de abril, com o início da primeira greve dos funcionários dos serviços de informação a Rádio Renascença tenha sido o primeiro órgão a aderir ao movimento grevista após a revolução. Havia um clima de muitas divergências, sobre a participação da rádio durante o desencadear da revolução.

No processo de paralisação, os trabalhadores chegaram a ocupar o espaço da redação, permanecendo no período entre 30 de abril a 1º de maio de 1974. Com o término da greve que embora apontasse para o início de uma abertura para solução da gestão, a rádio ficou dividida em duas empresas distintas: Estação Emissora Rádio Renascença – Emissora Católica Portuguesa (EERR), responsável pelo andamento da emissão, e a Sociedade - Rádio Renascença Limitada (RR, Ltda.).

Criadas essas empresas com funções definidas como podemos perceber pela própria denominação de cada uma, também não se constituíram a forma mais viável para resolução dos problemas da rádio em face da dimensão que passa a ser dada pela imprensa portuguesa sobre o conflito na Emissora Católica. A sua repercussão chega a ser um motivo de preocupação até por pelos organismos internacionais. O caso da Rádio Renascença, de acordo com Ribeiro (2002).

Foi talvez a maior gota de água que fez transbordar o copo, provocando uma onda de protestos, no Norte e no centro do país, coincidindo também com uma série de assaltos contra sedes do PCP³⁵ do MDP/CDE³⁶ e dos partidos de extrema esquerda. O caso da RR estava assim a custar um preço bastante elevado ao Partido Comunista e aos que se situavam a esquerda deste, e acabou por ter efeitos diretos no avançar da revolução, tendo contribuído decisivamente para a existência do 25 de Novembro. (RIBEIRO, 2002, p. 101).

É importante observar que as experiências mobilizadoras do pós – 25 de Abril se constituíram uma ação coletiva de caráter popular de fundamental importância para compreensão da sociedade portuguesa contemporânea. Na realidade o amplo movimento que ocorreu em Portugal, conforme afirma Estanque (2001, p. 67).

Pode dizer-se que o que se passou em Portugal entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 foi em si mesmo, um amplo movimento social que atingiu o país de norte a sul, mas, mesmo antes, uma larga variedade de movimentos se liga directa ou indirectamente à “revolução dos cravos”, tais como os movimentos estudantis dos anos setenta, os movimentos migratórios para Europa no mesmo período, alguns movimentos laborais e sindicais na viragem da década de sessenta para a de setenta. Reflexo da situação política e socioeconômica em que se encontrava a sociedade portuguesa, tais experiências – juntamente com a questão fulcral da guerra colonial, bem como a situação decrépita e sem saída em que se encontrava o regime de Salazar e Caetano – ajudaram a criar o clima social favorável à emergência do movimento dos capitães de Abril. (ESTANQUE, 2001, p.67).

As programações da Rádio Renascença não se direccionavam para o interior da Igreja, ou seja, não se esgotavam nos atos religiosos, mas de um instrumento de comunicação aberta aos problemas sociais. Nesse sentido, fica evidenciado em nível dos dois contextos - Brasil / Portugal – cujas práticas sócio-educativas e culturais da Igreja Católica contribuíram num determinado período (1950 – 1980), no Brasil e algumas particularidades dessas práticas no período (1974) em Portugal, o desenvolvimento de um processo inovador das suas estruturas, enfrentando os desafios pertinentes a cada realidade social, o que significa compreender as suas múltiplas expressões sem perder de vista a sua dimensão além das fronteiras.

³⁵ Partido Comunista Popular (PCP)

³⁶ Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início das nossas investigações sobre as práticas educativas da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, mais precisamente no município de São Paulo do Potengi no Rio Grande do Norte, tendo como eixo norteador o Movimento de Natal, o desafio maior enfrentado nesta proposta investigativa feita através de traços de memória coletiva, foi o encaminhamento teórico-metodológico que nos levou a debruçarmo-nos nesse sonho que exigia a todo o momento uma pedagogia voltada para as preocupações centrais da nossa tese: As práticas educativas articuladas por Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, através do Serviço de Assistência Rural – SAR, vinculado a Arquidiocese de Natal. Na realidade, estávamos buscando reconstituir um determinado momento histórico, motivado pelo desejo de uma maior compreensão e interpretação das lembranças e memórias dos nossos entrevistados, portanto nossos protagonistas que desenvolveram suas trajetórias vinculadas a essas práticas.

Na medida em que enfrentávamos o desafio de estarmos vivenciando um estudo qualitativo, construído através de traços de memória coletiva, nos debruçamos neste sonho que nos exigia a todo o momento uma pedagogia investigativa, ética e comprometida com as preocupações centrais da nossa tese, que se voltou para o conhecimento e interpretação das atividades usuais de uma escola radiofônica, de treinamento de lideranças, mobilização e organização comunitária, práticas educativas que convergiam para a sedimentação de um poder local popular, através da abertura para formação de uma democracia de base, com possibilidade de incorporação de um projeto político de transformação social.

Ao retomarmos as considerações já enunciadas anteriormente, estamos convencidos dos limites do nosso estudo, em face das situações que muitas vezes se constituíram entraves. Entretanto, diante da missão educadora que a Igreja Católica exerceu, conferindo a São Paulo do Potengi-RN, um destaque nacional e mesmo internacional, pela influência das suas experiências Sócio-Educativas, constituíram-se de fundamental importância para instigar-nos neste processo investigativo.

Nesta perspectiva, apresentamos algumas considerações face o alcance

deste estudo destacando alguns aspectos das práticas educativas da Igreja Católica desenvolvidas no Rio Grande do Norte, numa conjuntura do Pós-Guerra, destacando-se pelo seu pioneirismo na implantação dessas experiências o município de São Paulo do Potengi, que contou com o seu pároco Monsenhor Expedito de Medeiros Sobral, que na qualidade de articulador do Movimento Natal, permitiu o seu reconhecimento, em nível da Região Nordeste brasileira, tornando-o conhecido nacionalmente e até fora do país.

Primeiramente buscamos demonstrar que as práticas educativas da Igreja Católica se expressavam a partir dos programas de educação de adultos, o trabalho de assistência à saúde do trabalhador, organização sindical, escolas radiofônicas rurais, do MEB, da Juventude Agrária Católica (JAC), da organização e mobilização das comunidades rurais, constituindo-se um suporte ao desenvolvimento das atividades sócio-culturais.

A atuação dos cristãos na sociedade brasileira, em particular no Rio Grande do Norte, através da força do Movimento de Natal, logo se expandiu no meio rural. Em São do Potengi, o engajamento da paróquia, fortalecido por essas práticas, começava a abrir espaços mais visíveis de inclusão social, a partir da realização de atividades concretas que estavam enfraquecendo substantivamente um poder local débil.

Um segundo aspecto que podemos ressaltar no município de São Paulo do Potengi, se deu através do MEB, e dos sindicatos rurais, que direcionavam suas ações objetivando a alcançar o povo sofrido e explorado. Buscavam, a transformação da realidade social, a partir de uma luta por direitos fundamentais nas áreas de educação, saúde, trabalho, crédito, cultura, lazer, liberação dos armazéns dos fornecedores de alimentos centralizados pelos proprietários. Enfim, melhoria das condições de vida no campo.

O que podemos perceber neste cenário, a partir dos rumos delineados pelos objetivos do governo ditatorial, que não escondia seu interesse de reprimir as lutas iniciadas pela Igreja Católica com o apoio dos partidos de esquerda, passa a exercer um forte controle a partir da implantação do Programa FUNRURAL, voltado para assistência ao trabalhador rural através dos benefícios da Previdência Social. Na verdade a questão da Previdência Social já vinha sendo uma reivindicação dos trabalhadores rurais, que o governo se apropria estrategicamente para garantir

alguns benefícios, conforme Silva (2006) tais como: aposentadoria, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde e serviço social.

Nesse sentido, em longo prazo, tratava-se de uma luta contínua por reformas estruturais, como podemos observar desde o momento da formação e desenvolvimento das lideranças junto aos trabalhadores rurais; instrumentalizava as comunidades para o exercício de tarefas concretas em grupos, associações e instituições. Tanto em âmbito local quanto adjacente foi capacitado um número significativo de monitores, que conquistaram mais autonomia e dinamização das suas comunidades; foram educados milhares de alunos, partindo de um processo de conscientização, despertando-os para pensar criticamente os problemas da realidade social do campo, através da criação e do fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, do Movimento Educação de Base (MEB), do sistema de cooperativismo e da produção artesanal.

Dessa forma, fica evidenciado que a história da educação no município de São Paulo do Potengi sempre se constituiu numa luta cuja aliada maior foi a Igreja Católica que marcou presença e atuação numa conquista da população ao processo educacional. Tinha, portanto, também um objetivo maior que se voltava para uma educação de base, que criava condições para libertar os trabalhadores, particularmente os trabalhadores rurais, das perversas condições de exploração no mundo do trabalho.

O terceiro aspecto a considerar sobre as práticas sócio-educativas e culturais da igreja católica, é que esta sempre esteve vinculada a acordos com o Estado, e buscava, a partir das políticas governamentais, a implantação de programas voltados inicialmente para as questões urbanas, junto à periferia da Capital (Natal), onde as primeiras instituições foram surgindo, como Orfanatos, Centro de recuperação de menores, e outras.

A igreja contou ainda, no município de São Paulo do Potengi, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência – LBA, e do trabalho de Extensão Rural, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, hoje Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado, cuja ação extensionista, desde o seu início, baseia-se no slogan: “ajudar o homem do campo a ajudar a si mesmo”.

Em São Paulo do Potengi o escritório local da ANCAR foi implantado em

13/12/55 com o objetivo de subsidiar as atividades agrícolas, sem interferência política e de nenhum credo religioso, embora se observasse o elevado apoio às práticas educativas da Igreja Católica, pela dimensão exercida nas comunidades rurais. Dessa forma, de acordo com as afirmações dos nossos entrevistados, havia um trabalho bastante integrado com a paróquia até mesmo na utilização do transporte para deslocamento dos profissionais que prestavam serviços de saúde e organização comunitária.

A ANCAR significava uma forte aliada ao trabalho educativo desenvolvido junto aos trabalhadores rurais, podendo-se destacar entre as suas preocupações a realização de estudos da Realidade Social; envolvimento das lideranças locais, precisamente aquelas pessoas que demonstravam interesse em desenvolver atividades no campo e também exerciam influência junto aos pequenos produtores rurais; a utilização dos meios de comunicação para legitimação do seu trabalho e socialização dos seus objetivos; a perspectiva metodológica do Desenvolvimento de Comunidade começando pela formação de grupos, visitas domiciliares, realização de palestras e organização dos pequenos produtores para conseguirem o Crédito Rural Supervisionado, voltado para o desenvolvimento da Empresa Agrícola e da família rural.

Todos esses incentivos não surgiam por acaso, faziam parte de um programa desenvolvimentista do Governo Federal, com o objetivo de atender as demandas do campo e reduzir as tensões dos trabalhadores rurais em todo país, principalmente no Nordeste, que viviam momentos de crise no campo e buscava respostas às suas reivindicações. Some-se a essa situação o receio de infiltração do comunismo, que ganhava espaços de influência naquele período.

Desse modo, desenvolver estudos sobre o Movimento de Natal, implicava no conhecimento in loco das práticas educativas inovadoras em São Paulo do Potengi, ou seja, a importância do contato com a comunidade, e a interlocução com o acervo documental do Memorial Monsenhor Expedito, existente no município, observando as experiências vivenciadas pelo vigário local.

O nosso olhar não se prendeu somente às experiências de Monsenhor Expedito enquanto Pároco de São Paulo do Potengi, mas, sobretudo numa visão mais alargada, de enxergar o seu cotidiano na singularidade da vivência pessoal, a partir das suas experiências, da sua maneira simples de lidar com o povo, marcando-

o histórica e culturalmente, numa relação de apropriação da realidade sócio-histórica, constituída de forma compartilhada no reconhecimento dos valores culturais e respeito às diferenças.

Monsenhor Expedito foi um autêntico líder, que conseguia com muita firmeza desvendar as causas conflitantes que abalavam as lutas dos trabalhadores e proprietários. Sua postura definida e muito clara não se confundia, apesar da sua formação elitista, como muitas vezes chegou a afirmar, foi na construção coletiva das suas práticas sócio-educativas que o tornou um aliado dos pobres.

Um quarto aspecto a destacar nesse estudo, volta-se mais para as práticas sócio-educativas da Igreja Católica, numa perspectiva intercultural, em nível dos contextos Brasil (1950-1980) e Portugal (1974-2004) buscando situar algumas particularidades da radiofonia enquanto instrumento sócio-educativo vinculado a Igreja Católica. Fica evidenciada a postura evangelizadora que extrapola os mares revelando-se através da memória coletiva uma sociabilidade construída e sedimentada através das práticas educativas que o rádio faz chegar a milhões de pessoas nos lugares mais distantes.

Diante do estudo realizado, cabe-nos o reconhecimento de que, embora convictos da missão cumprida, no que diz respeito ao estágio percorrido, que nos permitiu desvelar uma história da qual muito ainda se tem a contar. Enquanto existirem as pedras da Cidade, a estrutura de espaço e tempo, essas práticas educativas da igreja, essas imagens estarão contidas nas lembranças e na memória coletiva. As práticas educativas da Igreja Católica vão sempre ocorrer em contextos e configurações próprias. Em São Paulo do Potengi a figura de Monsenhor Expedito e suas práticas educativo-religiosas marcaram um tempo que a história não apaga e ainda resta muito a se conhecer.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e filosofia: das origens à Araxá**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 1985.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez: 1991. 7ª ed.

ANDRADE. Ilza de Araújo Leão. **Estado poder local e organizações populares: a trajetória das políticas na organização do consenso**. Mestrado em Ciências Sociais. Natal: UFRN, 1989.

_____, **Igreja e Política no Rio Grande do Norte. Movimentos de uma trajetória**. Co-edição. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

ARAÚJO. Maria Elza de Araújo. Entrevistador: Márcia Maria de Sá Rocha em 20/01/2003. Natal-RN. 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. RJ, Revan: Fase, 2000.

AZEVEDO, Aluísio. **História de São Paulo do Potengi**. CERN. Natal, 1983.

_____, Monsenhor Expedito – **O profeta das águas**. CERN. Natal, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LTDA. Lisboa / Portugal 2003.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Tradição da investigação qualitativa em Educação, um enfoque metodológico**. 2. ed. São Paulo: UNIMEP, 1997.

BOGUS, L et al. (Orgs.). **Desigualdades e a Questão Social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

BUARQUE, Cristovam. **A cortina de ouro: os surtos do final do século e um sonho para o próximo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio / 2002** J. Zahar Maranhão Filho, Luiz, Memória do rádio / 2000 Ed. Universitária da UFPE.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo. São Paulo: CEBRAP. Ed. Brasileira de Ciências, 1971, 218 p.

CARDOSO, Francis Gomes. **Organização das Classes Subalternas: um desafio para o serviço social**. São Paulo: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

_____, **Os movimentos sociais populares no processo de transformação social**. In: Serviço Social e Sociedade n. 33. São Paulo: Cortez, 1990.

CARMO, Hermano. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa, Universidade Aberta de Lisboa, 1999.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: (orgs.) Mariangela Belfiore Wanderly... (et al.) **Desigualdade e a questão social**: EDUC, 2000.

CASTELLES, Manuel. **A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História da Cultura: entre práticas e representações**. DIFEL. Lisboa. 1990.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. 2. ed. SP: Editora Perspectiva S.A. 1978.

COULON, Alan. **Etnometodologia**. Tradução Edpharaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania**. In: Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, Edmundo Fernando. **Democracia Operária**. Campinas: UNICAMP, 1987.

DUTRA, Hugo Tavares. **Rio Grande do Norte – A História de uma Campanha**. Curso de Especialização em História. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó/RN, 2003.

ENGELKE, Inocêncio. **Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural**, In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Pastoral da Terra. São Paulo:

Edições Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB 11).

ESTANQUE, Elísio. **Movimentos Sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa.** Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXII, nº. 65. Editora Cortez. 2001.

FERRARI, Alceu. **Igreja e Desenvolvimento: O movimento de Natal.** Fundação José Augusto, 1968, 354p.

FRAGA, Maria da Conceição. **Memória Articulada e Memória Publicisada – Experiências com Parlamentares brasileiros.** Tese de Doutorado. UFC: Fortaleza: UFC. 2001, 311 p.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____, La Alternativa Pedagógica. Barcelona: Fontamara, 1981, 250 p.

GOUVEIA, Eliezer Camilo... (it al.), **Memória da Escola de Serviço Social de Natal – 1945/1955.** Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1993. 172 p.

GROSSMANN, WILMA. **A Seca no Nordeste: “cheiro” da fome.** In: **A Problemática da Seca no RN.** Artigos publicados no jornal O Poti. Natal: Cooperativa Cultural, UFRN, 1991. (Sala de aula, 21).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução: Laurence Leon Schaffter. Edições Vértice. Editora Revista Gráfica dos tribunais LTDA. São Paulo: 1990.

HELLER, Agnes. **Estrutura da vida cotidiana.** IN: O cotidiano e a história. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, **O Cotidiano e a História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro - RJ, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

_____, **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____, **Trabalho e Indivíduo: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Cortez, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução, Bernardo Leitão. Ed. UNICAMP, 1996.

_____, **São Francisco de Assis**. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2001.

_____, **São Luis. Biografia**. Ed. Record. Rio de Janeiro. São Paulo. 2002.

MARINS, Pe. José. **São Paulo do Potengi**. Coleção Renovação Pastoral.

MARTINELLI, Maria Lucia. **O Serviço Social na Transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. In: Serviço Social e Sociedade n. 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MEDEIROS, Mons. Expedito Sobral de. **Pelos Caminhos do Potengi**. São Paulo do Potengi. RN. 1990.

NASCIMENTO, José Miguel. Entrevistado em 23/05/2003. São Paulo do Potengi – RN. 2003. Um cassete sonoro.

ROCHA, Sebastião Ferreira. Entrevistado em 23/0/2003. São Paulo do Potengi-RN. 2003.

NICOLAU, M. C. **O Aprender do Fazer (representações sociais do fazer profissional de Assistentes Sociais)**. Tese de doutorado. Natal: UFRN, 1999.

NOVAES, Regina. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e Renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945 – 1964)**. São PAULO, 1992. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PAIVA, Marlúcia de Menezes. A igreja nos anos 50 – O Movimento de Natal. In: Andrade, Ilza Leão de. (Org.) **Igreja e Política no RN. Os Movimentos de uma trajetória**. Co-Edição Sebo Vermelho: Natal – RN. 2000, 317p.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil. Educação Popular Educação de Adultos**. Ed. Loyola. São Paulo, 2003.

PEREIRA, Willian César Castilho. **Nas trilhas do trabalho Comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. 336p. Petrópolis. RJ. Vozes, 1965.

PINTO, Maria Lúcia L. **Escolas radiofônicas: ação política e educativa da Igreja Católica no RN (1961-1974)**, Natal, 1989. Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RAMOS, Natália P. **Comunicação, Cultura e Interculturalidade: Para uma Comunicação Intercultural**. In: Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano 35, n. 2, 2001 - 178.

_____, **Etnoteorias do Desenvolvimento e Educação da Criança. Uma Perspectiva Intercultural e Preventiva**. In: Psicologia, Sociedade e Bem Estar. Coord. C. Pires et al. Leiria, Ed. Diferença. 2003.

_____, **Famílias e crianças em contextos de pobreza e exclusão – do desenvolvimento à saúde e à educação**. In: Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade Aberta de Lisboa. Ano 38, 2005.

Relações Igreja - Estado em Portugal. Universidade Católica. Editora Lisboa, 2002

Revista Colóquio/ Educação e Sociedade. **Interculturalidade e Coesão Social na Intervenção Educativa**. Ed.Fundação Calouste Gulbenkian 1997.

ESTANQUE, Elísio. **Movimentos Sociais, classe e comunidade: reflexões sobre a sociedade portuguesa**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXII, nº. 65. Editora Cortez. 2001.

RIBEIRO, Nelson. **A Rádio Renascença e o 25 de abril**. Universidade Católica. Editora Lisboa. 2002.

SADER, EDER. **Idéias e questões**. In: Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Edições Afrontamento / Porto, 63. Ed. 2002.

_____, **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. SILVA, Augusto Santos, Pinto José Madureira (Org.). Metodologia das Ciências Sociais. Edições Afrontamento, Porto. 2003.

SCHERDR-WARREN, LISE. **Redes de movimentos sociais: uma expectativa para os anos 90**. IN: Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, Alba Belchior da. Entrevistador: Márcia Maria de Sá Rocha (et al). São Paulo do Potengi – RN. 2003. 1 cassete sonoro.

SILVA, Denise Maria Melo da. **Desafios e Limites de um Órgão de Representação: Uma Análise sobre as Práticas Sindicais no Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Paulo do Potengi/RN.** Dissertação de Curso de Mestrado da Pós-Graduação em Serviço Social. UFRN, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. (coord.) **A Construção da Gestão Participativa do Desenvolvimento Sustentável: o caso do PRONAF em São Paulo do Potengi/RN. Relatório Final de Pesquisa.** Base de Pesquisa: Poder Local, Cultura e Questão Social: Dptº. De Serviço Social. UFRN. 2001.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUTO, Maria Nini de Araújo. Entrevistadora: Márcia Maria de Sá Rocha (et al). São Paulo do Potengi – RN. 2003. Um cassete sonoro.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social.** In: Capacitação em Serviço Social. Rio de Janeiro LTC, 1980.

THOMPSON B. **A Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Tradução do grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PURCS. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

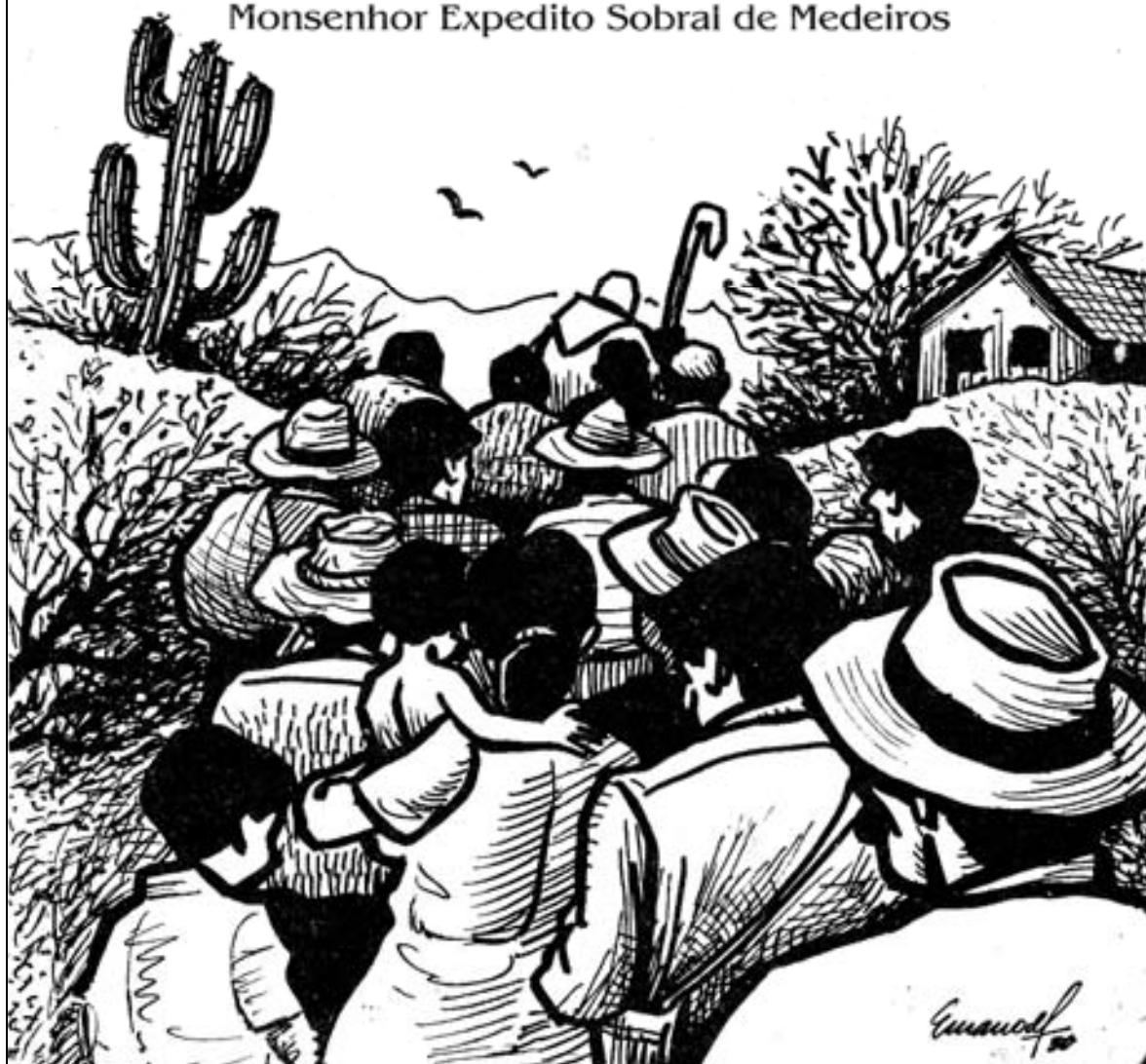
WANDERLEY, Luis Eduardo W. Educar para Transformar. **Educação popular, Igreja Católica e política no movimento de Educação de Base.** Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1984.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. **Metamorfose do Desenvolvimento de Comunidade.** São Paulo: Cortez, 1993.

ANEXO I

PELOS CAMINHOS DO POTENGI

Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros



MONSENHOR EXPEDITO SOBRAL DE MEDEIROS

PELOS CAMINHOS DO POTENGI

São Paulo do Potengi/RN
-1990-

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO: OBRIGADO PADRE EXPEDITO	03
INTRODUÇÃO : MEUS AMADOS IRMÃOS.....	04
I CAPÍTULO: CAIXEIRO VIAJANTE DO CLERO	06
1.1. Taipu e Touros.....	07
1.2. Jardim do Seridó.....	08
1.3. São Rafael.....	09
II CAPÍTULO: SÃO PAULO DO POTENGI	13
2.1. Histórico.....	14
2.2. Criação da Paróquia.....	16
2.3. Criação do Município.....	18
2.4. Construção da Igreja.....	19
III CAPÍTULO: "TIRE NÓS DESSA ESCRAVIDÃO".....	21
3.1. Pastoral Social.....	22
3.2. Acontecimentos marcantes....	25
3.3. Seca de 58.....	27
3.4. Organizações Populares.....	29
3.5. Comunidades Eclesiais de Base....	33
IV CAPÍTULO: PASTORAL LIBERTADORA	38
4.1. Sofrer pelo Povo.....	39
4.2. Além das Fronteiras.....	43
V CAPÍTULO: VALE A PENA SER PADRE.....	47
5.1. Cuidados de mãe.....	48
5.2. Doente de querer bem.....	51
ANEXOS.....	52
- "Meu querido padrezinho".....	53
- Despesas de Espedito S. de Medeiros..	54
ÚLTIMA NOTA.....	62

APRESENTAÇÃO
"OBRIGADO PADRE EXPEDITO!"

Obrigado por você ter tido a humildade de atender ao apelo de numerosos amigos, no sentido de você mesmo escrever sua vida e de permitir que ela fosse publicada.

Seria falsa humildade, Você, com pretexto de humildade, nos ter privado do relato delicioso de seus primeiros anos de Padre.

Que coisa gostosa!

- medir a simplicidade e a obediência do jovem padre, diante das nomeações que chegavam...
- ver registradas realidades humildes como a alusão ao "caminhão-misto de Neto" e à "pensão de Antônio Belé";
- acompanhar a crescente participação da Igreja na ajuda aos Pobres: a realização de Semanas Rurais; as Escolas Radiofônicas; a Pastoral do Tijolo; o combate à indústria da seca...
- ler e reler a síntese admirável:
"Nestes 50 anos de ministério nunca trabalhei sozinho. São centenas de Agentes de Pastoral que fizeram 9.936 reuniões de Evangelizadores e de preparações aos sacramentos; 20.540 Missas participativas e 10.031 pregações. Resultado: 65.381 batizados; 8.845 casamentos; 1.765.000 comunhões; 12.505 enfermos visitados; 10.119 crismas..."

+Helder Câmara
Recife, 22 de janeiro de 1990.

IV CAPÍTULO PASTORAL LIBERTADORA

4.1 Sufrer Pelo Povo

Comecei a sentir na pele o que significa sofrer pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo. Era um sofrimento diferente que, sem ser masoquismo, dava alegria, porque era pelos outros, tal como os Apóstolos sentiram (At 5,41). Começava a pastoral libertadora!

Naquela década de 60, os 3 bispos do Rio Grande do Norte publicaram uma circular, creio que pioneira, sobre as eleições, chamando a atenção dos cristãos sobre o valor da política para o bem comum, e denunciavam os vícios e crimes praticados pelos grupos econômicos. Foi adotado o lema: "Voto não se vende, consciência não se compra". Isso chegou até às comunidades eclesiais de base. A Emissora Rural dava cobertura e os violeiros cantavam esse tema. Aqui, nós fizemos os 10 mandamentos do eleitor.

Em termos de participação dos eleitores na escolha dos candidatos, foi zero. Eu já previa isso. Um povo faminto, com taxa de mortalidade infantil acima de 20%, cociente de inteligência atrofiado, com 70% de analfabetos, só podia dar nisso. Não me vão dizer que é exagero, pois a UNESCO define como analfabeta a

pessoa que é incapaz de refletir sobre sua situação de miséria e reagir. No nosso caso, essa situação é agravada pelo compadrio, pelo paternalismo e exploração cordial, com a mentalidade fatalista de "isso é assim porque Deus quer", e "mais sofreu Nosso Senhor por nós". Seria necessário esperar 20 anos para que o Santo Padre João Paulo II dissesse nos Alagados de Salvador: "Não digam que é Deus que quer isso!".

Entramos na década de 70, temerosos do AI-5 e a repressão generalizada a tudo que cheirasse à mudança. Em nossa Paróquia, dois militantes da ACR foram atingidos: o tesoureiro do sindicato de trabalhadores rurais daqui, sob falsa denúncia de incentivar saque na feira, durante a seca, e o de Riachuelo, desaparecido em sequestro, durante 20 dias. A comunidade assumiu suas famílias, até que tudo se resolveu felizmente.

Um dia, o prefeito me procurou e disse que tinha recebido um pedido de informação sigiloso sobre o vigário e ele não sabia fazer. Eu disse: "me dê, que eu respondo". Onde perguntava se era tradicionalista, pastoralista ou renovador, eu marquei tradicionalista; tendência política: se conservador, avançado ou esquerdista, eu marquei conservador; que tipo de reuniões faz e com quem? eu respondi: na igreja com as beatas... Tudo deu certo, graças a Deus. Eu não tenho vocação para ser mártir e sei, desde menino, que "não se dá murro em ponta de faca", "nem se bota a mão na boca da onça".

Por essa época, nossos bispos começaram a exigir cursos de preparação para os sacramentos. Aproveitei a oportunidade para exi-

gir o registro civil de nascimento e o casamento civil, não só para acabar com a duplicidade de nomes na Igreja e no cartório, como principalmente para libertar os pobres do pedetório desses documentos, nas campanhas políticas, a troco de voto. Houve reação no começo. Mas, hoje todo mundo está dando graças a Deus, pelo benefício recebido.

Os trabalhos de evangelização não pararam. Os documentos do concílio eram traduzidos em linguagem popular. Já havia anos que eu me convencera de que muita coisa que a gente ensinava não era compreendida por uma parte do povo, que tinha outra cultura. Um dia, Zé Preto me disse: "A gente compreende tudo o que o senhor ensina, porque o senhor fala na língua da gente. O senhor não ensina nada errado". Eu descia até às ráias do vulgar, contanto que ficasse claro. Quase fico com mania de "povo".

Foi justamente, naquela época que a CNBB produziu seus mais contundentes documentos, visando a defesa do homem todos e de todos os homens. Aqui, traduzíamos em linguagem popular e refletíamos sobre nossa difícil missão, especialmente depois da visita de João Paulo II ao Brasil e seus maravilhosos sermões. Fazíamos slides, - o cineminha do padre - , para passar nas comunidades.

Esse povo devia ser educado para ser o sujeito e agente de seu desenvolvimento. Tendo isso em vista, aproveitamos as circulares dos bispos, sobre as eleições, iniciamos aqui em 72 a campanha de educação da consciência política, com uma cartilha, logo assumida pelo SAR, com o título "É tempo de Política". O lançamento da cartilha foi feito aqui, na Festa do Agricultor, que celebramos, anualmente. Convi-

damos juízes do Tribunal Regional Eleitoral para explicar a Lei Eleitoral a toda a população. Foi um dia memorável! Os agentes de pastoral voltaram para suas comunidades, confiantes, pois se tratava de coisa séria e da parte dos homens da lei.

Foi assim que a Festa do Agricultor se tornou, todos os anos, um momento forte de educação do povo. O exemplo desse trabalho passou de repente para outras dioceses e, em poucos anos, estava em todo o Brasil.

Na seca de 70, agravou-se o crônico problema da falta d'água potável aqui. Aumentava o número de cisternas domiciliares de quem podia construir. Mas, os pobres continuavam a depender das cacimbas do rio, salobras e poluídas. Por intermédio de Irmã Natália, a Embaixada dos Cavaleiros da Malta, em Brasília, doou Cr\$ 3.000,00 para a construção de uma cisterna de 330.000 litros, captando as águas da igreja-matriz. Tempos depois, as Irmãs da Divina Providência, de Curitiba, promoveram a "Campanha do copo d'água", compraram um caminhão-pipa e doaram à nossa Paróquia. Para trazer água de Parnamirim, a Prefeitura pagava o motorista, e a comunidade, a manutenção e reparos, durante oito anos, com muito sacrifício, até que o poder público assumiu definitivamente.

Desde aquela época, se vem incentivando a construção de cisternas nas comunidades, conseguindo ajuda para compra de material de trabalho em mutirão. Um dos grandes benfeitores tem sido o padre Adriano Van Der Ven, missionário do verbo divino da diocese de Dourados (MS), responsável pela construção de 9 cisternas comunitárias, 3 centros sociais e a "Casa do Menor".

4.2. Além das Fronteiras

Desde 68, depois da Conferência de Medellín, vários bispos me chamavam para contar essas experiências aos padres. Viajei muito. De Parnaíba, no Piauí, à Vitória do Espírito Santo, estive em 23 dioceses, no grosso da repressão, quando os homens do poder já andavam trombudos com a CNBB. Eu saía daqui, sem dizer para aonde ia. Apenas, pedia ao povo, nas missas, que rezasse por uma viagem importante que eu ia fazer. Lá chegando, a primeira coisa que eu fazia era cair aos pés do Santíssimo Sacramento e pedir que fizesse de mim seu instrumento. Tudo dava certo. Não obstante encontrar conservadores e renovadores, dizia - lhes que os possíveis atritos se deviam à fidelidade de cada um ao modelo de Igreja que defendia. Isso vinha desde o começo da Igreja, mas a caridade fraterna estava acima de tudo, no dizer de Santo Agostinho. Tudo isso ficou mais claro, com a posterior criação das comissões regionais do Clero. Fiquei querendo um bem imenso aos padres no afeto presbiterial. A prova está aqui: 50 concelebram comigo.

Foi ainda na década de 70, que eu e mais 3 colegas fomos, num fusquinha, à Transamazônica, até Santarém e, na segunda vez, até Macapá. Visitamos 58 famílias de ex-paroquianos, que nos recebiam com a maior alegria. Para uns, era como se vivessem num degredo, como se nunca mais pudessem ver um conhecido do Nordeste. Para outros, aquilo tinha futuro, mesmo naquelas condições tão difíceis de adaptação. Levávamos o conforto da palavra amiga e a

confiança em Deus, com muitas cartas e gravações dos parentes e amigos. Voltamos com uma interrogação: como poderia dar certo um projeto tão bem bolado no papel, se a ganância dos ambiciosos já rondava os pobres Nordestinos? Enquanto almoçávamos num restaurante, em meio do caminho, ouvimos um tiro. Alguém chegou correndo, pedindo nosso carro emprestado, para apanhar a família do padeiro que acabara de ser assassinado. E as autoridades? perguntamos. - Aqui, ainda está como no tempo de Lampião no Nordeste. Seu João Pezinho já matou 48 índios! Disse ele.

Ficamos nós padres a refletir: a Igreja tem alguma coisa a dizer, mesmo que nos chamem comunistas, não tem importância. Já conhecíamos o sínodo dos bispos, em Roma, sobre a "Justiça no Mundo", dizendo que a justiça faz parte da pregação evangélica. Ou estávamos com medo, ou tínhamos compromisso com a desordem estabelecida. Jesus teria dito naquela situação: "Tenho pena desse povo" (Mt 15,32). Era preciso nos revestirmos das entranhas da misericórdia de Nosso Senhor Jesus Cristo. Não era isso a caridade pastoral, de que falou Paulo VI? Não podíamos aconselhar a violência que, além de anti-evangélica, nunca resolveu nada; os oprimidos de hoje poderão ser opressores amanhã. Mas, a denúncia evangélica e a educação para a civilização do amor, da reconciliação dos homens entre si e com Deus, davam para fazer os degraus do menos bom para o bom, do bom para o ótimo, do ótimo para o santo.

Nunca me desanimei por não ver o resultado do que foi plantado. Eu sei que o crescimento do reino de Deus é misterioso: está entre a graça de Deus e a liberdade humana e não

é a mesma coisa que crescimento social ou econômico (GS 39). Ao padre compete somente fazer o que São Paulo fez: "Eu plantei, Apolo regou, mas quem faz crescer é Deus" (1 Co. 3,6). Nem mesmo o secularismo e a modernidade me fazem medo: "Tenham confiança, eu venci o mundo", disse Jesus (Jo 16,33). Agarrei-me ao ensinamento do Concílio, aos documentos do Papa e da CNBB, e caminho nesta fé: Jesus Cristo é o Senhor da História e o mundo caminha para Deus.

Quase nunca faltei às reuniões do clero, em Ponta Negra e nos zonais. Isso nos dava coragem para continuar, pois estávamos sempre ligados ao Papa, à CNBB e a nosso Bispo. Leio sempre, afim de não ficar para trás.

O povo precisa receber a certeza da fé e não os agouros dos profetas de desgraça.

Alguém, um dia me perguntou: que povo tão falado é esse? Eu respondi que é o povo das feiras, o povo das procissões e romarias, o povo que enche nossas igrejas, o povo de Deus, o povo que é discriminado por ser pobre, negro ou índio, mas que é possuidor de um potencial espiritual invejável e percebe as coisas de Deus. "Sim Pai, vós revelastes essas coisas aos simples e aos humildes", disse Jesus (Mt. 11,25). Sem excluir ninguém, é o povo que eu quero bem, o povo de "mulher séria e de homem trabalhador", que se levanta "no piar dos passarinhos" e vai até o sol se por, para não faltar o pão de cada dia, sem tirar o pensamento no Pai verdadeiro. O povo cuja cultura aprecia e incentiva: violeiro, embolador de coco, boi de reis, João Redondo, onde o mais fraco sempre sai vitorioso, revelando o desejo incontido de mudar sua situação de miséria. Povo

cuja história só nestes últimos anos está sendo contada, como diz o poeta popular Rafael Arcanjo:

"A história verdadeira
se tira da boca do pobre.
A contada nas escolas,
está mudada"

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA EM 2003 COM PROFISSIONAIS E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE SÃO PAULO DO POTENGI SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE MONSENHOR EXPEDITO NO MUNICÍPIO

1. Em que momento, da ação social da igreja você pode identificar a contribuição do Monsenhor Expedito aqui em São Paulo do Potengi?
2. Aqui no município, quando foi que vocês viram à necessidade da Igreja Católica desenvolver práticas educativas para o homem do campo?
3. Você considera que o Centro Social significou o início de um processo inovador no cotidiano das pessoas? Que mudanças mais expressivas você pode apontar?
4. Como você analisa a Emissora de Educação Rural enquanto órgão voltado para as Escolas Radiofônicas Rurais através do Movimento de Educação de Base (MEB)?
5. Com referência ao movimento de sindicalização dos trabalhadores rurais de São Paulo do Potengi, como você analisa os primeiros passos adotados por Monsenhor Expedito, com o apoio da Arquidiocese de Natal, para implantação do processo de organização dos trabalhadores rurais?
6. Como você analisa as práticas educativas da igreja católica nos anos de 1950 a 1970, no enfrentamento das questões do campo, condições de trabalho, seca, saúde e educação, moradia, etc.?
7. Com referência ao memorial Monsenhor Expedito, a comunidade se interessa pelo acervo cultural existente? Você considera que há uma motivação por parte das pastorais sociais e do poder público no sentido estimular a população na utilização do Memorial?
8. Como responsável pelo trabalho social da Igreja, quais foram às dificuldades enfrentadas por Monsenhor Expedito na sua trajetória no município?

**INAUGURAÇÃO DA ADUTORA EM
SÃO PAULO DO POTENGI**

São Paulo do Potengi, 14 de maio de 1999.

Meus Amados Irmãos!

Aproveito esta linda festa de inauguração desta adutora para fazer 4 agradecimentos especiais: primeiro, à nossa Assembléia Legislativa que aprovou por unanimidade o "Programa Estadual de grandes Adutoras" de autoria do deputado Elias Fernandes, convertido em lei nº 6.225 de 21 de janeiro de 1992 e sancionado pelo governador José Agripino.

Em segundo lugar, à nossa bancada federal, Deputados e Senadores que unidos, destinaram verbas no orçamento da União para execução das adutoras.

Em terceiro lugar, à Secretaria de Recursos Hídricos, à frente o engenheiro Rômulo Macedo e sua valorosa equipe, que pode se apresentar em qualquer parte do mundo. E finalmente a nosso governador Garibaldi Alves que se empenhou para a solução definitiva do problema secular do abastecimento d'água potável.

Muitos me perguntam por que só agora estão procurando resolver o velho problema da seca no Nordeste. Não é só agora, não. No passado, não tínhamos os conhecimentos e a tecnologia de hoje. Mas tínhamos homens de espírito público, do verbo inflamado como Eloi de Souza e Juvenal Lamartine, no Congresso Nacional. Em 1910, eles trouxeram o engenheiro Dr. Padre Ciarline para apresentar uma solução de água potável em Mossoró que, com 3 mil habitantes, já se anunciava merecidamente a capital do Oeste. Infelizmente, os conhecimentos da época impossibilitaram a construção de uma grande barragem no distante Upanema.

Depois da seca de 1919, tivemos um nordestino na presidência da República, o paraibano Epitácio Pessoa, que se interessou muito, gastou um terço do orçamento da Nação, sendo muito criticado pelos sulistas. Não faltaram homens competentes e sérios, no Nordeste, quer na imprensa como Filipe Guerra, Eloi de Souza, José Augusto, como na ação direta: José Américo de Almeida, Arrojado Lisboa, Guimarães Duque, Paulo Guerra e tantos outros que deixaram suas pegadas na "Inspeção Federal de Obras contra a Secas", o futuro DNOCS que, no meu entender, seria um erro extingui-lo.

E por que a Igreja entrou nessa, sem ser técnica no assunto, quando sua missão é espiritual? Essa pergunta já me fizeram muitas vezes e eu sempre respondi a contento: a Igreja de Jesus Cristo tem um compromisso irrecusável com os que sofrem, os pobres. A Igreja é de todos, mas tem amor preferencial pelos pobres, a exemplo de Jesus. Segundo Santo Irineu, "a maior glória de Deus é o homem vivo". É o que chamamos "dar testemunho". Até os que não acreditam no evangelho consideram Francisco de Assis o maior santo depois de São Paulo. Tereza de Calcutá deixou seus pais e sua pátria e foi cuidar dos que morriam de frio nas ruas de Calcutá. O mundo todo lhe prestou homenagem no seu enterro.

E o nosso testemunho no Nordeste Seco?

No século passado, houve várias secas segundo a relação de Filipe Guerra, a de 1877 é considerada a pior. O Brasil mal acabou de sair da guerra do Paraguai, com grandes baixas, abateu-se a grande seca, acompanhada da peste de bexiga. Alguns historiadores falam em 500 mil mortos, do Piauí à Bahia.

O Imperador Pedro II mandou construir o açude do Cedro, no Ceará. Dizem que empenharia sua coroa para que não morresse nenhum Nordestino de fome. Mandaram vir engenheiros franceses para ver a possibilidade de transposição de águas do rio São Francisco, e concluíram pela impossibilidade técnica o que, hoje, é a coisa mais fácil para a engenharia hidráulica.

Para socorrer os flagelados nas grandes secas, os navios que vinham de outras províncias trazendo mantimentos descarregavam em Natal, Macau e Areia Branca, donde

eram transportados em costas de animais magros, para os coronéis do sertão fazerem a distribuição aos flagelados.

Aí é que apareceu a figura legendária de Jesuino Brilhante: atacava os comboios nas estradas e distribuía os socorros mais rápida e honestamente do que os destinatários. Seria ele o Hobin Hood dos Sertões? Que o digam Otavo Medeiros, Lenine Pinto, José Melquiades e principalmente Raimundo Nonato da Silva e Rodolfo Teófilo.

Na seca de 1904, Natal tinha apenas 8.000 habitantes. Quando os flagelados do interior souberam que os recursos estiveram sendo distribuídos na capital, em poucos meses contava com cerca de 25.000, afirma Eloi de Souza no seu livro "O Calvário das Sêcas", ele que foi testemunha ocular da tragédia. É de cortar coração! Os mais velhos iam morrendo pelos caminhos e só chegavam à capital os mais moços. A distribuição era feita num determinado ponto da cidade e a pessoa devia ir receber. Quando num casebre não havia homens, eram as mocinhas quase nuas, com a maior vergonha, que iam receber a ração semanal!

É aí, que aparece a figura de Pe. João Maria, vigário de Natal, tão bem retratado no quadro de Dorian Grey: montado em seu jumentinho, visitando os flagelados e bexigentos, fazendo-se tudo para todos. Morreu de esgotamento físico, como dizem vocês "extasado", em 1906. Seu enterro, como diz Miguel Leandro, foi uma apoteose, um louvor à caridade.

Considerado o maior de todos por seus biógrafos, avulta a figura inconfundível do cearense Pe. José Pereira Ibiapina, cujo processo de beatificação está em andamento pelas hábeis mãos de nosso Mons. Francisco de Assis Pereira, aqui presente. Era formado em direito, foi juiz em Quixaramobim e deputado do Império. Foi ele que fez o testamento do Pe. Senador Guerra, nosso conterrâneo.

Um dia, abandonou tudo. Pediu ao Bispo de Olinda Dom João Marques Perdigão, que o ordenasse padre e o enviasse aos sertões para converter os coronéis e ajudar os pobres, nas 5 províncias da diocese: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Fundou 21 casas de caridade, sendo 3 no Rio Grande do Norte: Açu, Angicos e Acari. Recebia as órfãs e as viúvas para aprenderem, além da doutrina, a fiar e tecer para se manterem e escaparem da prostituição. É a única congregação que nasceu do povo para o povo. Cotizava os fazendeiros com o gado e, nas secas, construa dezenas de açudes, igrejas e cemitérios. Era chamado "Padre Mestre".

Suas missões duravam, às vezes, 30 dias e só se retirava quando os chefes faziam as pazes e enterravam seus bacamartes, garrunchas e punhais na base do cruzeiro da Igreja. Morreu em 1883, em Santa Fé, município de Arara, na Paraíba, todo entevado, num carrinho de madeira. Sentindo que ia morrer, mandou chamar o Mons. José Paulino Duarte, vigário de Bananeiras, para se confessar e ser ungido. Eu conheci o Mons. José Paulino, quando da ordenação de seu sobrinho Pe. Jorge O'Grady, na Igreja de Santa Terezinha, em Natal. Ele escreveu uma resenha histórica sobre Ibiapina, que se perdeu. Os que assistiram seus últimos momentos afirmaram que ele balbuciou algumas vezes: "Estou vendo Nossa Senhora!"

Meus irmãos!

Foi nesses exemplos do amor preferencial de Jesus pelos Pobres que a Igreja de Natal quis responder ao pedido de Zé Nordestino, um cassaco anônimo na construção da barragem do Pataxó, na seca de 1953: "Seu vigário tire nós dessa escravidão, pelo amor de Deus!". Éramos 6 padres acompanhando Dom Eugênio, naquela lúgubre visita.

Na seca de 1958 Dom Eugênio telefonou para Dom Heider, bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, e acertou uma audiência com o Presidente Juscelino Kubitschek. O Presidente ficou

indignado com a desonestidade dos barracões pagadores, mandou fechá-los e nomeou um general do Exército, em Recife para a coordenação da assistência.

No fim de 1958, os Bispos do Nordeste, orientados por Dom Helder, se reuniram em Campina Grande, com o economista Celso Furtado, em busca de uma solução planejada para o desenvolvimento solidário do Nordeste.

Em outubro de 59, o segundo encontro dos Bispos do Nordeste foi em Natal. O Presidente Juscelino veio para o encerramento e assinou o decreto de criação da "Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste", com sede em Recife, a SLUDENE.

O pedido de Zé Nordestino martelava nossa consciência de pastores, não obstante as dificuldades, na época da revolução de 64.

Na década de 70, com duas sêcas, o deputado Dari Dantas apresentou um projeto para trazer água do Bonfim para cima da Serra-Azul, de onde, por gravidade, abasteceria 8 municípios. Esse projeto morreu no nascedouro. É que as grandes idéias levam tempo para germinar. Em janeiro de 1974, as Irmãs da Divina Providência, do Paraná, fizeram a campanha do "Copo d'Água", compraram um caminhão-pipa e mandaram de presente para nossa Paróquia, que já tinha uma cisterna na Igreja para 330 mil litros, com ajuda dos "Cavaleiros de Malta".

Todas essas soluções eram insuficientes, mas estavam dentro de uma visão nova de Igreja, que se iniciava na Arquidiocese de natal e tornou o nome de "Movimento de Natal", capitaneado por Dom. Eugênio. "Missão Rural", "Semanas Ruralistas", "Associativismo", "Escolas Radiofônicas", "Sindicalização de Trabalhadores Rurais", com apoio da Escola de Serviço Social do Pe. Nivaldo Monte.

Todo esse trabalho ganhou fama internacional, recebendo visita de bispos e vários sociólogos. O que chamava atenção era a promoção da dignidade da pessoa humana. Tive de levar essa mensagem a 23 dioceses, desde Parnaíba até Feira de Santana.

Quando se encerrava o Concílio Vaticano Segundo, em dezembro de 1965, com a "Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", sobre a presença da Igreja na sociedade civil, aí vimos como o Espírito Santo nos tinha conduzido. Há parágrafos desse documento que são o retrato do Nordeste sofrido.

Passando um ano da aprovação da Lei de grandes adutoras, quase ninguém sabia disso. Foi na seca de 93 que vi Elias Fernandes explicando na televisão o Projeto. Telefonei imediatamente a ele, perguntando se queria sair comigo às principais cidades do Estado, explicando o Projeto ao povo, sob pena de ficar engavetado.

A Igreja ofereceu o espaço físico e, a mídia a divulgação.

Tudo foi feito gratuitamente: rádio, televisão e jornal. Eu pagava com reza, pedindo ao povo que rezasse a Pe. João Maria, Pe. Ibiapina e Pe. Cicero, amigos dos pobres.

A primeira reunião foi em Santa Cruz, no amplo salão paroquial. Foi a primeira vitória. Com a presença de Dom Alair, Dom Nivaldo, Dom Costa, padres, prefeitos e vereadores da região do Trairi-Potengi, vários deputados estaduais, a bancada federal, 3 ex-governadores. O salão estava lotado. No início da sessão, eu pedi que ninguém bebesse uma xícara d'água. Era quaresma e ali estava muita gente que não sabia o que era sede. Durante 3 horas e foi um sucesso.

A cada 2 meses, outra reunião: São Tomé, João Câmara, Lajes, Caicó e Mossoró. A bancada federal se uniu e votava verbas para início das obras. 6 anos depois daquele grito inicial, quantas cidades e comunidades não sentem mais a agonia da falta d'água!

A recém criada "Secretaria Estadual de Recursos Hídricos", sob o comando de nosso conterrâneo Dr. Rômulo de Macêdo Vieira e seus valorosos auxiliares, conseguiu realizar a

indignado com a desonestidade dos barracões pagadores, mandou fechá-los e nomeou um general do Exército, em Recife para a coordenação da assistência.

No fim de 1958, os Bispos do Nordeste, orientados por Dom Helder, se reuniram em Campina Grande, com o economista Celso Furtado, em busca de uma solução planejada para o desenvolvimento solidário do Nordeste.

Em outubro de 59, o segundo encontro dos Bispos do Nordeste foi em Natal. O Presidente Juscelino veio para o encerramento e assinou o decreto de criação da "Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste", com sede em Recife, a SUDENE.

O pedido de Zé Nordestino martelava nossa consciência de pastores, não obstante as dificuldades, na época da revolução de 64.

Na década de 70, com duas sêcas, o deputado Dari Dantas apresentou um projeto para trazer água do Bonfim para cima da Serra-Azul, de onde, por gravidade, abasteceria 8 municípios. Esse projeto morreu no nascedouro. É que as grandes idéias levam tempo para germinar. Em janeiro de 1974, as Irmãs da Divina Providência, do Paraná, fizeram a campanha do "Copo d'Água", compraram um caminhão-pipa e mandaram de presente para nossa Paróquia, que já tinha uma cisterna na Igreja para 330 mil litros, com ajuda dos "Cavaleiros de Malta".

Todas essas soluções eram insuficientes, mas estavam dentro de uma visão nova de Igreja, que se iniciava na Arquidiocese de Natal e tornou o nome de "Movimento de Natal", capitaneado por Dom. Eugênio. "Missão Rural", "Semanas Ruralistas", "Associativismo", "Escolas Radiofônicas", "Sindicalização de Trabalhadores Rurais", com apoio da Escola de Serviço Social do Pe. Nivaldo Monte.

Todo esse trabalho ganhou fama internacional, recebendo visita de bispos e vários sociólogos. O que chamava atenção era a promoção da dignidade da pessoa humana. Tive de levar essa mensagem a 23 dioceses, desde Parnaíba até Feira de Santana.

Quando se encerrava o Concílio Vaticano Segundo, em dezembro de 1965, com a "Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", sobre a presença da Igreja na sociedade civil, aí vimos como o Espírito Santo nos tinha conduzido. Há parágrafos desse documento que são o retrato do Nordeste sofrido.

Passando um ano da aprovação da Lei de grandes adutoras, quase ninguém sabia disso. Foi na seca de 93 que vi Elias Fernandes explicando na televisão o Projeto. Telefonei imediatamente a ele, perguntando se queria sair comigo às principais cidades do Estado, explicando o Projeto ao povo, sob pena de ficar engavetado.

A Igreja ofereceu o espaço físico e, a mídia a divulgação.

Tudo foi feito gratuitamente: rádio, televisão e jornal. Eu pagava com reza, pedindo ao povo que rezasse a Pe. João Maria, Pe. Ibiapina e Pe. Cícero, amigos dos pobres.

A primeira reunião foi em Santa Cruz, no amplo salão paroquial. Foi a primeira vitória. Com a presença de Dom Alair, Dom Nivaldo, Dom Costa, padres, prefeitos e vereadores da região do Trairi-Potengi, vários deputados estaduais, a bancada federal, 3 ex-governadores. O salão estava lotado. No início da sessão, eu pedi que ninguém bebesse uma xícara d'água. Era quaresma e ali estava muita gente que não sabia o que era sede. Durante 3 horas e foi um sucesso.

A cada 2 meses, outra reunião: São Tomé, João Câmara, Lajes, Caicó e Mossoró. A bancada federal se uniu e votava verbas para início das obras. 6 anos depois daquele grito inicial, quantas cidades e comunidades não sentem mais a agonia da falta d'água!

A recém criada "Secretaria Estadual de Recursos Hídricos", sob o comando de nosso conterrâneo Dr. Rômulo de Macêdo Vieira e seus valorosos auxiliares, conseguiu realizar a

maior obra no gênero em todo o país: 600 km de adutoras para 25 cidades e 50 comunidades rurais, atendendo 150.000 habitantes.

Quantas donas de casa passavam noites indormidas preocupadas com a falta d'água para o café da família!... Tenho recebido belas mensagens, tão comoventes!...

Avaliem quando as adutoras chegarem a Sítio Novo, lagoa de Velhos, Barcelona, Rui Barbosa e São Tomé! E no Seridó e no Oeste!

Avaliem mais amigos, como vai se transformar o Nordeste quando um homem de coragem aparecer para executar a transposição de uma pequena parcela do Rio São Francisco para manter sempre cheios os grandes açudes de Coremas na Paraíba, Armando Ribeiro no Rio Grande do Norte e o Castanhão no Ceará, com a possibilidade de 2 culturas por ano!... Para Deus nada é impossível.

São Paulo do Potengi, 14 de maio de 1999.

Mons. Expedito Medeiros, pároco

N.B. Este pronunciamento foi feito na Celebração Ecumênica, na inauguração da adutora presidida pelo Arcebispo de Natal, Dom Heitor de Araújo Sales, na presença do governador Garibaldi Alves Filho, principal responsável pelo Programa, representantes do Congresso, Assembléia Legislativa, Autoridades e cerca de 10.000 pessoas.

UMA LUTA DE 46 ANOS QUE CONTINUA!